

cadernos do  
**terceiro  
mundo**

Mensal • Março 1985 • Esc. 100 • Kz 65 • Mt 80 • PG 80 • CV 80\$ • Cr\$ 3.000 • Ano VIII • Nº 75

**S. TOMÉ**  
QUINTA CIMEIRA DOS CINCO  
**BRASIL**  
A TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA



**ÁFRICA DO SUL**  
**A EXPLOSÃO IMINENTE**

Não existe nada mais precioso para um povo do que a sua liberdade.



**Diamantes de Angola**  
Ao Serviço da Reconstrução Nacional

## África do Sul na década de 80: **O fracasso** **do *apartheid***

A vulnerabilidade que tem demonstrado o regime sul-africano de minoria branca não se explica só pela crescente mobilização negra, expressa de formas diversas e com um grande poder de convocação. As origens da crise estão também no fracasso do modelo político e económico do *apartheid*, criado há quatro décadas, e que hoje já não serve nem sequer para unificar as lideranças brancas em torno do mesmo projecto de sociedade.

A mentalidade conservadora e até reaccionária dos *boers*, as suas contradições com o sector económico *afrikaaner*, as tentativas de criação de uma burguesia negra para dividir a resistência africana, as "reformas" políticas — a representação parlamentar de indianos e mestiços — a segregação racial da mulher e nos desportos, são facetas da realidade sul-africana da década de 80, que abordamos nesta matéria de capa dedicada à crise do *apartheid*.

O material — um verdadeiro *dossier*, cuja coordenação coube ao nosso editor para assuntos africanos, Carlos Castilho — é fruto do trabalho de uma equipa de jornalistas, pesquisadores e especialistas sul-africanos, brasileiros e portugueses, que há muito se debruçam sobre a temática da África Austral e, particularmente, se dedicam ao estudo da sociedade, da economia e da política do país mais avançado do continente negro no campo tecnológico e militar e, simultaneamente, do mais retrógrado em termos institucionais.

Destacamos ainda nesta edição uma análise retrospectiva dos 20 anos de autoritarismo no Brasil e dos desafios que o presidente Tancredo Neves enfrentará.

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional.

Editor Geral  
Neiva Moreira

Editores Associados  
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional  
Darcy Ribeiro - Juan Somavia  
Henry Pease Garcia  
Aquino de Bragança  
Wilfred Burchett (1911-1983)

Editor e Director: Artur Baptista

Propriedade:  
Tricontinental Editora Lda.  
Sede da Administração:  
Calçada do Combro, 10-19  
1200 Lisboa - tel.: 320650/320751  
Redacção e Publicidade:  
Rua das Salgadeiras, 36-29E  
1200 Lisboa - tel.: 363804/372715  
telex 42720 CTM TE P

Tiragem desta edição: 21.000 exemplares  
Número de registo do Serviço de Depósito Legal: 789/82.

Edições em português

ANGOLA - CABO VERDE  
GUINÉ-BISSAU - MOÇAMBIQUE  
PORTUGAL - S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Redacção  
Baptista da Silva  
Carlos Pinto Santos  
Guimaraes Belo Marques

Revisão  
Estevam Reis  
Raul Gonçalves

Paginação  
Samara (editor de arte)  
Sonia Freitas, Miguel Efe  
Documentação e Arquivo  
Cristina Assis

Serviços Comerciais  
José C. Figueiredo

Publicidade  
José Ferreira  
Cristina Campos

Maria João Macedo  
Impressão  
Gráfica Europam

Representantes  
Angola  
Luís Henriques, C. P. 3593, Luanda  
Moçambique  
Etevaldo Hipólito  
Rua Kongwa, 153, Maputo  
tel. 25140

BRASIL

Director e Editor  
Neiva Moreira  
Administração  
Marinete Silva  
Secretário de Redacção  
José C. Gondim  
Revisão  
Cláudia Guimarães  
Documentação e Arquivo  
Lídia Freitas  
Eunice H. Senna  
Composição  
Ronaldo Fonseca  
Distribuição e Assinaturas  
Inácio D. Santos  
Macário Costa  
Divulgação  
Henrique Menezes  
Representantes  
Clóvis Sens (Brasília)

Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)  
Caixa Postal 60086 - CEP 05033  
Telex: (011) - 23059  
Horacio Verbitsky  
Uruguay, 560/59/55  
Buenos Aires, Argentina  
Fernando Reyes Matta  
Casilla 16637 - Correo 9  
Providencia - Santiago, Chile  
editores terceiro mundo ltda.  
Rua da Glória, 122 - grupo 105/106  
Tel.: 242-1957/Telex: 2133054CTMB/BR  
CEP. 20.241 - Rio de Janeiro - RJ  
Registo na Junta Comercial do Estado  
do Rio de Janeiro nº 33.200.306.291  
C. G. C. (MF) nº 30.876.783/0001-32  
Inscrição Estadual nº 81.341.400  
Registo no INPI nº 013.539  
Registo no SCDP/SR/DPF  
nº 2.195 - P. 209/73

Edições em espanhol

MÉXICO - AMÉRICA CENTRAL  
AMÉRICA DO NORTE E CARAÍBAS  
Editor  
Roberto Remo  
Gerente Geral  
Gerónimo Cardoso  
editores periodistas del tercer mundo a. c.  
calle California, 98A - Coyoacán  
México, 21 DF - telefono: 689-1740  
Correspondência: Apartado Postal 20 572  
México, 20. DF

BOLÍVIA - CHILE - COLÔMBIA  
EQUADOR - PERU - VENEZUELA  
(Edição andina)  
Publicada por DESCO: centro de Estudios  
y Promoción del Desarrollo  
Avenida Salaverry, 1945  
Lima, 14 Peru - Teléfono: 724-712

Edições em inglês

ESTADOS UNIDOS - CANADÁ  
EUROPA E PAÍSES DE LÍNGUA  
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO  
Editor  
Fernando Molina  
Editor Consultivo  
Cedric Belfrage  
Apartado Postal 20.572 b - México, DF.

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), WAFPA (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News de Dar-es-Salaam (Tanzânia).

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL - Empresa Distribuidora Livreira UEE, Avenida Luis de Camões, 11, Luanda. BELIZE: Cathedral Book Center, Belize City. BOLÍVIA: Tecnolibros S. R. L., Casilla de Correo 20288, La Paz. BRASIL: Fernando Chinaglia S. A., rua Teodoro de Silva, 907 - Rio de Janeiro. CABO VERDE: Instituto Caboverdeano do Livro, rua 5 de Julho, Praia. CANADÁ: Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto - West, Toronto. COLÔMBIA: Ediciones Internamérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá. COSTA RICA: Semanario Nuevo Public, Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José. CHILE: Distribuidora Sur, Darstignac 308, Santiago. EQUADOR: Edicionesocial, Godova 601 y Menduburo, Guayaquil - RAYO de Publicaciones, Av. Colombia 248, et 205, Quito. Ed. Jaramillo Artega, Tel. 511-590, Reg. Sencip Pex. 1258. EL SALVADOR: Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador - El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. ESTADOS UNIDOS: Guild News Agency, 1118 N. Amity Ave., Chicago, Illinois - New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois - Librería Las Americas, 132 East 23rd Street, New York, N. Y. 10010 - Third World Books, 100 Worcester St., Boston, Mass 02118 - Librería del Pueblo, 2121 St. New Orleans, LA 70130 - Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114th St., New York, N. Y. 10025 - Tom Moore Bookstore, 2995 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 - Book Center, 518 Valencia St., San Francisco, CA - Red and Book, 4736 University Way, Seattle - Groundwork Bookstore, U. C. S. D. Student Center 5-022, La Jolla, CA. FRANÇA: Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue de Ecoles, 75005 Paris. GRÁ-BRETANHA: Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. GUINÉ-BISSAU: Departamento de Edição-Difusão do Livro e Dia, Conselho Nacional da Cultura. HOLANDA: Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. HONDURAS: Librería Universitaria "José Trinidad Reyes", Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. ITALIA: Paesi Nuovi, Piazza di Montecitorio 58/60, Roma - Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma - Alma Roma, Piazza P. Paoli, 44 Roma - Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma - Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. MÉXICO: Unión de Expendedores y Vocacionistas de Periódico, Humboldt No. 47, México D. F. - Distribuidora Sayrols de Publicaciones S. A., Mier y Pesado No. 130, México D. F. - Librerías México Cultural, Mier y Pesado No. 128, México D. F. - Mensajeros de Publicaciones, Librería de Orosi, 100 livrarias em todo o país. MOÇAMBIQUE: Instituto do Livro e do Disco, Av. Ho Chi Minh 103, Maputo. NICARÁGUA: IMELSA, A. P., nº 2705, Managua, Nicaragua. PANAMÁ: Librería Cultural Panamés S. A., Ave. España 16, Panamá. PERU: Distribuidora Runamarca, Camaná 872, Lima. PORTO RICO: Librerías La Terriña, Asilo Marín Esq. Ave. González, Río Piedras - Perseus Critico, P. O. Box 29918, Estación, Río Piedras, P. R. 00929. REPÚBLICA DOMINICANA: Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez y Santo Domingo - DESVIGNE, S. A., Av. Bolívar 354, Santo Domingo. REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA: Coe, Meier und Vertriebs GMBH, Osterstr. 36, 20089 Bremen. S. TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério da Informação e Cultura Popular, SUCEDI, Wenngrren-Williams AB, S-10425, Stockholm. VENEZUELA: Publicaciones Españolas, S. A., Ave. México Lechosa y Pta. Bolívar Caracas.

PORTUGAL: CDL, Central Distribuidora Livreira, Av. Santos Dumont, 57, 1000 Lisboa

5 Cartas

8 *Panorama Tricontinental*

18 *Editorial: Um século de fraudes das transnacionais do petróleo*

*Materia de capa: África do Sul – A crise do "apartheid"*

- 24 O fracasso da estratégia global, *Carlos Castilho*  
31 Recessão e Repressão, *David Fig*  
37 As contradições da "burguesia negra", *Alex Mashinini*  
42 Remoções: o pogrom racista, *Laurine Platsky*  
46 "Não sei onde estou"  
48 O desporto como arma política, *Sam Ramsamy*  
52 A dupla segregação da mulher negra, *Guiomar Belo Marques*  
71 Uma teia de interesses e cumplicidades, *Baptista da Silva*

### África

- 61 Moçambique: Dos acordos de Nkomati ao recrudescimento do banditismo, *B. da Silva/Sol Carvalho*  
65 Ilhéu de S. Tomé: Cooperação em tempos de crise  
69 Libéria: O autoritarismo põe em dúvida as eleições  
71 Angola: O MPLA fixa as metas para 1985

### América Latina

- 75 Brasil: O complexo caminho da democracia, *Neiva Moreira*  
83 Honduras: General Alvarez acusado de narcotraficante, *Gregorio Selser*

### Igreja

- 87 Nicarágua: "A revolução sandinista tem um alto valor evangélico", *Ligia Chaves*

### Economia

92 Notas

94 *Livros do Terceiro Mundo*

96 *Humor: Denis Renault*



Tancredo Neves:  
o desafio democrático



A Reunião dos "Cinco"



Nicarágua: as  
comunidades de base

- **BENGUELA**  
Livreria 10 de Fevereiro
- **BIÉ**  
Livreria 11 de Fevereiro
- **CABINDA**  
Livreria Lunda  
Quiosque Maiombé
- **CALULO**  
Livreria 17 de Setembro
- **DONDO**  
Livreria 2 de Março
- **GANDA**  
Livreria 1.º de Maio
- **HUAMBO**  
Livreria 8 de Fevereiro  
Quiosque Albano Machado
- **HUILA**  
Livreria 27 de Março
- **K. KUBANGO**  
Livreria Kilamba
- **KUANZA-NORTE**  
Livreria 10 de Dezembro
- **KUANZA-SUL**  
Livreria Anibal de Melo
- **LOBITO**  
Livreria 11 de Novembro
- **LUANDA**  
Casa de Venda  
Armazém Venda Grosso  
Quiosque 4 de Fevereiro  
Livreria Centro do Livro  
Livreria Augusto N'Ganguia  
Livreria 4 de Fevereiro
- **LUNDA-NORTE**  
Posto de Venda
- **LUNDA-SUL**  
Livreria Deolinda Rodrigues
- **MALANGE**  
Livreria 1.º de Agosto  
Quiosque N'Dongo
- **MOXICO**  
Livreria 14 de Fevereiro
- **NAMIBE**  
Livreria Lutuíma
- **NEGAGE**  
Livreria Saily Mingas
- **SOYO**  
Livreria Lundogi
- **UIGE**  
Livreria 10 de Dezembro
- **ZAIRE**  
Livreria Sagrada Esperança

**LEVAR:  
INFORMAÇÃO  
CULTURA  
CIÊNCIA  
FORMAÇÃO**



são as tarefas da EDIL



Distribuindo jornais, revistas e livros, bem como material didático e escolar, a EDIL contribui para a formação cultural do povo de Angola. A EDIL é a distribuidora exclusiva de cadernos do terceiro mundo para todo o território angolano.

**EDIL** Empresa Distribuidora Livreira  
Caixa Postal 1245 - Rua da Missão, n.º 107/111  
Luanda - República Popular de Angola

**Brasil: a incerteza do amanhã**

Sou brasileiro, natural de Salvador e, como todo brasileiro, venho sentindo no dia-a-dia (principalmente nos últimos anos) a dureza de viver com medo e a ansiedade do amanhã que nunca sabemos, ao certo, como será.

Vivemos durante 20 anos sob um regime militar e, nesses anos todos, os militares foram sucedendo-se um ao outro na presidência do nosso país sem dar a mínima atenção às necessidades básicas da nossa terra.

Durante 20 anos tivemos que tolerar toda uma política econômica absurda e desprezível, que nos foi imposta às custas do bem-estar da nossa população. (...)

Como paliativo pelos males causados pelos que fizeram a "Revolução de 64", veio a tão propalada Abertura prometida pelo último ditador — imagino eu que seja o último — a amnistia tão sonhada e desejada por todos.

Com a chamada Abertura, veio o pluripartidarismo. Enfim, era a oportunidade para que os velhos e novos políticos se dispusessem a fazer algo para mudar o actual estado de coisas. (...) Todavia, os políticos que deitaram felação em cima dos militares e seus cupinchas, deram para trás. Retrocederam, optando pelas indirectas — quando no melhor momento para se intensificar as campanhas em favor das eleições livres para presidente. (...) Os políticos esqueceram-se das promessas e dos compromissos assumidos com o povo nas ruas, praças e puseram-se a trabalhar na perpetuação de seus cargos.

(...) Encerro este meu desabafo dizendo que o grande jornalista uruguaio Carlos Quijano, que faleceu recentemente, disse que "dialogar é reconhecer neles (os militares) uma autoridade que não têm. Dialogar é ceder. É preciso aguentar até que caiam sem parar de acusá-los. E cairão sem dúvida. Não têm saída e o tempo trabalha contra eles. (...) Deixemos pois de imaginar conciliações imprevisíveis e não esqueçamos. Os povos que esquecem ou ignoram a história, estão condenados a repeti-la". Juárez D. da Cruz — Salvador — BA — Brasil.

**Teologia da Libertação**

(...) Como educador, tenho recorrido sistematicamente às reportagens de *cadernos* — importantes subsídios, sem dúvida, para a promoção de debates e reflexões na sala de aula. Essa tarefa contribui bastante para o despertar de uma consciência crítica entre educandos — trabalho prioritário de todos quanto levam a sério a educação. A última reporta-

gem que utilizei como material pedagógico foi sobre a política da Igreja na Nicarágua (nº 69). A propósito, gostaria de sugerir que *cadernos* fizesse uma matéria sobre a Teologia da Libertação, com destaque para o teólogo brasileiro Leonardo Boff, recentemente interrogado perante a Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé (ex-Santo Ofício), simplesmente por ser um pastor que se coloca ao lado dos pobres e marginalizados e se posiciona contra todos os mecanismos económicos e políticos geradores de tal pobreza e marginalização. Gesmer M. Ribeiro — Vila Diva — SP — Brasil

*Sobre esse tema, publicámos uma longa matéria no nº 71, onde abordamos também, especificamente, o caso Boff.*

**O problema dos "bóias-frias"**

Sendo estudante de pós-graduação em História da UNESP, gostaria de saber se *cadernos* já publicou algo sobre os "bóias-frias" no Brasil (trabalhador rural volante) ou também sobre a evasão do homem do campo para as grandes cidades. Gostaria de fazer uma sugestão: que *cadernos* dedicasse um artigo sobre o trabalhador rural fixo, aquele que reside nos sectores de produção, ou seja, na própria lavoura ou campo.

(...) Espero que os políticos e dirigentes deste país se mobilizem e tomem medidas eficientes na administração do sector rural, para que o Brasil possa ser o "grande celeiro do mundo". Mas, para isso, precisamos que o trabalhador rural seja protegido (...) e que o produtor receba preços compensadores por seus produtos, além de instruções básicas e gerais para a produção. Valter Boranelli — Tejuapá — SP — Brasil.

**Insucesso no intercâmbio**

É a segunda vez que escrevo para *cadernos do terceiro mundo*. Comprei o nº 70 e quando estava a lê-lo, como habitualmente, com todo cuidado e atenção, deparei com o texto "Nunca tantos escreveram a Claudia". Atendendo à sugestão expressa na última parte, e já que o meu nome foi publicado numa das edições, venho expor o meu caso. Sempre desejei corresponder-me com jovens de outros países. Assim, escrevi cerca de meia centena de cartas para alguns dos endereços que têm saído nos *cadernos* entre os nºs 54 e 70. O mais impressionante foi que dessas resmas (desculpem o exagero) de cartas que escrevi, nunca recebi resposta de ninguém.

(...) Após a publicação do meu endereço na revista nº 68 até a data, re-

cebi apenas uma carta vinda do estrangeiro e o que mais me comove é que o meu endereço era o primeiro do Intercâmbio. Por esse facto, e com base na vossa sugestão, decidi escrever informando do meu resultado. Saturnino E. Manuel — Luanda — Angola.

**O aniversário dos "cadernos"**

Durante anos, a América Central foi uma região esquecida. A exploração neocolonial, as oligarquias *criollas*, as transnacionais e as ditaduras entreguistas faziam a sua festa em uma região que, pacientemente, esperava levantar a sua voz nas lutas de libertação e dizer: "Presente!"

El Salvador viveu em 1932 um massacre de 30 mil camponeses, Guatemala viu a intervenção do Departamento de Estado norte-americano para derrubar Jacobo Arbenz em 1954. Honduras mergulhou na ditadura de Carías Andino e a Nicarágua teve afortunadamente Augusto César Sandino, que enfrentou com êxito os *marines* na segunda década do século XX, até cair nas mãos da família Somoza.

O décimo aniversário de *cadernos do terceiro mundo* tem sido comemorado no contexto de uma América Central presente nas páginas dos periódicos e nas dores de cabeça dos exploradores.

El Salvador não somente tem páginas herbicas e dolorosas na sua história, como também tem sofrido uma intervenção dos Estados Unidos que custou ao vizinho do Norte mais de dois mil milhões de dólares. Isto é a expressão de um espírito de libertação do povo salvadoreño e de uma experiência que aprofundará o respeito aos princípios de autodeterminação e não-intervenção. Isto é o que significa a luta do menor país da América Continental.

Nos *cadernos do terceiro mundo* temos encontrado uma fraternal acolhida e uma solidariedade como a que deve existir entre a Ásia, a África e a América Latina.

Abrços, felicitações e avante!  
Guillermo Ungo — Presidente da FDR (Frente Democrática Revolucionária, de El Salvador).

**Parabéns pelos 10 anos**

Felicitemos os dez anos desta importante revista *cadernos do terceiro mundo*, que tantas contribuições tem dado pela liberdade, independência e o progresso dos países da África, Ásia e América Latina. A grandeza deste projecto merece o apoio de todos os democratas brasileiros.

Prefeito Elias Gomes — Cabo — PE — Brasil.

## Cartas

### De um leitor da Checoslováquia

Suponho que seja surpresa para vocês receberem uma carta da Checoslováquia. O motivo da minha carta é que eu gostaria de estabelecer amizades com pessoas de outros países, que colecionam postais. Tenho 37 anos e sou engenheiro de minas. Quero trocar postais com todos os interessados, os quais podem me mandar três ou mais cartões em uma só remessa. Enviarei a mesma quantidade de postais da Checoslováquia. Escrevo em espanhol, inglês e um pouco em português. **Stefan Rumlér** — Checoslováquia. (Ver seção "Intercâmbio")

### "Israel, a guerra más larga"

Sou um leitor regular de *cadernos*. Especialmente quando os assuntos tratados focam com maior profundidade temas ligados ao Médio Oriente, América Latina ou África Austral, visto a informação sobre estas questões ser, no nosso país, se não deturpada, no mínimo escassa ou quase nula.

Foi assim que, no nº 69 (Israel, o impasse político), tomei conhecimento da publicação do livro de Jacobo Timmerman, *Israel, a guerra más larga*. Conheço o problema do jornalista argentino Jacobo Timmerman e por

isso tenho redobrado interesse em tomar contacto directo com esta sua obra, tanto mais que os excertos publicados em *cadernos* ainda mais me abriram o apetite.

Venho assim pedir-vos que me informem se o livro está publicado em português, com que título e qual a editora ou, caso negativo, de que modo poderei adquiri-lo. (...) **Francisco José Victorino, Dafundo, Lisboa, Portugal.**

O livro de Jacobo Timmerman não se encontra traduzido ou publicado em português. No entanto, podemos informá-lo que poderá adquirir a edição em castelhano, pedindo-o para a editora: "Muehnik Editores, Buenos Aires — General Mitre, 162, Barcelona 6, Espanha".

### Desporto: maior cobertura

(...) Gostaria que *cadernos* passasse a abordar também e com certo destaque os acontecimentos desportivos. É uma preocupação manifestada por muitos leitores. No nosso país existe, por parte da juventude, um certo empenho no desporto. Têm ocorrido no mundo vários acontecimentos desportivos, como por exemplo, o recém-terminado campeonato do mundo de hóquei em patins, na França, a XXVI Olimpíada de Xadrez, na Grécia, etc. Seria muito bom se *cadernos* nos

brindasse um bocadinho com eventos desportivos. **Beto Mateus Uíge — Angola.**

### Sem maniqueísmo

Quero congratular-me com os autores e jornalistas dos *cadernos* pelo terceiro mundo pela grandeza do trabalho dessa revista. Sei que não é fácil romper a barreira do fascismo, as agências de notícias que moldam as informações dentro do âmbito dos países ricos, muitas vezes mentindo, deturpando, para desviar a atenção do mundo. Essa revista veio trazer a verdade sem o maniqueísmo a que está acostumada a grande imprensa burguesa. **José E. Rios da Silva — vador — BA — Brasil.**

### O papa em questão

Não sou contra a religião, mas não sou contra o venerandíssimo papa João Paulo II. No entanto, há um número recente de *cadernos*, há um artigo sobre o papa que me chocou profundamente. Foi o seguinte: "para o papa, os responsáveis são os "agentes" de Moscovo que devem ser combatidos militarmente, a exemplo do que fez Ronald Reagan". Não sou papa para julgar o papa, mas discordei em muitas questões. **Roberto da Almeida — Luanda — Angola.**

## INTERCÂMBIO

- **Stefan Rumlér**  
J. Bottu Va-6 — 050 01 — Revúca  
Checoslováquia
- **Luís Correia Neves**  
C. P. 1195 — Benguela — Angola
- **Joana Manuela Correia Victor**  
C. P. 6995 — Luanda — Angola
- **Adalberto F. da Costa**  
HIGN 711/bloco J — casa 55  
Brasília — CEP: 70.750 — Brasil
- **João César Alfândega**  
C. P. 81 — Norte — Nampula  
Moçambique
- **José Anselmo da Silva**  
C. P. 236 — Ouro Preto — MG  
CEP: 35.400 — Brasil
- **Maria de Fátima Lopes "Sue"**  
C. P. 6043 — Maianga — Angola
- **Saturnino Ernesto Manuel**  
C. P. 6538 — Luanda — Angola
- **Nívio Martins**  
C. P. 11-1281 — Brasília — DF  
CEP: 70.084 — Brasil
- **José Domingos (Júlio)**  
C. P. 4012 — Luanda — Angola
- **Edson Carlos Batista**  
Rua Marconi, Nº 330 — Belvedere  
Araras — São Paulo — CEP: 13.600  
Brasil
- **Ana Clara de Assis**

6 - terceiro mundo

- Rua Brás Cubas, 60 — Sorocaba  
SP — CEP: 18.100 — Brasil
- **Bento Simão**  
C. P. 1087 — Benguela — Angola
- **Murilo Machado**  
Av. Cândido Pessoa, 301 — Olinda  
Pernambuco — CEP: 53.000 — Brasil
- **Miguel Mateus Bernardo Pedro**  
Posta Restante dos C. T. T. da Precol  
Luanda — Angola
- **Carlos Severino S. Filipe**  
a/c de Samuel Sambongo F.  
C. P. 572 — Benguela — Angola
- **Paulo Ricardo Nogueira**  
Rua Senador Furtado, 61 — ap. 303  
Rio de Janeiro — RJ — CEP: 20.270  
Brasil
- **Miguel Kiala Kilumbo**  
C. P. 9 — Província do Uíge — Angola
- **Pedro João Garcia Adão**  
Rua Ramalho Ortigão, 39 — Alvalade  
Luanda — Angola
- **Alfredo Luís Roque**  
C. P. 5740 — Bº Cazinga  
Luanda — Angola
- **Antonio Carlos Funayama**  
Rua Joaquim Nabuco, 714  
Bairro Vila Tibério — Ribeirão Preto  
SP — CEP: 14.100 — Brasil
- **Alfredo da Silva Mário**  
C. P. 2374 — Huambo — Angola

- **Esequiel de Gouveia Teixeira**  
a/c João António Teixeira  
2º Sector Aviação dos C. T. T. A.  
Estação Postal Central — Luanda  
Angola
- **Manuel Fernandes Ambrósio**  
C. P. 25 — 49 — Mbanza Kongo  
Província do Zaire — Angola
- **Makando Pedro de Marcelo**  
C. P. 10443 — Luanda — Angola
- **Sebastião Jardim Kemo**  
C. P. 18522 — Luanda — Angola
- **José Mateus da Cruz**  
Bº da Precol — Rua Rosca, casa 7  
C. P. 2874 — Luanda — Angola
- **Luís Paulo Maria**  
C. P. 1665 — Benguela — Angola
- **Neto Jerónimo Nhenheze**  
Banco de Moçambique  
Serviços de Operações c/Exterior  
C. P. 480 — Beira — Moçambique
- **Luís Massalambane Labo**  
Banco de Moçambique  
Serviços de Operações c/Exterior  
C. P. 480 — Beira — Moçambique
- **Jorge Barros da Fonseca**  
Rua de Kicombo, casa 88, r/c  
C. P. 14040 — S. Paulo — Luanda  
Angola
- **Victorino Vasco de Souza**  
C. P. 1416 — Luanda — Angola

Estamos cá  
como se estivéssemos lá.  
Somos uma ponte segura  
na cooperação recíproca.



uma Empresa privilegiada  
na auscultação directa e  
no diálogo negociador,  
preparada e experimentada  
como via das melhores condições  
de parceria, que decorrem do  
planeamento de  
um grande mercado.

# ANGOLA

O seu estatuto preferencial  
é um espelho que reflecte  
as necessidades orientadas e  
as potencialidades do  
comércio externo angolano.



uma experiência  
adquirida  
uma confiança  
reforçada  
no domínio de  
acordos e  
operações  
comerciais e  
no fomento de  
cooperação  
técnica com a RPA.

Consulte:

VESPER • Importação e Exportação, Lda.  
Avenida António José de Almeida, 44, 1.º-Dt.º  
1000 LISBOA • Portugal  
telefs. 73 11 23 / 73 13 23 / 73 14 23  
telex 43688 VESPER P  
43446 VESPER P

Empresa de Capitais mistos  
Luso-Angolana, associada das  
seguintes Unidades Económicas Estatais:

IMPORTANG U.E.E.  
Central Angolana de Importação

EXPORTANG U.E.E.  
Central Angolana de Exportação

ANGODESPACHOS U.E.E.  
Empresa de Despachos Allandegários  
de Luanda

e da  
COTECO, Sociedade de Cooperação  
Técnica e Comercial, Limitada

## Méio Oriente: o recuo israelita e rumores de golpe de Estado

□ A decisão israelita de iniciar, em meados de Fevereiro passado, a retirada das tropas que ocupam o sul do Líbano encobre um revés diplomático-militar e uma dura realidade económica interna. Desde Junho de 1982, quando as tropas israelitas avançaram até Beirute, não foi alcançado o objectivo de neutralizar a oposição árabe e libanesa contra o expansionismo sionista. Quase todas as facções políticas, religiosas e militares, com excepção dos cristãos maronitas, mantiveram a resistência contra a ocupação israelita. E, nesses dois anos e oito meses decorridos desde os bombardeamentos de Beirute, o exército de Israel consumiu mais de três mil milhões de dólares em recursos financeiros, num momento em que o país atravessou uma violenta crise interna, onde a inflação chegou a

1.500% ao ano, no final de 1984.

O recuo israelita nestas circunstâncias deixou de ser uma vitória como pretendiam os governantes de Telavive para ser recebido como um alívio pela maioria da opinião pública judaica já frustrada com a inflação, o desemprego e a recessão. A desilusão de importantes sectores da população israelita em relação ao militarismo, deu força ao movimento "Paz Agora" e outros grupos pacifistas que reivindicam uma convivência normal com os vizinhos árabes e um acordo que anule as tensões do expansionismo. A extrema direita do movimento *Likud* foi parcialmente neutralizada pelo insucesso da invasão. Mesmo após a retirada dos guerrilheiros palestinos, os ataques contra as forças de ocupação continuaram, a ponto de nos últimos meses se

terem registado mais de 100 ataques contra as forças israelitas no Líbano.

A retirada anunciada pelo primeiro-ministro Shimon Peres incondicional e aconteceu depois da reiterada negativa israelita em negociar um acordo que eliminasse, entre outras coisas, a continuação da presença das tropas de Telavive no sul do Líbano.

Shimon Peres, ao anunciar a retirada, deu a entender numa entrevista ao semanário norte-americano *Newsweek* que a vitória no Líbano deve resultar após a saída dos israelitas, tentando com isso afirmar que a presença de tropas invasoras impedia o reinício da guerra civil libanesa. A mesma posição passou a ser adoptada por vários jornais e governos europeus simpáticos a Israel. Mas, entre os dirigentes libaneses, existe a certeza de que os quase 40 mil soldados israelitas que participaram da invasão na verdade, impediram que o país encontrasse uma solução para os seus próprios problemas ao sobrepôr às divergências entre os vários grupos políticos, a presença esmagadora de uma tropa de ocupação.

É certo que Israel continua a apoiar as milícias cristãs maronitas e direitistas contra os grupos muçulmanos, o que não permite muitas esperanças de pacificação imediata. Mas o fracasso da ocupação que durou 32 meses, bem como a crise económica interna, tornam pouco provável que Israel volte a se envolver numa nova aventura militar, que pode dar oportunidade que os libaneses encontrem uma saída para a crise interna na qual o país está mergulhado há pelo menos 30 anos.

A retirada israelita depois do impasse na ocupação do Líbano



## A détente entre a Guiana e Venezuela

O governo da Venezuela convidou o ministro dos Negócios Estrangeiros da Guiana a visitar Caracas em data próxima, como parte da reaproximação entre os dois países após quase dois anos de uma violenta polémica diplomática por questões territoriais. O ministro dos Estrangeiros venezuelano, Isidro Morales, esteve em Georgetown, capital da Guiana, no começo de Fevereiro, para discussões de alto nível sobre a normalização dos contactos entre os dois governos, que, nos últimos 20 anos, estiveram várias vezes à beira de um conflito militar.

A Venezuela reivindica uma área de aproximadamente 160 mil quilómetros quadrados na região de Ezequibo, correspondente a cerca de 3/4 partes do território da Guiana, alegando que essas terras foram ocupadas à

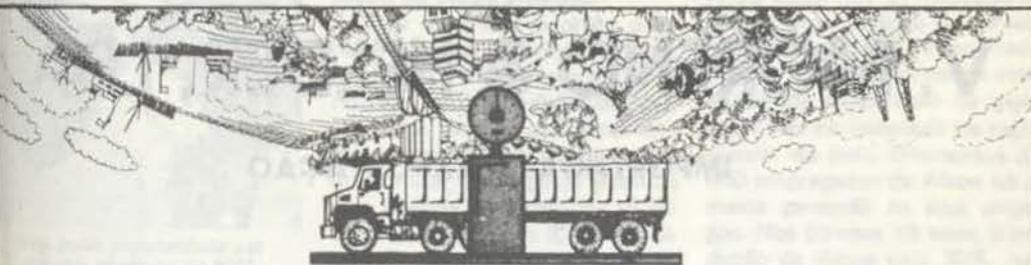


Área em destaque reivindicada pela Venezuela

força pela Grã-Bretanha. Em 1966, a Grã-Bretanha, a Guiana (na época recém-independente) e a Venezuela decidiram resolver a questão limítrofe num prazo de quatro anos. Em 1970, as partes interessadas optaram por

congelar o problema durante mais 12 anos mas, em 1982, o impasse continuou. A Guiana sugeriu que a disputa fosse levada ao Tribunal de Haia, mas a Venezuela recusou, propondo em vez disso a mediação da ONU.

Depois da posse do presidente venezuelano, Jaime Lusinchi, começou um degelo diplomático que culminou com as recentes reuniões entre os ministros dos Estrangeiros em Georgetown. Além do problema fronteiriço, os ministros Isidro Morales e Rashleigh Jackson abordaram questões económicas, como intercâmbio comercial e troca de tecnologia. Depois das reuniões, os dois mostraram-se optimistas mas recusaram-se a revelar se houve uma mudança significativa de posições no que se refere à disputa limítrofe. O emissário especial da ONU, que acompanha as negociações, Diego Cordovez, deve visitar Caracas e Georgetown ainda neste mês de Março.



## Nós sabemos que peso tem o Terceiro Mundo

FABRICAMOS BÂSCULAS E BALANÇAS PARA TODOS OS FINS HÁ MAIS DE 50 ANOS

A QUALIDADE DOS NOSSOS PRODUTOS É RECONHECIDA E PREMIADA INTERNACIONALMENTE

SOMOS OS MAIORES FABRICANTES E EXPORTADORES PORTUGUESES DE BÂSCULAS E BALANÇAS

**o peso é a nossa profissão!**

INTERNATIONAL AFRICA AWARD 1984

International trophy for quality  
1979, 1980, 1981, 1982

**CACHAPUZ**

International award  
to export 1982, 1983

JOSÉ DUARTE RODRIGUES, LDA. - APARTADO 12 - TELEX 32125  
TEL.: PPCA 73604/73606/73624 - 4700 BRAGA - PORTUGAL

## Nicarágua: a emergência económica

Num dos seus primeiros actos após assumir a presidência da República, o comandante Daniel Ortega anunciou a implantação de uma série de medidas económicas destinadas a enfrentar a situação criada pela guerra na fronteira com as Honduras e as manobras desestabilizadoras de grupos anti-sandinistas apoiados pelos Estados Unidos. Entre as medidas anunciadas, encontram-se a desvalorização de 100% na cotação da moeda nacional em relação ao dólar no câmbio oficial, a eliminação de subsídios para a alimentação, o congelamento dos orçamentos para a Saúde, Educação e nas demais despesas do governo para assistência social.

Ortega disse num pronunciamento pela TV que as medidas se tornaram necessárias devido ao elevado custo da guerra (ver *cadernos* n.º 74) e pela desorganização do comércio internacional provocada pelas grandes potências capitalistas.

"Os preços baixos, as obrigações financeiras e os prejuízos económicos provocados pelas agressões externas tiveram, como consequência directa, a escassez de divisas, o que se traduziu na necessidade de impor limitações na compra de matérias-primas, insumos, máquinas e peças de reposição", explicou Ortega. Mas, apesar disso, o chefe de governo da Nicarágua garantiu que a campanha de alfabetização não será

interrompida e que também não haverá cortes no programa de saúde e na construção de rodovias essenciais para o país, já em execução. Apenas não haverá novos investimentos nesses sectores, enquanto perdurar a situação de guerra.

Os reajustes salariais serão mantidos como uma forma de preservar o poder de compra dos assalariados, mas haverá um rigor do sistema de controlo de distribuição para evitar que os especuladores se aproveitem da escassez de alguns produtos. Além disso, serão adoptadas normas para que a inflação não supere os 40% registados nos últimos meses. Não haverá importação de feijão, milho, da mesma forma que aumentarão os impostos sobre os ganhos dos empresários privados tanto no comércio como na agricultura. Os sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos já aprovaram as novas medidas económicas de emergência.

# V. MORENO & HELDER, LDA.

IMPORTAÇÃO — EXPORTAÇÃO

PRODUTOS ALIMENTARES

Cereais — Legumes — Cafés — Especiarias

Beco dos Toucinheiros n.º 1 P 15-2º  
XABREGAS 1900 LISBOA - PORTUGAL

APARTADO 2367 - 1109 LISBOA CODEX  
Telefs. 840961/847232/837124  
Telex. 12209 Celeir P  
Endereço Telegráfico - CELEIRO

## Jamaica: crise económica abala prestígio do governo

Segundo sondagens recentes de opinião pública feitas na Jamaica, o primeiro-ministro Edward Seaga e o seu Partido Trabalhista perderiam as eleições gerais caso elas fossem realizadas hoje. A violenta queda de prestígio de Seaga, eleito com 85% dos votos em 1980 mas que hoje teria apenas 42%, é uma consequência da aplicação do programa de austeridade imposto pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) desde o início do governo trabalhista na Jamaica.



Seaga perde popularidade por aplicar o programa do FMI

O ex-primeiro-ministro Michael Manley, líder do Partido Nacional Popular, voltaria ao poder, segundo as sondagens, com 58% dos votos dos jamaicanos, menos de um ano e meio depois da realização das eleições gerais antecipadas, boicotadas pela oposição. Seaga controla hoje todo o parlamento, mas a sua popularidade tem aumentado à medida que cresce o preço pago pela população para que o governo cumpra as metas do FMI.

No ano passado, mais de quatro mil trabalhadores perderam os

seus empregos, ao mesmo tempo que a inflação atingiu a cifra recorde de 35% e a moeda nacional foi desvalorizada em 70%. A recessão económica provocada pelo governo atingiu o sector privado que ficou sem crédito e muitas empresas faliram. O programa de reconstrução económica anunciado por Seaga em 1980 fracassou e, hoje, o governo limita-se a dar incentivos apenas para a exportação. No sector habitacional, foram abandonados 21 dos 26 projectos elaborados pelo governo, aumentando o desemprego e o drama dos trabalhadores que ganharam reajustes salariais de apenas 15% no ano passado. No mês de Abril, mais dois mil empregados públicos ficarão no desemprego, em consequência da desactivação dos programas sociais e paralisação de obras públicas.

Está a ser este o preço pago pelos jamaicanos pelo novo acordo assinado entre Seaga e o FMI, no valor de 143 milhões de dólares. Para receber esse empréstimo, o governo de Kingston teve que limitar as despesas públicas pela metade, baixando de 15,4% do Orçamento para 8,3%. Simultaneamente, houve um agravamento geral de impostos e a criação de taxas sobre serviços hospitalares que antes eram gratuitos na sua maioria.

O acúmulo de frustrações entre os assalariados explodiu em meados de Janeiro passado, com uma série de protestos de rua que deixaram a capital virtualmente paralisada durante dois dias. Os manifestantes levantaram barricadas nas ruas, carros do governo foram incendiados e o aeroporto da cidade foi cercado pelos trabalhadores. Os protestos foram tão violentos que várias lojas fecharam as

portas, enquanto a insatisfação se estendia à zona rural onde também aconteceram manifestações. A repressão do governo foi brutal, o que serviu para aumentar ainda mais a revolta dos sindicatos, grevistas, estudantes e também de importantes sectores da classe média.

A oposição quer agora que o governo de Seaga antecipe as eleições gerais previstas para 1989, como única forma de impedir uma explosão social de características imprevisíveis. Mas o dirigente do partido trabalhista nega-se a atender as exigências do ex-primeiro-ministro Manley, confiando em que a ajuda do Banco Mundial e do governo de Ronald Reagan consiga salvar o seu programa económico monetarista.

Outro golpe violento na já debilitada economia jamaicana foi dado em meados de Fevereiro passado, pela transnacional Alcoa, que resolveu fechar as instalações para produção de alumínio nessa ilha das Caraíbas. A firma alega que os impostos cobrados pelo governo da Jamaica e a queda dos preços internacionais do alumínio tornaram antieconómica a operação da gigantesca fábrica instalada na região central do país. Oitocentos dos 900 empregados da Alcoa na Jamaica perderão os seus empregos. Nos últimos 10 anos, a produção da Alcoa caiu 30%, num período em que o governo passou a receber 187 milhões de dólares anuais com o aumento dos impostos. A decisão da empresa foi encarada como uma verdadeira chantagem para que o primeiro-ministro Seaga anule a cobrança dos impostos adicionais, já que a transnacional disse que a desactivação completa das suas instalações só acontecerá dentro de cinco meses, período em que ela alegou que "vai estudar o mercado". Setenta por cento das divisas externas da Jamaica vêm da produção de alumínio.

## Coreia do Sul: cresce a oposição política ao regime militar

□ O agitado retorno do exílio de Kim Dae Jung dinamizou o Partido Democrático da Nova Coreia (PDNC) de tal modo que, com apenas um mês de fundação, tornou-se a segunda força política da Coreia do Sul. Analisados os resultados das eleições legislativas parciais de 12 de Fevereiro, onde se disputaram 184 lugares, o PDNC obteve 47, enquanto que o Partido da Justiça Democrática, liderado pelo actual presidente, general Chun Doo Kwan, ficou com 88. O outro grupo de oposição mais moderada, o Partido Democrático Coreano, foi relegado para uma terceira posição, com 24 lugares.

Com a sua casa cercada por



Kim Dae Jung

um muro de cinco metros de altura e por mais de 400 policiaes, Kim Dae Jung, impedido de votar, considerou o pleito eleitoral

como "um espectáculo de show business para fazer crer que vivemos em uma democracia". Na realidade, de acordo com as normas do actual regime, dos 270 lugares parlamentares, só 112 são ocupados por sufrágio universal. Os restantes 92 são distribuídos dando dois-terços ao partido mais votado e o restante aos demais, de forma proporcional aos seus votos. Nas eleições de 1981, o partido de Chun conseguiu 53% dos lugares no parlamento com apenas 35% dos votos.

As enormes demonstrações de adesão recebidas por Kim no regresso a Seul, quatro dias antes das eleições, já indicavam a enorme expectativa popular, que finalmente se traduziu em um comparecimento às urnas de 84% dos 24 milhões de eleitores, a maior cifra nos últimos 25 anos e 6% superior à registada em 1981.



A nossa meta é exportar

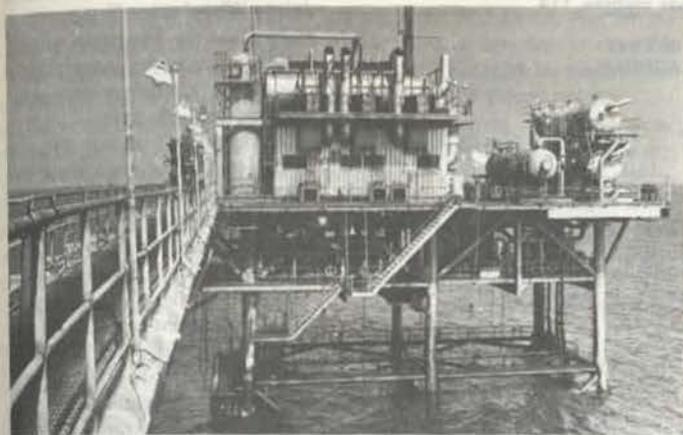
3 Medalhas de Prata  
do 6º Concurso Nacional  
de Vinhos Engarrafados  
1982 da J. N. V.

3 Medalhas de Ouro  
do 6º Concurso Nacional  
de Vinhos Engarrafados  
1982 da J. N. V.

Av. Elias Garcia, 76-3º A/B - Lisboa • PORTUGAL  
Telex 12165 LUSIVI P - TELEFS. 773988/774636



## Angola: ESPA efectuou o primeiro furo petrolífero



□ A primeira empresa angolana de serviços petrolíferos, a ESPA, que agrupa quatro companhias, nomeadamente a SO-NANGOL, BRASPETRO, PETROFINA e *British Petroleum*, procedeu ao primeiro furo na plataforma continental angolana, no passado dia 4 de Fevereiro. Este foi o primeiro de nove furos a levar a cabo no Bloco-4, dos quais três este ano, correspondendo a um investimento de 19 milhões de dólares, prevendo-se a médio prazo que a produção de petróleo bruto da República Popular de Angola seja superior aos actuais 200 mil barris por dia.

A empresa de Serviços Petroliíferos de Angola, constituída há alguns meses, tem como objectivo principal proceder à execução de um programa mínimo de pesquisas em nove poços, num montante calculado em 100 milhões de dólares a serem investidos nos próximos três anos. Segundo o previamente estipulado, a SO-NANGOL participa como concessionária principal na ordem dos 20%, a BRASPETRO com 35%, a PETROFINA também com 35% e a *British Petroleum* com apenas 10%. A acção que se

iniciou com este primeiro furo irá estender-se pelos próximos três anos, perfurando apenas três poços no corrente ano, correspondendo a um investimento de 19 milhões de dólares norte-americanos.

### Namíbia: o preço da traição

Uma investigação realizada pela Conferência de Bispos Católicos da África do Sul revelou que o comando do exército branco racista paga até dez mil dólares para quem capturar um comandante guerrilheiro da SWAPO, o movimento de libertação nacional que luta pela independência da Namíbia. O informe revela também que o comando militar sul-africano elaborou uma verdadeira tabela de preços para capturas e informações sobre a SWAPO. Assim, quem entregar um dirigente político intermédio da guerrilha recebe cinco mil dólares, enquanto um combatente comum vale mil dólares, pagos em dinheiro a quem fizer a captura. Além disso, o exército sul-africano, que tem cerca de 50 mil homens nes-

Entretanto, e em relação ao pessoal que labora na ESPA, esta espera formar 100 técnicos superiores até 1989, visto ter actualmente 62 trabalhadores angolanos e 31 estrangeiros, dos quais apenas 8 têm formação superior.

Entretanto, começaram já a ser construídos estaleiros cuja função consiste fundamentalmente no pré-fabrico, construção, instalação, manutenção e reparação de equipamentos petrolíferos, destinados à produção, tratamento, processamento, armazenamento e transporte de petróleo bruto e derivados. A primeira plataforma a ser construída deverá estar pronta em Julho do corrente ano.

O grande incremento que a actividade petrolífera tem vindo a registar nos últimos anos, obrigou o governo angolano a contratar serviços de empreiteiros estrangeiros, que após a conclusão da obra se retirarão deixando as infraestruturas funcionais.

sa ex-colónia alemã, paga 500 dólares por informações sobre deslocamento de tropas da SWAPO e 100 dólares pela localização de minas terrestres.

O sistema de pagamento de informações ou capturas dentro da Namíbia já está em vigor há pelo menos quatro anos e nunca foi confirmado oficialmente pelos chefes militares sul-africanos. Mas a pesquisa feita pela Conferência de Bispos Católicos comprovou o pagamento das recompensas, graças aos testemunhos de soldados brancos, missionários e até mesmo de pessoas que denunciaram militantes da SWAPO dentro do território da Namíbia. O relatório dos bispos revelou que apesar do alto preço pago, tem diminuído nos últimos meses o número de denúncias e traições entre a população negra da Namíbia.

**AGERG**



GESTÃO E CONSTRUÇÃO, L.D.A.

av. almirante gago coutinho, 114

1700 lisboa

tel. 80 86 49 - 80 75 42

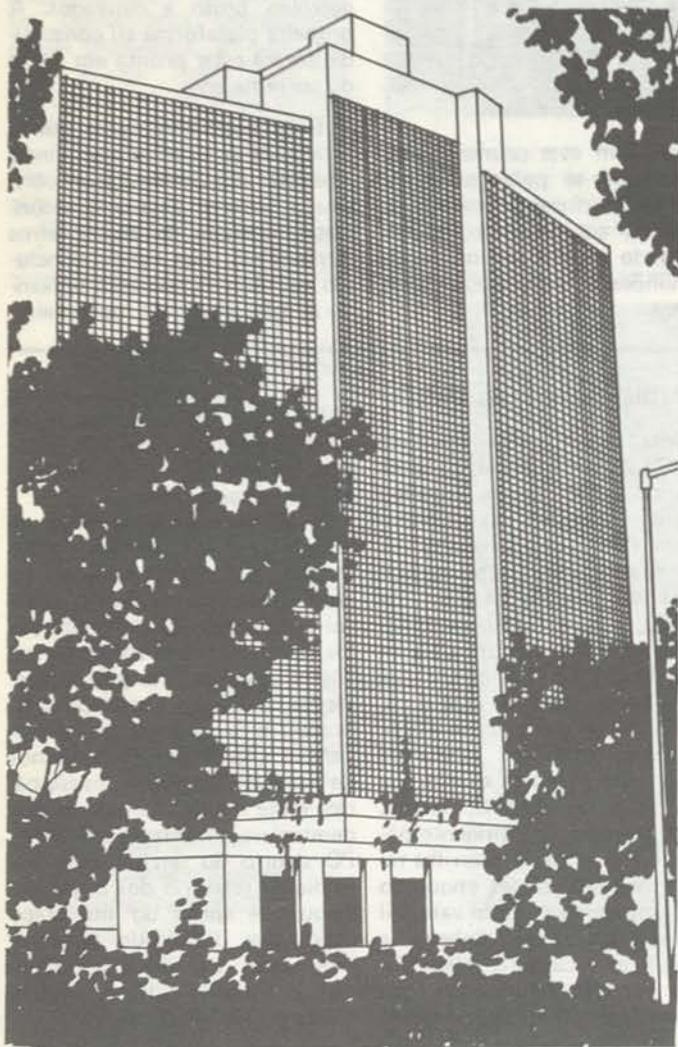
Telex: 18754 AGERG P

## HOTEL COSTA DO SOL

MAPUTO — MOÇAMBIQUE

- 360 quartos
- Suites
- Sala de congressos VIPS
- Coffee shop. Grill. Lobby Bar
- Piscina. Boite. Sauna. Ténis

A cargo da AGERG  
Direcção de Construção  
Projecto de execução



### Asseguradas colheitas na Nicarágua

O ministro nicaraguense de Desenvolvimento Agropecuário e Reforma Agrária, comandante Jaime Wheelock, afirmou no passado mês de Fevereiro, em Manágua, que estão asseguradas as principais colheitas agro-exportadoras daquele país.

Dirigindo-se a um grupo de jornalistas, Wheelock disse estar bem garantidas 50 mil toneladas de café para o corrente ano e que o actual lema consiste em atingir as 60 mil toneladas.

Relativamente ao algodão, aquele dirigente sandinista desmentiu o diário *La Prensa*, de oposição afirmando que dos 115 mil hectares semeados, apenas 11 mil se encontram em risco de se perderem, o que não impedirá o sucesso da colheita, tendo já sido colhidas 75 mil toneladas daquele produto. Quanto ao açúcar, tudo indica que a colheita será melhor este ano comparativamente à do ano transacto, estimando-se números superiores a 240 mil toneladas métricas.

No ano passado a Nicarágua exportou pouco mais de 121 milhões de dólares de café e 134 milhões de algodão, esperando-se para este ano respectivamente 145 milhões e 135 milhões.

### Mexicanos sem documentação expulsos dos Estados Unidos

Sessenta mil indivíduos de origem mexicana estão em vias de ser expulsos dos Estados Unidos por falta de documentação, alertou recentemente o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Arizona. O director do sindicato em questão que falava durante uma conferência de imprensa dada para o efeito, referiu que estes mexicanos são procedentes dos estados de Guerrero e Queretaro e contribuirão para a recuperação das colheitas de citrinos e tomate em vias de se perderem no estado norte-americano da Flórida.

## Bolívia: Inflação recorde e rumores de golpe de Estado

A brusca aceleração do processo inflacionário na Bolívia, que encerrou 1984 com um índice de 2.600%, colocou o país do planalto andino não só em níveis que a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) definiu como os mais altos "na história econômica do continente", como dentro de parâmetros que não têm paralelo no resto do mundo.

co mais de 200 pesos. No fim de 1984, estava em torno dos 50 mil e, em Fevereiro passado, chegou a 170 mil pesos no mercado paralelo. Depois de reconhecer que a economia boliviana se encontra em um estado de desregramento, o ministro das Finanças declarou que o governo terá que levar avante um urgente "programa de estabilização econômica", cujo componente mais

partidos políticos iniciam consultas para definir programas, negociar alianças e elaborar listas visando as eleições presidenciais que se realizarão no próximo mês de Junho.

Por ocasião da crise protagonizada por Arias, foi significativo comprovar que a solução do conflito se deu com a colocação do general López Leytón, de reconhecida trajetória civilista, no cargo que Arias ocupava.

Em meados de Janeiro passado, além disso, foi denunciada outra intencional golpe que deveria ser consumada por dois militares reformados, os quais encaixaram o frustrado golpe de Estado de 30 de Junho de 1984, que incluiu o sequestro, durante 11 horas, do presidente Hernán Siles Zuazo. A "arruaça golpista", segundo a denúncia oficial, devia produzir-se nas cidades de Santa Cruz e Cochabamba, segunda e terceira em importância do país. O seu propósito era criar um clima de instabilidade capaz de levar as forças armadas a assumir o governo.

Enquanto isso, os ex-presidentes Victor Paz Estenssoro e Hugo Bánzer já figuram como candidatos das opções eleitorais com possibilidades de vitória. Em relação à candidatura Bánzer, existem temores de que — depois de um verão democrático tão curto quanto funesto — a direita possa apoiar-se nele para retomar as rédeas do país. O líder da direita Ação Democrática Nacionalista anunciou que, em caso de vitória, as bases do seu governo assentaram em uma "democracia forte" e na chamada economia social de mercado. Bánzer, que exerceu o poder pela força entre 1971 e 1978, foi derrotado pelo actual presidente Siles Zuazo nas eleições que levaram à instalação de um regime constitucional em Outubro de 1982, depois de 18 anos de ditadura intercalados por breves períodos democráticos.



O presidente Siles Zuazo

Esse descontrolo da inflação foi agravado pela forte emissão de moeda a que o governo recorreu como forma de fazer frente a compromissos assumidos com a Confederação Operária Boliviana (COB), depois da greve de Novembro do ano passado. Recentemente, o Banco Central colocou na praça notas de 100 mil pesos bolivianos quando até uns meses atrás o maior valor era de apenas mil pesos. Em Novembro de 1982, o dólar era comprado no mercado paralelo por pou-

importante seria a indexação do valor dos depósitos com relação ao dólar. Para isso, o governo de Hernán Siles Zuazo contaria com um fundo financeiro de 60 milhões de dólares fornecido pelos Estados Unidos.

Nesse quadro, não é de se estranhar que La Paz se veja sacudida por rumores golpistas. A recente tentativa de rebelião do general Olvis Arias, ex-comandante-em-chefe do exército, pôs à prova a institucionalidade do país, num momento em que os

## África do Sul: aumenta a crise económica

O governo sul-africano será obrigado em breve a adoptar restrições cambiais e reduzir as importações, em consequência da aceleração da deterioração da economia nacional, provocada pela contínua queda dos preços do ouro bem como pela elevação dos gastos públicos com a Defesa e Segurança. Em meados de Janeiro passado, o governo de Pretória foi obrigado a elevar para 22,7% a taxa de juros depois que a cotação da moeda nacional, o *rand*, continuou em queda, por causa da baixa do preço do ouro.

Especialistas financeiros europeus acreditam que o ouro, responsável pela maior parte das divisas sul-africanas, deve continuar em baixa no mercado internacional, podendo no máximo

chegar a 330 dólares por onça. No ano passado, a cotação já era baixa e oscilou em torno dos 360 dólares por onça. Com a desvalorização do metal, a situação da moeda sul-africana entrou em crise. Hoje, o *rand* vale metade do que valia há um ano.

Com isso, surgiram uma série de consequências negativas na economia do *apartheid*. Os bancos passaram a pressionar pelo aumento das taxas de juros com o objectivo de conseguirem atrair depositantes. Mas, ao mesmo tempo, o crédito tornou-se mais caro porque todos os empréstimos bancários passaram a ter taxas elevadíssimas. As restrições de crédito provocaram a redução da actividade industrial e uma fuga dos principais investidores

em direcção ao dólar norte-americano. As manobras especulativas levaram o governo a alterar a forma de pagamento das empresas mineradoras, que até recentemente recebiam em dólares tudo o que exportavam. A partir de agora, metade do pagamento será feito no desvalorizado *rand*.

A conjugação queda do ouro e baixa do *rand* gerou o aumento do défice na balança comercial com o exterior, já que as importações de petróleo e de armamentos são feitas em moeda norte-americana. Assim, nos meios económicos de Joanesburgo circulam rumores de que será inevitável a adopção de restrições à importação de produtos para consumo da classe média branca. Mas, mais importante do que isso, parece ser a repercussão da crise na situação militar. No ano passado, a África do Sul gastou quase 1,5 mil milhões de dólares com a guerra na Namíbia.



SOCIEDADE COMERCIAL LUSO-GUINEENSE, S.A.R.L.

R. Tomás Ribeiro, 50-4/  
1000 LISBOA  
PORTUGAL

Telex: 14238 ACTIME/P  
Telef. 54 00 19 54 83 16 54 83 16

### IMPORTAÇÃO:

*Amendoim, coconote, cera, couros, borracha, bagaço, etc.*

### EXPORTAÇÃO:

*Produtos alimentares, têxteis, materiais de construção e bens de equipamento.*

### ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

*Áreas administrativa e financeira*

### ÁREA GEOGRÁFICA DE ACTUAÇÃO:

*Larga experiência dos mercados africanos e europeus.*

## Zaire:

### A visita do presidente de Angola

□ A primeira visita oficial do Presidente da República Popular de Angola, José Eduardo dos Santos, recentemente realizada ao Zaire, encheu um novo clima de entendimento entre os dois países. Unidos por uma longa fronteira comum mas com regime político-ideologicamente muito diferentes, os pontos de convergência económica e cultural têm-se desenvolvido com alguma dificuldade. Entre 1978 e 1984 vários acordos foram assinados: acordo geral sobre cooperação económica, científica, técnica, social e cultural; de transporte e segurança para a navegação aérea; de interligação dos caminhos-de-ferro. Todos eles foram negociados e assinados em Luanda. Embora existam uma série de outros entendimentos, nenhum destes acordos tem, de facto, vigorado, apesar das necessidades reais de ambos os países.

Numa referência clara ao Zaire, José Eduardo dos Santos afirmou durante um discurso que não movem o povo angolano «quaisquer pretensões expansionistas, nem desejos de transferir as suas opções políticas e experiências para outros países, pois cada povo, em nossa opinião, escolhe o seu caminho próprio para construir a felicidade e realizar as suas aspirações». Fazendo incidir a sua alocução, nas afinidades existentes entre Angola e o Zaire, José Eduardo dos Santos referiu que «os actuais limites fronteiriços dos nossos países que, como em todo o continente africano, são internacionalmente reconhecidos, demarcam áreas geográficas de que cada potência colonizadora se serviu para espoliar os nossos recursos, sem se preocupar com a divisão



de famílias, povos ou sub-nações». Acrescentou depois que «nestes territórios os nossos povos existem hoje como nações independentes, com uma longa fronteira comum, separando populações com os mesmos hábitos e tradições e com um passado histórico pré-colonial comum. As afinidades linguísticas e culturais existentes entre os nossos povos, constituem, em nosso entender, uma boa base para facilitar a aproximação, a compreensão mútua, a consolidação das relações de boa vizinhança e o equacionar de questões de interesse para o nosso desenvolvimento».

O presidente do Zaire, por seu turno, garantiu que «o território de um não servirá nunca de bastião para a desestabilização de outro». Mobutu expressou ainda o desejo de que a República Popular de Angola se torne, brevemente, membro de pleno direito da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC).

Das conversações mantidas ao longo dos quatro dias em que decorreu a visita de José Eduardo dos Santos ao Zaire saldaram-se os acordos: sobre a defesa e a segurança; sobre a circulação de pessoas e bens; comércio fronteiriço e cooperação aduaneira; conservação de recursos naturais partilhados; cooperação médico-sanitária; e um programa a executar no presente e nos próximos anos sobre o acordo de cooperação cultural e científico assinado em Kinshasa, em Dezembro de 1981. Os dois países concordaram ainda em proceder à ratificação do acordo geral de cooperação económica, científica, social e cultural assinado em Luanda, em Outubro de 1978 e do acordo comercial assinado em Kinshasa, igualmente em Outubro de 1978.

## ÁFRICA

### A luta conta a seca

□ "PIGAAD", Autoridade Permanente Intergovernamental para a Seca e o Desenvolvimento na África de Leste, é o nome atribuído ao organismo que os seis países daquela região africana pretendem criar com o objectivo de melhorar o desenvolvimento industrial e combater a seca.

Reunidos no início do passado mês de Fevereiro, em Djibuti, peritos dos seis países da África Oriental, nomeadamente a Etiópia, Quênia, Uganda, Somália, Djibuti e Sudão, abordaram questões inerentes à fundação daquele organismo, no sentido de elaborarem uma proposta a ser apresentada na próxima conferência ministerial, prevista também para Djibuti, ainda no corrente ano.

A "PIGAAD" foi pensada fundamentalmente com o objectivo de coordenar os esforços desenvolvidos pelos países da região, na luta contra as calamidades naturais, com particular destaque para a seca.

## Um século de fraudes das transnacionais do petróleo

As grandes corporações petrolíferas utilizaram métodos ilícitos para adquirir a matéria-prima a baixo custo e vender os seus produtos a preços artificialmente elevados, pode-se dizer, desde a origem dessa indústria até aos nossos dias. A prova disso são as recentes revelações conseguidas por uma fonte insuspeita no assunto: o *Wall Street Journal*, o jornal diário económico norte-americano mais importante.

O jornal teve acesso, mediante um recurso legal, às actas judiciais de processos em curso contra um grupo de empresas petrolíferas. Entre elas, encontram-se as maiores empresas de petróleo dos Estados Unidos que, por sua vez, estão entre as maiores transnacionais.

Um juiz federal de Los Angeles, William P. Gray, autorizou a divulgação de uma série de documentos e depoimentos vertidos nas actas, e o *Wall Street*, na sua edição de 17 de Dezembro último, publicou um extenso relatório, cheio de bastidores, de manobras secretas e ilícitas por parte dos mais altos executivos do grupo empresarial. Estes comportavam-se como uma "irmandade", para acertar operações tendentes a depreciar o *crude* que adquiririam e aumentar dolosamente o preço de venda dos produtos ao consumidor nos Estados Unidos. O procurador-geral da Califórnia — que foi quem inicialmente utilizou o qualificativo de "irmandade" para se referir às grandes corporações — disse que "o intercâmbio de informações no interior da indústria petrolífera era tão extenso, regular e corrente" que lhe parecia um equivalente de "uma só companhia".

As actas conseguidas pelo jornal da *Wall Street*, onde a Bolsa de Nova Iorque tem a sua sede, contêm investigações que abrangem quase um

quarto de século, desde os anos 50 até meados da década passada, e só se referem, como é natural, a acontecimentos no território norte-americano. Por outro lado, os documentos colectados pelo jornal constituem apenas uma parte das actas lavradas numa série de processos. Disto se deduzem duas coisas: 1) as manobras ilícitas poderiam ser apenas a ponta do *iceberg* que a justiça conseguiu descobrir; 2) se as supercompanhias empregam tais procedimentos nos Estados Unidos, onde são severamente punidas e onde os controlos estatais são de conhecida eficiência, pode-se deduzir quais serão as manobras ocultas que elas aplicam nos países do Terceiro Mundo, onde frequentemente as empresas tratam os seus negócios com governantes corruptos, onde sempre o aparelho estatal é subdesenvolvido e onde o poderio de cada transnacional costuma ser muito superior ao de cada uma das nações nas quais elas se instalaram.

O documentado artigo do *Wall Street* é particularmente importante pois se integra numa cadeia de processos e investigações realizadas na superpotência e em outros países, desde o início deste século. Nesse sentido, o primeiro grande antecedente foi a resolução do Supremo Tribunal dos Estados Unidos que, em 1911, condenou o monopólio a *Standard Oil*, de John D. Rockefeller, e ordenou a diversificação das sociedades que a integravam, em 34 empresas. Isso não impediu — embora tenha dificultado — o posterior acordo entre as empresas separadas, já que os principais accionistas de todas elas eram membros da família Rockefeller e seus colaboradores de confiança.

Uma das 34 companhias, a *Exxon*, é hoje a maior empresa do mundo e, segundo a sua tradição,

FIM DA 2.ª GUERRA MUNDIAL  
A VITÓRIA SOBRE O NAZI-FASCISMO

figura entre as corporações acusadas.

Os processos contêm poucas referências a manobras posteriores a 1973 e o *Wall Street*, numa frase que insinua as suas suspeitas, diz que as actas "não esclarecem se tais práticas ocorrem ainda na indústria petrolífera".

Talvez possa parecer estranho a algumas pessoas que um expoente tão importante da comunidade financeira norte-americana, como o *Wall Street Journal*, se tenha interessado tanto em obter e publicar as escabrosas manobras das empresas petrolíferas.

Na realidade, as práticas monopolistas que atentam contra a economia de mercado e suas leis de livre oferta e procura, não apenas são contrárias à legislação positiva norte-americana, como também à ideologia do capitalismo liberal, bem entendido. Vem ao caso esta célebre observação de Adam Smith, o eminente pai do liberalismo económico e defensor de um mercado de competição perfeita tão teórico quanto alheio ao desenvolvimento histórico do capitalismo:

"raramente acontece que homens de uma mesma profissão estejam juntos, seja simplesmente para uma comemoração ou um divertimento, sem que as suas conversas terminem numa conspiração contra o público ou num procedimento qualquer para aumentar os preços".

Aquilo que o *Wall Street* denominou de "uma conspiração na Califórnia" consistia em conciliábulos que perseguiram um duplo objectivo: a compra do *crude* a preços inferiores ao seu valor real e maquinações para incrementar as cotações dos seus produtos.

O facto de as companhias terem adquirido o *crude* desvalorizado proveniente de terrenos públicos na Califórnia, motivou o processo iniciado por esse estado da União. Depois do embargo do petróleo decretado em 1973 pelos exportadores árabes contra os Estados Unidos e a consequente multiplicação dos preços do *crude* em poucos meses, outros processos foram abertos.

O *Wall Street* cita uma série de petições demandadas pelo estado da Califórnia e pela

cidade de Long Beach contra a *Exxon, Shell, Mobil Oil, Chevron, Texaco e Unocal*. Outra série teve como actores os estados da Califórnia, Arizona, Oregon, Washington e Flórida, que colocaram no banco dos réus aqueles seis gigantes e mais a *Gulf, Atlantic Richfield (Arco)*, e a *Phillips Petroleum*.

As actas apresentam um acordo clandestino entre as companhias para trocarem fornecimentos de *crude* sem lhes dar preços. Escreve o *Wall Street*: "agora, um juiz dos Estados Unidos diz que vê nisso a perturbadora evidência de que esse sistema de troca era parte de uma conspiração para a fixação de preços inferiores aos reais pelo *crude* pesado extraído de terrenos públicos". Os executivos das empresas valiam-se de chamadas telefónicas "de cortesia" e de juntas clandestinas para estabelecer os preços de compra no nível desejado.

À margem do mecanismo de preços correntes e exercendo o seu ingente poder de mercado, o oligopólio conseguiu baixar os valores de compra em prejuízo dos produtores.

Embora os processos ainda não estejam concluídos, um detalhe indica o virtual reconhecimento da culpabilidade. Uma semana antes da divulgação das actas legais, uma das acusadas — a *Arco* — aceitou, através de acordo extrajudicial, pagar 22,5 milhões de dólares aos demandantes, quantia próxima à que elas reivindicavam pelos prejuízos.

No outro extremo do negócio, as corporações urdiam manobras para aumentar o preço dos seus produtos refinados ao consumidor, arredondando assim os ganhos desmesurados.

Cabe lembrar, para uma melhor compreensão destes procedimentos, que as transnacionais estão integradas "verticalmente". Esta expressão é utilizada para descrever as empresas que operam na totalidade do ciclo petrolífero: extracção, transformação industrial, transporte e comercialização. Por sua vez, as empresas que estão presentes em apenas numa das citadas fases do ciclo, mesmo que sejam grandes, são chamadas

nos Estados Unidos de "independentes". As supercompanhias envolvidas nas actas controlavam grande parte da exportação e da refinação, e comercializavam também uma parte dos seus produtos através de redes de distribuidores independentes. Assim, cada vez que decidiam aumentar os preços — que, supõe-se, sejam determinados pela livre oferta e procura —, os executivos comunicavam-nos aos distribuidores independentes. Se um deles, desejoso de abrir para si um maior espaço no mercado, se negava e pretendia manter preços competitivos, as corporações entravam em acordo para privá-lo de fornecimentos, obrigando-o assim a capitular. Quanto aos procedimentos clandestinos, tratava-se de reuniões secretas periódicas entre os executivos de mais alto nível, das quais não se faziam actas, e de um sistema para trocar chamadas telefónicas sem que ninguém, salvo os conspiradores, pudesse se inteirar das conversações. Quanto à frequência desses contactos no período considerado, o *Wall Street Journal* diz que eram "um modo de vida".

Em 1969, uma resolução do Supremo Tribunal declarou ilegais e manifestamente anticompetitivas as reuniões para intercâmbios sobre preços. Porém, apoiado na análise das actas, o *Wall Street* afirma que, mesmo depois disso, "alguns funcionários da indústria continuaram a manter conversações reservadas sobre níveis de preços". Afirma também que novas tácticas substituíram as velhas. O jornal limitou-se às evidências encontradas nos documentos aos quais teve acesso, mas não mencionou os antecedentes desses escândalos. A sentença contra a superempresa de Rockefeller foi dada em 1911, mas referia-se a actividades anteriores. A *Standard Oil Company* foi fundada em 1870 e o *Standard Oil Trust* em 1882. Por volta de 1880, a *Standard* já era um monopólio, pois controlava cerca de 95% do petróleo norte-americano e era a maior potência petrolífera mundial.

Portanto, a série de investigações judiciais comentadas aqui proporciona informações sobre

manobras ilícitas ao longo de quase um século. Em Julho de 1928, um cartel formado pelas maiores empresas mundiais traçou o acordo secreto conhecido nos meios petrolíferos com o nome de "Linha Vermelha". Apoiadas activamente pelos governos dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e França, as transnacionais repartiram entre si, com exclusão de terceiros, os territórios que haviam pertencido ao império turco-otomano, onde se encontram as maiores reservas mundiais de hidrocarbonetos, particularmente no golfo Árabe.

Em Setembro desse mesmo ano, os executivos transnacionais reuniram-se num castelo escocês com o pretexto de uma temporada de caça. Na realidade, assinaram um pacto secreto denominado *As is* (que, em inglês, quer dizer "como é"), que consistiu em um dispositivo de informação e acordos sobre fornecimentos e preços tão sigiloso, sistemático, detalhado e eficaz que implantou o controlo do oligopólio até nos lugares mais remotos do planeta.

Os protagonistas dessa trama foram as chamadas "Sete Irmãs", ou seja, a anglo-holandesa *Royal Dutch Shell* (mais conhecida como *Shell*), a britânica *British Petroleum* e as cinco maiores corporações norte-americanas. A fonte mais relevante em relação a essas manobras é uma investigação realizada nos anos 50 por parte de uma comissão federal norte-americana — a *Federal Trade Commission* — que esteve a cargo de John Blair, um procurador severo.

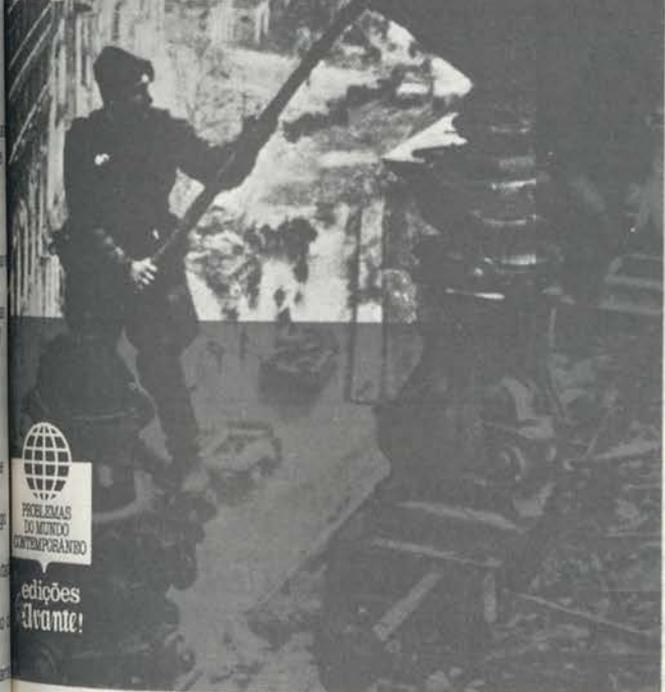
Blair acumulou uma impressionante documentação e obteve provas sobre os pactos secretos e as conspirações para elevar os preços em prejuízo do consumidor.

Os executivos das "Sete Irmãs" desfilaram diante dos auditores e proclamaram em uníssono que as práticas ilícitas tinham parado para sempre quando deflagrou a II Guerra Mundial. Anos mais tarde, o procurador Blair reiterou a sua convicção de que os arranjos oligopólicos tinham continuado pelo menos até 1971. As actas judiciais confirmam isso mesmo.

# 10.º ANIVERSÁRIO DO FIM DA 2.ª GUERRA MUNDIAL E DA VITÓRIA SOBRE O NAZI-FASCISMO

E. Kulkov, O. Rjechevski,  
I. Tchelichev

A VERDADE E A  
MENTIRA SOBRE A  
SEGUNDA GUERRA  
MUNDIAL



edições  
Avante!

Revelar objectivamente e de modo global as causas e o carácter da Segunda Guerra Mundial, o conteúdo dos seus acontecimentos mais importantes, apreciar justamente os seus resultados e as suas lições, é simultaneamente uma importante advertência àqueles que hoje brandem as armas nucleares, ameaçando precipitar a Humanidade no pântano de destruição ainda maiores.

edições  
**Avante!**

## CONHECER A GUERRA PARA DEFENDER A PAZ



**IRAL**

- Estantes para supermercados
- Vitrinas e câmaras frigoríficas
- Equipamento para agro-pecuária

INDÚSTRIAS E COMÉRCIO METALOMECÂNICOS S.A.R.L.

Sede e Complexo Industrial

3401 OLIVEIRA DO HOSPITAL CODEX • Tels. 52460 - 52161 - 52193 • Telex 18761 IRAL OP

Delegações

LISBOA • Av. Santos Dumond, 47 r/c - 1000 LISBOA • Tels. 779115 - 76 46 52 • Telex 14356 IRAL L

COIMBRA • Av. Fernão de Magalhães, 642 - 3000 COIMBRA • Tels. 28573 - 23415 • Telex 14430 IRAL C

PORTO • Rua de Camões, 455 - 4000 PORTO • Tels. 312589 - 383618

**RUF**

Agência de organização e contabilidade RUF, Lda.

**30 anos de experiência**

*Estudos, projectos, equipamentos,  
produtos, serviços, know how.*

Avenida Duque de Loulé, 75, 3.º - Esq. — 1100 Lisboa

Telefones: 53 07 62 / 55 47 00

Telegramas CONTARUF

Telex: 64 219 — RUFEX P

# A crise do *apartheid*



Nos últimos cinco meses, mais de 170 negros foram mortos em confrontos com a polícia sul-africana. No mesmo período, o número de greves quadruplicou em relação ao começo de 1984. É o mais longo período de efervescência política dos últimos anos num país que ainda adota uma forma arcaica de aristocracia: a aristocracia racial. Um país onde a Igreja rompeu com o governo. Onde a minoria branca, no poder há 37 anos, está apavorada. E onde mais de 70% da população não tolera já o sistema de poder baseado na cor da pele. Um país onde o presidente rompe com as suas próprias origens, na tentativa de sobreviver à pior crise econômica da sua história e de salvar privilégios. Um regime renegado nos foros diplomáticos, mas tolerado e até estimulado nos negócios. Um governo que propõe aos seus vizinhos protecção contra ataques que ele próprio organiza. Um partido que se diz disposto a reformas, desde que a minoria continue hegemônica.



Matéria de capa

África do Sul

## O fracasso da “estratégia global”

*O governo sul-africano tenta substituir a “supremacia racial” pela “supremacia do capitalismo” mas o seu projecto, chamado Estratégia Global, enfrenta violenta oposição dentro e fora do país*

Carlos Castilho

O sistema do *apartheid*, oficializado na África do Sul desde 1948, está a viver a crise mais profunda da sua história. É uma crise que atravessa todos os sectores da sociedade branca instalada no extremo sul da África desde o século XVII. Ela não afecta apenas a superestrutura política e económica do governo, nem se limita às instituições legais, mas penetra fundo



O sistema do *apartheid* vive a crise mais profunda da sua história

na própria razão de ser da chamada mentalidade *afrikaaner*, atinge a cultura, religião, idioma e costumes dos 2,7 milhões de brancos que se consideram um povo "eleito por Deus" para preservar a supremacia dos "cristãos" sobre os "hereges".

A actual crise destruiu a sólida unidade forjada ao longo dos anos pelos integrantes daquilo que já foi chamado de "a última tribo branca" da África. Eliminou as bases económicas sobre as quais se assentou um modelo colonialista, mas que adquiriu características especiais resultantes do sistema de supremacia racial. E obrigou a uma mudança que, por não ter ainda um rumo definido, criou um período de grande vulnerabilidade. Até mesmo os principais porta-vozes do racismo reconhecem que o *apartheid* hoje já não é mais o mesmo de duas décadas atrás. Mas os brancos não sabem ainda como será o regime que eles pretendem criar no futuro para tentar manter a sua posição hegemónica. A ruptura do velho sistema abalou as estruturas do "desenvolvimento separado" e abriu a possibilidade para que o movimento negro, englobando 27 milhões de africanos, ganhasse um ímpeto inédito na sua luta pela igualdade de direitos. Pelo menos na teoria, a maioria negra nunca teve uma oportunidade tão favorável para destruir o *apartheid* como neste momento de crise.

#### As origens da crise

O *apartheid* foi institucionalizado no final da década de 40, quando o grupo político formado por descendentes de colonos holandeses enriquecidos pela procura mundial de alimentos e pelas exportações de minério de ouro, logo após a segunda guerra mundial, se aproveitou da debilidade momentânea da oligarquia comercial e financeira de origem inglesa, para assumir o poder com uma plataforma nacionalista, que era uma espécie de vingança tardia pela derrota sofrida pelos colonos contra os interesses ingleses, na guerra dos *boers* (1899/1902). A vitória do Partido Nacional em 1948 levou ao governo um grupo político que se sentia duplamente acossado pela oligarquia financeira anglo-saxã e pela maioria negra.

O sistema implantado a partir de 1948 teve como características principais o *apartheid* (nome pelo qual passou a ser conhecida a teoria de um desenvolvimento separado das sociedades branca e negra para permitir que os europeus não perdessem os seus empregos) e uma agressiva presença do Estado na economia. O aparelho estatal ficou intimamente ligado aos interesses económicos dos *boers* e, com isso, a economia sul-africana conheceu um período de crescimento resultante da concentração de todos os meios económicos acumulados, tanto pelo sector agrícola como da mineração.



Em fins da década de 40, o *apartheid* foi institucionalizado pelos descendentes dos colonos holandeses

O Estado passou a ser uma espécie de superempresa dos racistas, coisa que a oligarquia financeira anglo-saxã não via com bons olhos, porque contrariava o liberalismo clássico. Mas a crise do sistema financeiro no pós-guerra não dava forças ao sector anglo-saxão para impor os seus pontos de vista. O capital financeiro resolveu acomodar-se à nova situação.

Com o passar dos anos, nas décadas de 60 e 70, o sistema começou a mudar, dado que os *boers*, reunidos em torno do Partido Nacional, eram demasiado sectários para superar a mentalidade de "tribo cercada por todos os lados". A sua vinculação quase atávica ao ruralismo do período colonial impediu que transformassem o sistema de produção agrícola. Ao mesmo tempo em que a mão-de-obra barata, decorrente da cruel dominação dos negros pelas leis do *apartheid*, fez com que a maioria dos empresários *boers* não procurasse novas formas de produção. O resultado foi que o sector económico *afrikaaner* acabou aos poucos perdendo rentabilidade para a agressiva oligarquia comercial e financeira anglo-saxã, concentrada na Cidade do Cabo e na orla marítima. E, à medida que o grande capital transnacional foi assumindo o controlo dos mecanismos económicos em todo o bloco ocidental, a burguesia *boer* foi obrigada aos poucos a se subordinar ao sector que ela sempre pretendeu dominar. A partir da década de 70, a inversão de papéis acentuou-se. Foi a vez dos *afrikaaners* serem obrigados a se acomodar à nova situação internacional para poderem sobreviver num mundo onde as condenações ao racismo não pararam de crescer tanto nos países capitalistas industrializados como entre os novos Estados negros que chegaram à independência a partir de 1960. O capital transnacional acha que o *apartheid* funcio-

na hoje na África do Sul da mesma forma que a escravatura no século XVIII. Ambos são encarados como travão à liberdade de mercado, o dogma máximo do liberalismo capitalista anglo-saxão.

### O escândalo "afrikaaner"

A alteração das relações de força dentro do quadro económico sul-africano adquiriu a sua expressão política em 1978, com o chamado escândalo "Muldergate", envolvendo actos de corrupção no interior do governo e do Partido Nacional. O escândalo, no qual estavam envolvidas figuras-chaves da elite política *boer*, estourou depois que foram descobertas conspirações e negociações para financiar jornais que apoiassem incondicionalmente a ortodoxia do *apartheid*, contra os sectores reformistas conhecidos internamente como *verligte*. A exposição pública da corrupção foi um golpe mortal no moralismo calvinista dos *boers*. Em rigor, o "Muldergate" (expressão surgida em torno do principal acusado, o ministro Connie Mulder) não era, em si, um escândalo capaz de derrubar um governo e muito menos gerar uma mudança tão profunda nas relações político-ideológicas dentro da sociedade branca. Mas foi habilmente explorado pelo sector ligado ao capital financeiro nacional e transnacional. O primeiro-ministro John Vorster caiu e, em seu lugar, assumiu o ministro da Defesa, Pieter Wilhem Botha, também conhecido como *the bald eagle* (a águia careca) ou, simplesmente, P.W..

Não foi uma mera troca de nomes. Botha representava a aliança dos grandes interesses económicos com a cúpula militar. A velha hegemonia dos sectores agrícola e minerador, também conhecida

como "aliança do milho e do ouro", cedeu ao capital financeiro e ao complexo industrial, cujo prestígio e força cresceram em consequência da guerra contra os movimentos guerrilheiros na Namíbia e contra a *Umkhonto Sizwe* ("Lança da Nação"), o braço armado do movimento anti-racista negro, o Congresso Nacional Africano (ANC). O novo governo lançou basicamente a chamada "Estratégia Global" um projecto que pretendia "modernizar" o *apartheid* eliminando as leis mais brutais de opressão da maioria negra e a sua substituição por formas mais brandas, através das quais fosse possível alcançar um mínimo de liberalismo económico. O grande objectivo era ampliar o mercado interno, com a incorporação de sectores negros no sistema de consumo para tornar rentáveis as empresas instaladas no país e, com isso, dar uma injeção de ânimo ao capitalismo sul-africano.

A estratégia global abriu as comportas de um apaixonado debate entre os *verligte* (reformistas) e os *verkampt* (conservadores ortodoxos), em torno do futuro do *apartheid*. Os *verkampt*, muito enfraquecidos pelo escândalo "Muldergate" e pela deterioração da sua base económica, ainda mantêm posições-chaves, principalmente na política, no parlamento e nos grandes monopólios estatais. O seu discurso continua a ter um forte impacto emocional, porque procura identificar-se com a mitologia do pioneirismo *boer* e com a nostalgia dos *good old times* (bons velhos tempos). São argumentos ponderáveis numa sociedade que sempre viveu sob o estigma do *laager* (isolacionismo na língua *afrikaaner*) e que hoje se alimenta de um futuro promissor à vista.

## Máquina de guerra

- ☐ ● *Efectivos*: 81.400 homens (53.100 recrutas)
- 404.000 reserva mobilizável

● *PNB*: 81,1 mil milhões de dólares

- *Exército*: 67 mil homens
- 250 tanques *Centurion/Olifnat*
- 1.400 blindados *Eland*
- 1.200 blindados *Ratel*
- 500 carros blindados de transporte de tropas, tipo *Oruga*
- 1.385 canhões e morteiros
- 198 rampas móveis de lançamento de mísseis
- 130.000 homens da reserva

- *Marinha*: 5.000 homens
- 3 submarinos
- 1 fragata
- 6 lanchas lança-mísseis
- 5 lanchas rápidas de ataque
- 8 draga-minas
- 20.000 homens da reserva

- *Aeronáutica*: 9.000 homens
- 8 aviões *Canberra* – bombardeiros
- 6 aviões *Bucaneer*
- 45 aviões *Mirage F-1*
- 168 helicópteros
- 68 aviões de transporte
- 163 aviões de uso geral
- 25.000 homens da reserva e 15 aviões
- *Paramilitares*: 90.000 homens

Fonte: *Military Balance* – 1982/83.

Mas os *verligtes* têm a seu favor dois elementos fundamentais.

#### A "Estratégia Global"

O primeiro é o projecto de integração da economia sul-africana no sistema capitalista transnacional. O sistema do crédito exerce aí um papel fundamental. Na economia moderna, quase tudo funciona na base do empréstimo e do financiamento, já que a capacidade de acumulação de poupança resultante de actividades produtivas nos não-manufacturados está quase sempre aquém das necessidades de capital para investimento. Isso foi especialmente crítico no sector agrícola *boer*. O sector da mineração enfrentou os mesmos problemas. A África do Sul ocupa um papel primordial no fornecimento de minerais para a Europa e Estados Unidos. Ela é, talvez, a grande reserva mundial, juntamente com o Brasil, no chamado bloco capitalista ocidental. A produção local não pôde suportar a concorrência das grandes transnacionais, que acabaram por se instalar no país e lentamente passaram a ser hegemónicas no sector. Ao mesmo tempo, as firmas sul-africanas tiveram que se abrir, como no caso do hoje gigantesco complexo da *Anglo-American*. O capitalismo autóctone dos anos 40 e 50 não pôde suportar o cerco da transnacionalização.

As grandes empresas querem usar a infraestrutura já existente na África do Sul, bem como a mão-de-obra especializada branca e o operário negro mal pago, para criar um pólo industrial capaz de ampliar a sua influência em toda a África Austral. Em síntese, é uma tentativa de reeditar na África o sistema de capitalismo dependente relativamente desenvolvido já posto em prática no Brasil, por exemplo. Simultaneamente, a transnacionalização da economia sul-africana garantiria as reservas minerais e agrícolas de que necessitam a Europa e os Estados Unidos para obterem matéria-prima a baixo custo.

O outro elemento fundamental nas mudanças é a questão da militarização. Para P.W. Botha, a liberalização do *apartheid* só pode acontecer junto com a montagem de um fortíssimo esquema de segurança, que procure minimizar, ao máximo, a possibilidade de que o governo perca o controlo da situação nesta fase crítica. Entre 1940 e 1960, o dispositivo de segurança do *apartheid* era basicamente policial e estava orientado no sentido de suprimir movimentos contestatários da maioria negra. A brutalidade da repressão policial levou o ANC a abrir também a possibilidade da luta armada contra o racismo, numa época em que ganhou força a guerrilha pela independência da Namíbia e em que, nos países vizinhos, surgiram governos autónomos socialistas empenhados na causa da libertação nacional.

A partir do final da década de 60, o exército sul-africano foi tomando o lugar da polícia como elemento chave no dispositivo de segurança. Os militares passaram a usar métodos cada vez mais sofisticados na luta contra a guerrilha na Namíbia sem no entanto conseguir eliminá-la. Da sofisticação militar, passaram a outros campos, conhecidos na linguagem dos quartéis como psico-sociais, e acabaram fornecendo as idéias básicas para a chamada estratégia global. P.W. Botha foi o homem que participou directamente de todo este



General Magnus Malan, ministro da Defesa: braço direito de Botha. Um representante do complexo industrial militar no poder

processo, quando ainda era ministro da Defesa. Ao assumir a chefia do governo em 1978, após o "Muldergate", trouxe consigo toda a elite do complexo industrial-militar para o poder. O general Magnus Malan, actual ministro da Defesa, passou a ser o braço direito de Botha. As doutrinas de segurança e as questões de estratégia passaram a ser dominantes nas reuniões de gabinete. A militarização tornou-se amplamente hegemónica a partir do início da década de 80, quando todas as questões-chaves passaram a ser discutidas não mais no parlamento ou nas reuniões do Ministério, mas no Conselho de Segurança do Estado. A marginalização dos poderes tradicionais foi institucionalizada em 1984, quando entraram em vigor as reformas constitucionais, aprovadas no plebiscito de Novembro de 1983, onde apenas os brancos votaram (ver *cadernos* n.º 70, Outubro 84).

#### As "reformas"

As reformas criaram duas novas câmaras legislativas destinadas aos mestiços (*coloureds*) e aos indianos. Mas elas foram mais radicais no que se refere à concentração de poderes nas mãos de Botha. A partir de Setembro do ano passado, Botha

deixou de ser primeiro-ministro para ser presidente executivo, cargo do qual dirige o Conselho de Segurança do Estado. A nova legislação criou também o Conselho Presidencial, do qual participam, em carácter minoritário, os mestiços e indianos, com a função de assessorar o presidente executivo. O resultado é que, hoje, como parte da "Estratégia Global", P.W. Botha acumula poderes nunca antes conferidos a um chefe de governo na África do Sul. Botha não tem que prestar contas ao Parlamento ou ao Poder Judiciário e dirige o país com base em conselhos, onde a maior parte dos membros é escolhida pelo chefe do governo. Alguns jornais chamaram o novo sistema de "ditadura gaullista".

O certo é que, além da concentração de poderes — uma coisa muito ao gosto dos militares —, as reformas tiveram dois outros grandes objectivos: contornar a oposição dos *verkampt*, adeptos do tradicionalismo e que ainda são fortes no parlamento, onde acusam Botha de "trair o *apartheid*"; e tentar dividir os sectores marginalizados e oprimidos ao oferecer vantagens ilusórias aos mestiços e indianos, dentro da estratégia de favorecer o surgimento de uma "burguesia negra" ou uma "classe média não-européia" para manter dominada a esmagadora maioria da população negra. Assim, o complexo industrial-militar e a oligarquia financeira fixam hoje os rumos do governo sul-africano, enquanto a dupla Botha/Malan executa, tudo em nome da segurança nacional.

A nível regional, a "Estratégia Global" tem como peça fundamental o projecto de criação de uma "constelação de Estados", reunindo não ape-

nas os "bantustões" como também os países vizinhos como Angola, Botswana, Lesoto, Suazilândia, Moçambique, Zimbabue, Zâmbia, Malawi até a Tanzânia. A "constelação" perdeu impulso depois da vitória de Robert Mugabe no Zimbabue e após a criação da Conferência de Cooperação para o Desenvolvimento da África Austral, SADC (ver *cadernos* nº 66, Maio 84) formada por governos anti-racistas da região. Mas voltou às primeiras páginas dos jornais em 84, quando P. W. Botha passou a propor pactos de não-agressão às nações vizinhas.

Os militares sul-africanos foram os responsáveis directos pela estratégia da desestabilização armada dos governos limítrofes. Assim, patrocinaram o movimento anti-comunista UNITA nos ataques contra Angola. Armaram e financiaram os bandos da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) contra o governo de Samora Machel em Moçambique. Fizeram o mesmo com os chamados "diminuídos" do Zimbabue e do Lesoto. Para manter a ocupação ilegal da Namíbia, chegaram ao ponto de invadir o território angolano e controlar uma faixa de terra ao longo da fronteira do rio Cuanene. Militarmente a justificativa do general Magnus Malan era a de cortar bases de apoio externo do SWAPO. Mas o objectivo económico é, na verdade, mais importante. O terrorismo e o banditismo fomentados pelos sul-africanos estavam voltados contra instalações estratégicas, projectos económicos e visavam, acima de tudo, obrigar os Estados vizinhos a desviar para a defesa os escassos recursos disponíveis para projectos urgentes nos campos de educação, saúde e desenvolvimento económico.

## Um ritual macabro

Em média, uma vez por semana, os guardas e prisioneiros da penitenciária de máxima segurança nos arredores de Pretória assistem a um ritual que já foi classificado de "assassinato judicial". A cada semana, três negros sul-africanos são enforcados ao amanhecer num patíbulo permanentemente armado no pátio central da prisão, situado às margens da rodovia que liga Pretória a Joanesburgo. As execuções, onde 99% dos condenados são negros, são ordenadas pelo presidente do Supremo Tribunal de Justiça, também conhecido como o "juiz enforcador".

Os enforcamentos são praticados na África do Sul desde 1910 e, nesse período, acredita-se que mais de oito mil pessoas tenham sido levadas ao patíbulo em Pretória, sem que este facto tenha merecido grandes atenções na imprensa anglo-sa-

xã. Segundo a Amnistia Internacional, são enforcadas anualmente no país do *apartheid*, mais da metade de todas as pessoas executadas dessa maneira em todo o mundo. O silêncio oficial sobre a macabra actividade do "juiz enforcador" impediu que fossem conhecidas as execuções de 17 condenados negros num só dia, há cinco anos. Também mereceu pouca divulgação o facto de que, em Julho de 1981, um indiano de Joanesburgo ter sido condenado à morte três vezes.

Basicamente, a média de 150 pessoas enforcadas anualmente na África do Sul foi enquadrada em dez tipos diferentes de crimes. Mais recentemente passaram também a ser enforcados muitos negros acusados de sabotagens, ataques armados e actuação clandestina. Segundo a *Black Sash*, uma das poucas organizações brancas a protestar contra os enforcamentos, cerca de um terço das pessoas executadas não tinha culpa formada e muitos eram simplesmente negros sem culpa que não tiveram meios para provar a sua inocência.

Como, em nenhum dos países agredidos, a desestabilização militar conseguiu derrubar governos ou neutralizar experiências socialistas, Botha mudou de tática a partir de meados de 1983. Pressionado pela crise económica interna e pelos gastos militares na Namíbia, passou a propor pactos de não-agressão, que incluem pacotes económicos, através dos quais o parque industrial e financeiro da África do Sul tenta encontrar brechas na SADCC. Diplomáticamente, os pactos procuram também romper o isolamento diplomático de Pretória não só na África, como também no resto do mundo.

A crescente acção de grupos anti-racistas dentro dos Estados Unidos tem criado enormes embaraços para firmas transnacionais norte-americanas que estão sob forte pressão de accionistas, grupos religiosos, movimentos civis e até de congressistas, para reduzirem os seus investimentos na África do Sul.

#### As fraquezas da "Estratégia Global"

A "Estratégia Global" tem, no entanto, um grande ponto fraco. Ela só poderá ter sucesso se o governo de P.W. Botha conseguir a curto prazo reverter a crise económica que atinge a África do Sul, promovendo algum tipo de "milagre" capaz de provocar uma acumulação suficiente de recursos dentro do país, distribuindo-os depois para beneficiar sectores médios da população. Um "milagre" deste tipo só poderá acontecer caso mude a situação económica mundial, com um aumento dos preços das matérias-primas, principalmente o ouro, ou através da abertura dos mercados dos países vizinhos para produtos sul-africanos. Tanto numa como noutra hipótese, haveria uma possível reactivação da economia da África do Sul, o que daria à oligarquia militar e financeira um maior poder de manobra, numa conjuntura onde os adeptos da dupla Botha/Malan ainda são frágeis em termos de bases sociais.

Mas nem a situação internacional nem a regional fornecem indícios de que, a curto prazo, a equipa no poder terá o tão esperado alívio. São escassos os sinais de que o ouro voltará a se valorizar no mercado internacional e, menores ainda, as esperanças de que as matérias-primas minerais recuperarão as cotações de cinco anos atrás. Botha investiu firme na abertura de mercados, concentrando os seus esforços em Moçambique mas, apesar de alguns acordos já assinados, não foi muito o que os investidores sul-africanos conseguiram, apesar da grande publicidade que deram às suas acções. Assim, os sinais de que o aperto económico continuará são muito fortes. A outra possibilidade seria uma redistribuição interna do rendimento, o que no entanto contraria frontalmente não só



Para romper o isolamento diplomático e fortalecer a sua economia, Pretória promoveu pactos com os países vizinhos, como o de N'Komati, com Moçambique (foto)

os interesses do grande capital, como principalmente seria intolerável para os ultra-racistas.

Sem alívio económico à vista, Botha terá que navegar por mares políticos extremamente agitados tanto pelo crescimento da militância da maioria negra e pelo aumento do número de brancos liberais que não aceitam mais o racismo, como também pela intransigência dos *afrikaaners verkampt* que não querem de maneira nenhuma perder velhos privilégios. A ultra-direita do *apartheid* já não detém mais o monopólio do poder político, mas ainda é muito forte, nomeadamente dentro do aparelho estatal e nos conglomerados económicos como a *Sanlam* a *Volkskas* e *Rembrandt*. Historicamente, todos estes grupos sempre foram estreitamente ligados ao racismo clássico. Da mesma forma, ainda é muito grande o poder dos sectores económicos da agricultura e mineração que dependem da exploração intensiva da mão-de-obra barata, e que não admitem nenhum tipo de concessão que implique a possibilidade de negociação salarial com os trabalhadores negros.

A economia sul-africana engloba um sector mais atrasado, que usa a opressão para obter mão-de-obra barata e um sector mais dinâmico baseado na manufactura, tecnologia e automatização. O sector mais dinâmico possui um lucro maior e, por causa disso, tem esmagado o grupo mais retrógrado. Só que este avanço tem sido feito através da mecanização e automação que provocam o crescimento acelerado do desemprego. Na indústria, o fenómeno já está implantado e começa agora a atingir a agricultura, com a substituição do fazendeiro *boer* tradicional com a sua mão-de-obra semi-escrava, pela agroindústria mecanizada. A tendência é que o desemprego entre os negros passe

dos actuais 20% (cerca de dois milhões de pessoas) para 35% (seis milhões) na próxima década.

O inevitável aumento do desemprego entre os negros, como resultado da necessidade do grande capital de conquistar a hegemonia económica na África do Sul, e a aceleração do crescimento demográfico da população africana, que hoje aumenta numa proporção dez vezes mais rápida do que a branca, lançará nas ruas uma grande massa de explorados e miseráveis, que só poderá ser controlada através de uma repressão cada vez mais violenta. Parte dessa repressão já está a acontecer com a remoção forçada de milhões de negros para lugares afastados dos centros urbanos brancos, numa gigantesca operação que não fez outra coisa senão aumentar a revolta e a miséria de sectores cada vez mais amplos da população de origem africana. A tendência, portanto, é a de que o Estado se militarize cada vez mais e adquira um carácter mais autoritário e centralista, entrando em choque com os sectores mais liberais, nomeadamente da intelectualidade de origem europeia, e com a classe média negra.

A batalha pela conquista do apoio político e ideológico desses dois segmentos sociais é hoje crucial na África do Sul. Ele é o principal campo de luta entre o governo de Botha e o Congresso Nacional Africano, a mais importante e poderosa organização política da maioria negra oprimida. O governo tentou conquistar aliados ao propor a reforma constitucional que deu aos mestiços e indianos, pela primeira vez na história do país, uma representação parlamentar e o direito de voto. Tentou também ganhar simpatias entre os brancos liberais ao anunciar a abolição de algumas leis do *apartheid*.

Mas o tiro de Botha saiu pela culatra, pois a maioria negra revoltou-se contra a sua exclusão do direito de voto, porque os trabalhadores africanos decidiram partir para as greves no desespero de impedir uma pauperização cada vez mais acelerada, e porque largos sectores da classe média branca ficaram chocados com a repressão contra os protestos. A igreja, uma tradicional aliada dos racistas, está hoje em aberta confrontação com o regime, nomeadamente o Conselho Sul-Africano de Igrejas Protestantes. Nas universidades, os alunos e professores brancos já não escondem a sua frustração contra o governo e passam a militar activamente em organizações anti-racistas. Cresceu também o movimento daqueles que se negam a servir no exército por causa da guerra na Namíbia, que muitos sul-africanos consideram injusta e desnecessária. O surgimento dos chamados objectores de consciência é um facto altamente significativo entre os brancos, já que, historicamente, a defesa da sociedade branca era uma obrigação sagrada para os *afrikaaners*.

30 - terceiro mundo

## A UDF

O mais importante instrumento não-racista na batalha pelo apoio da classe média é a Frente Democrática Unida (UDF), surgida em Agosto de 1983 e que liderou toda a campanha contra as reformas constitucionais de Botha. Foi também a UDF que liderou o boicote entre os mestiços e indianos nas eleições para as respectivas câmaras legislativas. E é agora a UDF quem faz os esforços mais significativos na luta contra a remoção da massa de populações negras.

A Frente reúne mais de 600 organizações sindicais, estudantis, de intelectuais, moradores, mulheres e jovens, incluindo também várias entidades religiosas, tanto de brancos como de negros. Toda a ampla mobilização deflagrada a partir de Setembro do ano passado ganhou rapidamente repercussão internacional, devido à violência da acção política do governo. Na Europa e Estados Unidos, a mensagem reformista de Botha foi sufocada pelas reacções à pergunta feita por milhares de pessoas: "se os brancos, indianos e mestiços podem votar porque não podem os negros?" Na Europa e nos Estados Unidos, trata-se de uma pergunta que inevitavelmente provoca, no mínimo, perplexidade.

Como consequência disso cresceram os protestos como os registados ao longo do mês de Setembro passado nos Estados Unidos e que foram provocado importantes mudanças de opinião entre empresários e até mesmo entre alguns congressistas do partido de Ronald Reagan. No dia 14 de Dezembro de 1984, 120 empresas norte-americanas com grandes interesses na África do Sul anunciaram que vão eliminar totalmente o racismo das suas subsidiárias. Ao mesmo tempo, no Congresso dos EUA, 35 parlamentares republicanos disseram que votarão a favor de sanções económicas contra o *apartheid*, se o racismo não for eliminado na África do Sul. A pressão cresceu tanto que o presidente Reagan teve que receber na Casa Branca o bispo negro sul-africano Desmond Tutu, prémio Nobel da Paz de 1984. O mesmo Reagan falou logo após o encontro, perante as câmaras de TV, que o "*apartheid* era repugnante".

Tudo isso teve um impacto muito grande sobre a opinião pública branca na África do Sul. Os *afrikaaners* sempre viram os Estados Unidos como uma espécie de protector contra supostas ameaças "comunistas" de países vizinhos. A ampliação dos protestos anti-racistas no exterior deu à UDF uma grande vantagem na luta pelos "corações e mentes" da classe média sul-africana. Nestas condições, o projecto Botha/Malan, de substituir a "supremacia da raça branca", pela "supremacia do capitalismo" tem seguramente pela frente tempos muito duros e difíceis.



**Matéria de capa**

**África do Sul**

## Recessão e repressão

*A economia do regime do apartheid mergulha na crise e quem paga esse alto preço é a maioria negra*

David Fig\*

S ebokeng é um poeirento ghetto negro ao sul de Joanesburgo, onde vivem 120 mil pessoas. Às 3 horas da manhã de 23 de Outubro do ano passado, os habitantes acordaram com toda a área cercada pela polícia e por forças do exército sul-africano. Numa operação que lembrava a Europa ocupada pelos nazis ou o Chile após o golpe, as forças combinadas, dirigidas pela Unidade de Contra-Insurreição, revistaram casa por casa em busca de guerrilheiros e "elementos subversivos". O ghetto ficou isolado do mundo por unidades do exército e soldados montavam guarda de dez em dez metros, ao longo de todas as ruas



Os ghettos negros sofrem a contínua repressão do regime do apartheid.

asfaltadas. Ao todo, foram presas 354 pessoas. Mais tarde, a maioria foi acusada de delitos ligeiros

\* Membro do Grupo de Pesquisas e Informações Sindicais da Cidade do Cabo.

em tribunais especiais improvisados e obrigada a pagar pequenas multas. Não se encontrou um único guerrilheiro.

Esse exercício de repressão — que teve o nome de *Operation Bulrush* ("Operação Junco") — causou grande surpresa a quem quer que mantivesse ilusões quanto às intenções reformistas do regime do *apartheid*. O governo da África do Sul tem tentado convencer o resto do mundo de que pretende honestamente oferecer um *new deal* aos sectores oprimidos da população. Mas a invasão de Sebokeng mostrou como é vazia essa "nova intenção".

A rotina normal da repressão tem sido alterada também no que se refere ao uso das forças do exército. Antes, o patrulhamento das áreas negras cabia unicamente à polícia. Agora, ao que parece, a polícia é incapaz de conter a onda de agitação que sacode o país.



A polícia é incapaz de conter a onda de agitação

Grande parte dos soldados do exército empregados na operação era constituída por jovens recrutados brancos, forçados por lei a servir nas forças armadas pelo menos dois anos. O uso de recrutas na repressão contra civis negros abalou o consenso, entre os partidos políticos brancos, quanto ao papel "neutro e apolítico" do exército. Agora, as únicas fronteiras que os militares defendem contra incursões são as vizinhanças das cidades "brancas".

Um número cada vez maior de jovens brancos tem abandonado o país para não servir os dois anos obrigatórios em defesa do sistema do *apartheid*. Embora o governo tenha aguçado as garras da lei contra a "objecção consciente" (a pena é de seis anos de cadeia), surgiu uma vigorosa Campanha de Fim ao Recrutamento com o apoio de várias organizações religiosas e de direitos humanos. Essa campanha procura estender a sua oposição ao carácter cada vez mais militarizado da sociedade sul-africana e à ocupação ilegal da Namíbia por tropas de Pretória.

32 - terceiro mundo

O uso de soldados em Sebokeng foi condenado pela Frente Democrática Unida (UDF). Para a UDF, a invasão é sinal de que a África do Sul está "a entrar num estado de guerra civil". Embora a invasão fosse a reacção do governo ao movimento de massas contra os aumentos de renda de cada Constituição recém-adoptada, um porta-voz da UDF comentou: "As autoridades procuravam que não iriam encontrar debaixo das camas dentro dos guarda-fatos. Não é aí que se escondem os membros do povo contra os aumentos das rendas e a falta de participação no governo".

### O "new deal": opressão redobrada

A repressão vem aumentando desde Agosto do ano passado, quando o governo realizou eleições entre as chamadas minorias mestiça (*coloured*), indiana (hindu) para os novos parlamentos de base étnica. Na África do Sul, essas duas comunidades foram reunidas em *ghettos* ou "áreas grupais" (*group areas*), separadas de brancos e pretos. Nos termos da nova Constituição, podem votar, mas em circunscrições eleitorais separadas dos brancos. No novo sistema de três câmaras, há determinadas questões sobre as quais esses parlamentos não podem opinar. Quanto aos negros, não têm representação alguma.

Num plebiscito realizado a 2 de Novembro de 1983, foi pedida a opinião dos brancos sobre o novo sistema. Em cada três eleitores, dois aprovaram o novo sistema. Mas não houve qualquer outra consulta, com excepção dos partidos conservadores étnicos, que concordaram em colaborar com as novas estruturas.

Assim, quando chegaram as eleições para os novos parlamentos étnicos, os eleitores "mestiços" indianos tiveram a oportunidade de manifestar a sua opinião pela primeira vez. A UDF e os sindicatos lançaram uma vigorosa campanha em favor do boicote. Os líderes negros condenaram a participação dos partidos colaboradores. Os colaboradores foram acusados de romper a unidade dos oprimidos; só tinham a ganhar materialmente, através dos altos salários (18.500 dólares) concedidos aos que fossem eleitos para os parlamentos étnicos.

A falta de apoio para a iniciativa ficou clara nas eleições, quando somente 18% dos "mestiços", 16,6% dos indianos com direito a voto se deram ao trabalho de comparecer nas urnas. Os partidos laboracionistas, que usam designações populares como "Trabalhista", "Congresso do Povo" e "Solidariedade", viram-se completamente desarticulados. A agitação tomou conta do país. Em 22 de Novembro, milhares de membros da UDF foram detidos e proibidos de todas as reuniões públicas.



"Pik" Botha:  
deterioração nas relações com a Grã-Bretanha



Para o *apartheid*, os negros tinham de permanecer  
como trabalhadores braçais

#### Fugitivos da injustiça

Seis líderes da UDF, pressentindo que seriam detidos com base em leis arbitrárias de segurança nacional, refugiaram-se a 13 de Setembro de 1984 no consulado britânico de Durban, o principal porto da África do Sul. O facto chamou a atenção do mundo para a onda de repressão. As autoridades inglesas viram-se perante um dilema. Por um lado, não lhes agradava muito a ideia de serem vistas como simpatizantes dos oponentes do *apartheid* e, com isso, alienar o regime sul-africano; por outro, enfrentariam o clamor mundial se entregassem os seis às mãos ávidas da notória polícia de segurança da África do Sul. Pouco depois, três dos seis líderes entregaram-se, sendo imediatamente presos ao abrigo das leis de segurança nacional.

A África do Sul acusou a Grã-Bretanha de violar leis internacionais ao dar guarida a fugitivos. Como represália, Pretória recusou-se a cumprir a garantia de devolver quatro sul-africanos, empregados da agência oficial de compras de armamentos, que deveriam ser processados na Grã-Bretanha sob a acusação de terem violado as leis inglesas ao contrabandear armas para a África do Sul. A embaixada sul-africana tinha pago por eles uma fiança de 500 mil dólares, e os acusados receberam permissão de regressar a Pretória, dada a garantia do governo local de que seriam devolvidos para julgamento em Londres.

A recusa de devolver os supostos contrabandistas de armas para julgamento fez diminuir ainda mais a credibilidade internacional da África do Sul.

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Roelof "Pik" Botha, explicou em várias ocasiões os motivos da represália. Não desejava que quatro cidadãos sul-africanos fossem expostos ao sofrimento do "miserável clima" inglês dentro de uma cadeia (reconhecendo assim que eram culpados) e negou a

validade do embargo britânico de armamentos. As relações com a Grã-Bretanha, cujo governo conservador costuma favorecer Pretória, nunca foram tão más e, pela primeira vez na história, a Grã-Bretanha votou contra a África do Sul no Conselho de Segurança da ONU, condenando a nova Constituição.

#### As pressões económicas

Assim, a aguda crise interna da África do Sul extravasou, de uma forma sem precedentes, para a área internacional. A crise, porém, não se limita à esfera do poder político, pois o país enfrenta hoje a mais grave crise económica desde a grande depressão de 1929-33.

Como o Brasil, a África do Sul era basicamente uma exportadora de matérias-primas agrícolas e minerais até aos anos 50, quando entrou numa nova fase de industrialização secundária com o suporte do capital estrangeiro. Como no caso do Brasil, seguiu-se a isso uma onda de mobilização popular. E, ainda como no Brasil, o movimento popular foi duramente reprimido nos anos 60. A economia prosperava, dando altos lucros aos investidores, mas sempre na base da exploração de um contingente de mão-de-obra barata, constituído por negros marginalizados e destituídos de direitos civis, que são a maioria da população.

A industrialização, porém, não ocorreu sem problemas. O sistema do *apartheid* recusava-se a permitir que os negros ocupassem cargos qualificados dentro da economia: tinham de permanecer como trabalhadores braçais. O sistema pouco oferecia em matéria de educação ou treino vocacional para os negros. Contudo, a expansão industrial exigia um contingente de mão-de-obra especializada cada vez maior. Os maiores e mais liberais capitalistas do país queixavam-se amargamente. O go-

verno recusou-se a atendê-los até 1979, altura em que se tornou evidente que não bastava recrutar, na Europa, operários brancos qualificados.

Outro problema resultante da industrialização era o facto de que, devido ao empobrecimento da população negra, a África do Sul tinha um mercado muito pequeno para os seus produtos manufacturados. A população branca, de cerca de quatro milhões, tem um crescimento demográfico muito lento e é grande o êxodo após a rebelião de 1976 em Soweto. O acesso aos mercados dos países vizinhos era limitado, prejudicado ainda mais pelo embargo de outros países africanos. O proteccionismo e a distância dos mercados desenvolvidos significava que, de um modo geral, os manufacturados da África do Sul não eram competitivos em termos mundiais.

Os bons períodos da economia sul-africana dependeram sempre da alta do preço do ouro nos mercados mundiais, determinada quase exclusivamente por factores externos. Periodicamente, quando declinava a confiança internacional no dólar ou surgiam crises, como a intervenção soviética no Afeganistão, o preço do ouro subia. Os cofres do tesouro do Estado ficavam cheios, permitindo que uma maciça orgia de consumo trouxesse um novo esteio a todo o edifício do *apartheid*.

## ANC prepara-se para a guerra popular

O Congresso Nacional Africano (ANC) anunciou recentemente os seus planos visando a formação de "forças armadas populares" como parte da estratégia para levar avante uma "guerra popular" na África do Sul.

Oliver Tambo, presidente em exercício do movimento, afirmou que o ANC fixou como meta para 1985 "a formação de uma forte presença clandestina de quadros revolucionários bem organizados, procedentes das massas combatentes e integrados entre eles".

Na mensagem anual do comité executivo nacional do ANC — com sede em Lusaka, Zâmbia —, Tambo disse que 1984 representou "uma ofensiva particularmente feroz por parte do inimigo". "Mas tivemos êxito no que respeita ao equilíbrio de forças (...) em favor dos sectores que combatem pela libertação nacional, a justiça

## Desperdício nas despesas públicas

No Brasil, como em outros países do Terceiro Mundo, as empresas estatais surgiram em consequência de pressões, por parte do movimento popular, no sentido do governo não entregar as indústrias básicas ao controlo estrangeiro. Na África do Sul, porém, as estatais — siderúrgicas, companhias de electricidade, caminhos de ferro — foram criadas como meio de garantir empregos exclusivamente para trabalhadores brancos em troca do apoio a políticos reaccionários que defendiam o "nacionalismo branco".

Além disso, o governo mantinha um enorme corpo burocrático cuja única função era administrar o sistema do *apartheid*. Uma das suas tarefas era supervisionar a migração maciça de trabalhadores e a deportação de mais de 3,5 milhões de negros das chamadas áreas "brancas" para áreas marginais, os "bantustões" designadas para cada um dos diferentes grupos linguísticos.

A intenção final do *apartheid* seria transformar essas áreas marginais em Estados independentes e parados. Essa ficção, que nenhum outro Estado berberiano jamais reconheceu, visava excluir os negros da concessão de cidadania sul-africana, justificando assim o facto de não terem direitos políticos.

social e por uma paz real no sul da África", acrescentou.

A mensagem constitui o principal documento político da organização, ao mesmo tempo que traça a estratégia a seguir durante o presente ano, destacando quatro pontos principais:

- o papel de vanguarda das estruturas clandestinas do ANC;
- a acção política unida do povo;
- a ofensiva armada lançada pelo sector militar do ANC (*Umkhonto We Sizwe*);
- a campanha internacional para isolar o regime do *apartheid*.

O dirigente sul-africano manifestou que a persistência das populações de raça negra que se aliam ao movimento significativamente em 1984 por causa do aumento do custo de vida e pela nova Constituição demonstrou que "as forças democráticas" podem desafiar triunfalmente as autoridades do *apartheid* no controlo das populações, surgindo como uma "alternativa de poder".

Tambo concluiu a sua mensagem convocando as bases do ANC a "melhorar a qualidade e quantidade dos nossos membros" e declarou que 1985 será o "ano dos quadros do ANC".

A recente criação dos parlamentos mestiço e indiano na Cidade do Cabo, com as suas administrações separadas, como parte da nova Constituição, onera ainda mais o alto custo de fingir que todos têm direitos dentro do sistema.

O custo militar do *apartheid* — manutenção da guerra colonial e da ocupação na Namíbia, o patrulhamento das fronteiras e a compra e fabricação de armamentos — também aumentou dramaticamente. O orçamento militar da África do Sul registou um aumento de 21,4% entre 1983 e 1984, totalizando um pouco mais de 3,5 mil milhões de dólares, 16,8% de todos os gastos governamentais.

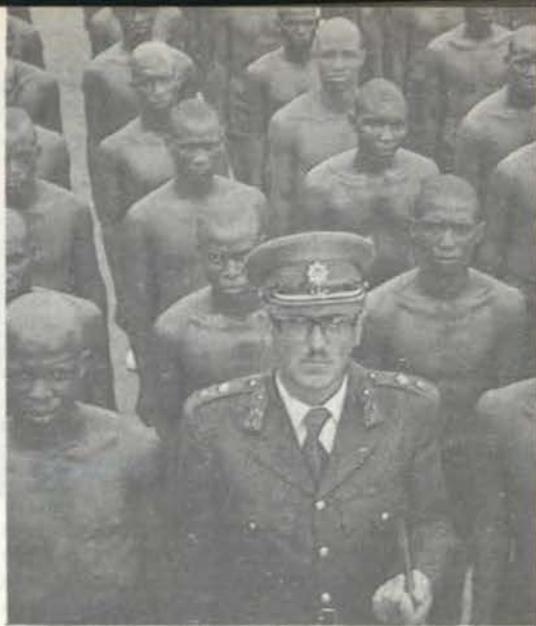
Só em Setembro de 1984, o país gastou 100 milhões de dólares no mais prolongado exercício militar desde a II Guerra Mundial. Conhecido como *Operation Thunder Chariot*, incluiu uma demonstração de quatro dias de uso militar dos carros blindados e da artilharia no deserto.

Além disso, foi inaugurado este ano o primeiro reactor nuclear civil do país, perigosamente localizado nas proximidades da Cidade do Cabo e que constitui um luxo extravagante, dada a abundância de carvão mineral barato na África do Sul. As despesas — que beneficiaram quatro companhias francesas — vieram somar-se à do preço extra que a África do Sul tem de pagar pelo petróleo. Devido ao boicote aplicado pela OPEP à África do Sul, o país é forçado a comprar petróleo através de intermediários, a um enorme custo adicional. No ano passado, vários "escândalos do petróleo" revelaram que o sigilo que envolve as compras permitiu aos corretores auferirem lucros gigantescos à custa do Estado.

Outro grande escândalo financeiro veio à tona em fins da década de 1970, quando se descobriu um vasto fundo secreto destinado à propaganda. O governo tinha gasto milhões de dólares para disseminar a ideologia *pró-apartheid* nos meios de comunicação de massa, tanto locais como no resto do mundo. As repercussões foram consideráveis — o escândalo provocou uma ruptura no partido da situação e o pedido de demissão do primeiro-ministro. Não obstante, o esforço de propaganda continua a ser mantido, com generoso tratamento a editores e jornalistas estrangeiros que se mostrem receptivos. Os que criticam o *apartheid* são excluídos e não recebem vistos de entrada.

#### As agruras da recessão

O enorme custo de manter e proteger toda a estrutura do *apartheid* é um dos principais factores da crise actual. O preço do ouro, que actualmente se situa na faixa de 335 dólares por onça, após um recorde de 800 dólares em 1980, é baixo demais para suportar esse encargo. A moeda tem vindo a cair rapidamente em relação ao dólar, e as taxas



O orçamento militar da África do Sul aumentou 21,4% entre 1983 e 1984

básicas de juros andam por volta de 25%, levando muitas firmas à falência. O imposto sobre as vendas no comércio subiu para 10% e a inflação atingiu 11,8%, o que é uma taxa relativamente alta para a África do Sul. O rigor da última seca e o elevado custo do crédito devastaram a agricultura e fizeram subir os preços dos alimentos a níveis comparáveis aos dos países industrializados.

As indústrias de móveis, roupas e aparelhos eléctricos enfrentam uma recessão extremamente grave. E isso numa época em que o sector privado acaba de concluir a electrificação de *ghettos*, como Soweto. A intenção do sector era permitir que um maior número de negros consumisse artigos eléctricos, aumentando assim grandemente o mercado. No entanto, as contas de luz têm sido altas demais para a maioria dos negros da classe trabalhadora, e poucos podem dar-se ao luxo de comprar aparelhos eléctricos, mesmo por meio de prestações.

Uma das crises mais agudas, porém, é a da indústria automobilística. A *Volkswagen* demitiu 600 dos seus cinco mil operários e adoptou uma semana de trabalho mais curta na sua fábrica. Gerentes da *Ford* estão a pedir a demissão, prevendo o encerramento de uma fábrica da firma onde outros dois mil empregos estão ameaçados. Todas essas demissões têm ocorrido na área de Port Elizabeth, onde a indústria automóvel é uma fonte tão importante de empregos como a região de São Paulo no Brasil. Se a recessão piorar, toda a economia regional poderá entrar em colapso. De momento, os economistas calculam que o desemprego nacional ande pela casa dos três milhões, quer dizer, um sexto da população economicamente activa.

O fantasma do desemprego tem aterrorizado os jovens negros da África do Sul. Devido ao excesso de alunos nas escolas dos *ghettos*, à má preparação dos professores e à falta de recursos para estudar, 50% dos estudantes negros são reprovados nos exames de admissão ao segundo grau. Quando o governo tentou, no ano passado, limitar a matrícula de estudantes mais velhos, houve uma reacção maciça sob a forma de um boicote organizado pelos estudantes contra as escolas negras. O governo encerrou todas as escolas negras de Pretória e o boicote alargou-se a toda a África do Sul. A nova geração de estudantes negros, oito anos após os acontecimentos de Soweto, está a rejeitar a instrução de qualidade inferior.

A recessão fez com que o movimento sindical independente se colocasse na defensiva. Só a partir de 1979, o Estado reconheceu o direito dos negros a organizarem-se em sindicatos, embora o novo movimento independente tivesse surgido após a onda de greves de 1973. Os trabalhadores negros têm conseguido negociar salários mais elevados e têm sido admitidos em grande escala em empregos qualificados. A sua adesão ao novo movimento sindical contribuiu muito, sem dúvida, para esse progresso. Mas os trabalhadores organizados ainda são uma minoria, e as organizações sindicais são ainda débeis e insuficientes para uma cobertura adequada. Os sindicatos estão a recorrer com maior frequência aos tribunais para contestar demissões injustas e processar patrões intransigentes. Há pouco

tempo, o Sindicato Nacional dos Mineiros — dos maiores entre os novos sindicatos — conquistou o direito de entrar em greve "legal".

A proliferação de novos sindicatos tem sido um obstáculo à união dos trabalhadores. Pode-se dizer, no entanto, que parece estarem a surgir alguns agrupamentos (*ver Caixa*). O movimento sindical tem obtido vantagens concretas para os seus membros e tem sobrevivido à recessão através de um processo de consolidação. Esta não vai ser suficiente, mas os trabalhadores conseguiram construir organizações sólidas e defensáveis que são mais resistentes à repressão.

O principal alvo da repressão é a revolta espontânea por parte da juventude e de organizações comunitárias. Tal revolta não é uma mera reacção à recessão actual, imposta directamente (através do desemprego e do aumento das rendas de casa) e indirectamente (através do desgaste das instalações comunitárias e da crescente crise rural), mas é também uma reacção generalizada contra a opressão racial a que está submetida a maioria dos sul-africanos.

E Sebokeng é apenas o começo. Após a primeira reacção de "suspeitos", um porta-voz da polícia de Pretória afirmou: "Outras buscas das mesmas dimensões serão realizadas pela polícia e pelo exército em áreas negras, ao estilo da 'Operação Junco' caso a polícia sul-africana venha a julgá-las necessárias".

Mas, por detrás das moitas de junco, os negros estão inquietos.

## Sindicatos negros da África do Sul

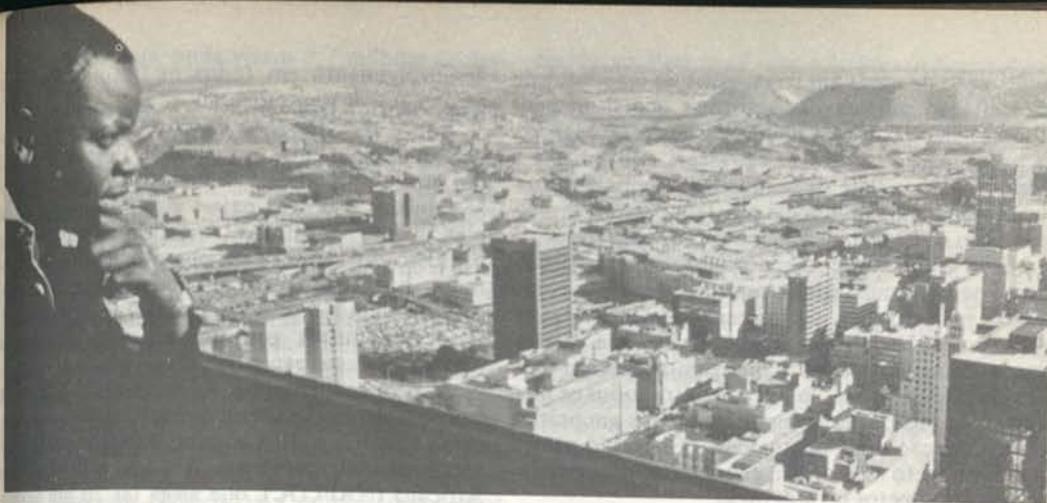
O grupo mais forte e mais heterogéneo tem promovido, há alguns meses, conversações visando a união e o estabelecimento de uma nova federação, a qual se tornará provavelmente a principal força do movimento sindical. Reúne duas federações existentes, a FOSATU e a CUSA, e vários sindicatos industriais dos sectores de alimentos, transportes, lojistas e municipalidade. Destes, somente a CUSA é filiada na UDF; o resto mantém uma posição ferozmente independente, argumentando que a UDF se opõe ao papel de hegemonia da classe trabalhadora dentro da luta geral.

Um segundo grupo, originariamente envolvido nas conversações sobre a união, é estreitamente alinhado com a UDF. Com um forte apoio regional e métodos propagandísticos, esses sindicatos argumentam que a classe trabalhadora deve procurar a representação política dentro da UDF através de organizações comunitárias, em contraposição a organizações limitadas a uma única

empresa.

O terceiro grupo identifica-se fortemente com o movimento de consciência negra, rejeitando a atitude não-racial dos dois primeiros e exigindo a participação exclusiva de negros como membros. Congrega um importante número de sindicatos que, segundo consta, obtêm grande parte das suas verbas através do Congresso dos Trabalhadores Americano-Africano, a ala africana da AFL-CIO.

O quarto grupo compreende sindicatos filiados ao velho e "amarelo" Congresso de Sindicatos da África do Sul (TUCSA). Houve tempo em que o TUCSA era organizado como grupo de sindicatos "brancos", com alguns sindicatos "partidos" de trabalhadores "mestiços" e indianos sob a tutela do sindicato branco que actuasse na mesma indústria. Mas, a partir de 1979, o TUCSA tem adoptado teoricamente uma organização não-racista. Vários sindicatos "brancos" e "partidos" foram integrados, passando a admitir também membros negros. De um modo geral, porém, este grupo é ainda de natureza "amarela", embora diversos filiados sejam mais combativos e outros o tenham deixado para aliar-se a outros grupos.



**Matéria de capa**

**África do Sul**

## As contradições da "burguesia negra"

*O empenho oficial em criar uma "elite negra" entra em choque com a realidade dos privilégios económicos dos brancos*

Alex Mashinini\*

Os resultados do plebiscito realizado em Novembro de 1983, dando 66% de votos dos brancos, a favor das reformas anunciadas pelo primeiro-ministro Pieter W. Botha, mergulharam o regime do *apartheid* numa profunda crise de unidade inédita na história do país. Uma crise cujas consequências ainda não atingiram toda a sua magnitude, na medida em que o conflito entre as leis repressivas do racismo e o crescimento da resistência revolucionária da maioria negra continua a agravar-se.



A preocupação central da estratégia reformista branca é neutralizar a militância da população negra urbana, que não pára de crescer

Aparentemente, a preocupação prioritária dos

políticos brancos de várias tendências são os outros aspectos do "reformismo" de Botha, cuja con-

\* Extraído da revista *Sechaba* (Fevereiro de 1984).

cretização depende em larga escala da credibilidade e aceitação pública das reformas constitucionais submetidas à consulta plebiscitária. Nesse aspecto, a preocupação central na estratégia reformista é a tentativa do regime de reconciliar a população urbana negra, cuja militância não tem parado de crescer, com o sistema institucional como um todo.

Esse grupo social, ainda muito diferenciado internamente, ocupa uma posição classificada como única pela política de "desenvolvimento separado", preconizada pelo regime de Pretória. A chamada "burguesia negra" conseguiu sobreviver dentro da África do Sul "branca" contra todos os processos de integração compulsiva postos em prática com a criação dos "bantustões". E a razão principal desse facto é de ordem económica, para desgosto dos arquitectos do *apartheid*.

A importância que o governo confere à reconciliação urgente pode ser constatada pela formação de numerosas comissões de investigação criadas pelo regime. Uma análise mais profunda da estratégia do governo nesse aspecto revela que, na opinião dos brancos, as questões regionais, raciais e de classe são os pontos centrais na resolução do problema. A nosso ver, a questão de classe é a mais importante, e pode levar a uma melhor compreensão dos dois outros pontos.

A manipulação das desigualdades económicas entre a população negra urbana foi, e continua a ser, a aposta fundamental do regime para enfraquecer a unidade da maioria oprimida. Os negros em melhor situação económica, seja nos negócios, na indústria ou nos organismos estatais, têm sido estimulados por constantes aumentos salariais, ajuda oficial e outros benefícios, com o objectivo exclusivo de cooptar essa categoria. Esse processo é comumente denominado como a criação de uma "burguesia negra" e de "uma classe média" na África do Sul.

#### **Empresários negros e os "bantustões"**

Para atingir esse objectivo, o regime, em estreita associação com o grande capital, realizou nas últimas duas décadas uma política de descentralização industrial, complementar à da criação dos "bantustões", com o objectivo de atrair empreendimentos comerciais nessas áreas e dar-lhes um mínimo de credibilidade para se tornarem entidades política e economicamente viáveis.

A inviabilidade dos "bantustões" é evidenciada pela pobre infra-estrutura, distância e falta de acesso fácil aos mercados urbanos, bem como a falta de produtividade do solo. Para tentar contrabalançar esses factores negativos, o governo concedeu um grande número de incentivos sob a forma de redução de impostos, ajuda oficial e outros, para atrair investimentos. Foram criadas empresas de

desenvolvimento em todos os "bantustões" para favorecer a descentralização.

Em 1 de Setembro de 1983, começou a funcionar oficialmente o Banco de Desenvolvimento do Sul da África, cuja influência deveria estender-se também a outros países vizinhos, conforme planos de P. W. Botha. A África do Sul forneceu o grosso do capital para que o banco pudesse começar a sua actividade principal vinculada ao desenvolvimento dos *homelands*. Também foi previsto que outros governos africanos vizinhos juntassem a esse banco.

A pequena empresa foi estimulada através da Corporação de Desenvolvimento da Pequena Empresa (SBDC) e do Conselho Assessor para a Promoção da Microempresa. A Câmara de Comércio Africana (NAFCOC), que alega ter 10 mil associados, é outra peça-chave do grande capital que tenta estimular os empresários africanos nas áreas urbanas.

Isso gerou um contínuo crescimento da actividade comercial negra. Mas essa é uma visão meramente quantitativa do processo de criação da burguesia negra, que fornece uma visão unilateral (não raro distorcida) do papel dessa classe na revolução sul-africana. Tratada em termos qualitativos, isto é, tendo em vista a sua posição actual e potencial no sistema sócio-político global do país, a questão fornece, no entanto, inevitavelmente, um quadro pessimista sobre o futuro dessa classe social.

É preciso ter em mente, antes de qualquer coisa, que estamos a analisar um tipo especial de burguesia, da qual está ausente — excepto nos "bantustões" e Conselhos Comunitários — um pré-requisito essencial para a acumulação de capital e para o estabelecimento de um controlo de classe sobre os meios de produção: o poder político. Como em qualquer outro sector das relações sociais, o *apartheid* continua a ser a base do desenvolvimento em direcção às melhorias e "reformas". Isso implica que os negros, burgueses ou não, não sejam automaticamente eliminados dos círculos decisórios da estratégia reformista.

Sejam quais forem os ganhos registados na criação de uma burguesia negra, o limite foi já fixado. Qualquer expansão ou crescimento dessa classe para além desse limite constituiu-se numa pura fantasia, já que a descentralização nunca acontecerá à custa dos investimentos dos brancos da África do Sul, e consequentemente, à custa de empregos dos brancos. Isso é comprovado pelo facto que, entre 1960 e 1980, foram criados apenas 10 mil empregos nos "bantustões" (população de 10,7 milhões de habitantes). Enquanto isso, em 1976, as corporações de desenvolvimento criaram nos "bantustões" apenas o equivalente a 10% do que foi aplicado pelas empresas estatais, na

te branca do país, onde vivem 2,7 milhões de descendentes de europeus.

O governo adoptou sempre uma posição de que, na África do Sul, o Estado exerce o papel de dirigente e coordenador do desenvolvimento nas chamadas áreas negras, até ao momento em que essa responsabilidade foi transferida para a burguesia negra. Para estimular esse processo, o governo criou um sistema de agências nas quais os investidores privados (locais ou estrangeiros) são obrigados a fazer dotações financeiras através do Estado.

Mas, ao contrário do que teoricamente era proposto, os lucros da descentralização beneficiaram maioritariamente o próprio Estado, a burocracia e vários segmentos do capital branco. Das 21 corporações de desenvolvimento criadas nas reservas e nos "bantustões" entre 1976 e 1979, apenas cinco renderam dividendos a empresários negros que, em média, detinham apenas 25% do capital dessas corporações.

### O monopólio empresarial branco

Além disso, o capitalismo racial também é mantido nas áreas urbanas. Enquanto permite que a burguesia negra se desenvolva, o governo está ao mesmo tempo comprometido com uma política que criará antagonismos com o capital privado branco, possuidor do monopólio de todo o mercado nas áreas urbanas negras.

A frustração da burguesia negra que, de momento, está empenhada numa batalha perdida pelo controlo desses mercados consumidores e para ter direitos comerciais nas áreas "brancas", fica evidente no depoimento pessimista do presidente da NAFCOC, Motsuenyane, que prometeu manter os esforços veementes para se opor a todas as empresas brancas nas áreas negras, se os africanos continuarem a ser proibidos de desenvolver actividades comerciais nas áreas brancas.

Tendo em vista essa situação, fica claro que a principal razão por detrás do lento desenvolvimento económico dos "bantustões" não deve ser procurada noutra parte, mas sim — e isto é importante —, dentro do processo existente e que favorece a concentração e centralização da riqueza em poucas mãos, tendência predominante na economia sul-africana actual.

O objectivo de Pretória em industrializar os "bantustões", e a realidade de que essas áreas são na verdade reservas de mão-de-obra, entre outras coisas, continua a ser o paradoxo, cuja solução não é procurada, pelo menos no futuro imediato. Isso, no entanto, não sugere que não exista um crescimento nessas áreas. Pelo contrário, o crescimento verificado é mais uma prova da expansão da economia sul-africana do que o resultado da acção da burguesia negra. O estudo de Marion Lacey, in-

cluído no *Survey of race relations in South Africa* (1982, p. 410) mostra explicitamente que as indústrias estão a ser reordenadas por causa da posição monopolística dos sindicatos brancos nas áreas urbanas, das reivindicações salariais e da escassez de mão-de-obra especializada.

Finalmente, a criação da burguesia negra (mesmo privada de oportunidades para se expandir) concebida pelos brancos como um elemento positivo na perpetuação do *apartheid*, constitui, no entanto, um xeque-mate para a política oficial de legitimação. Esse impasse, no entanto, não representa vantagens absolutas para o movimento de libertação nacional. Devido ao comportamento do governo, que conseguiu seduzir muitos colaboradores através de incentivos e salários enormes, esta classe acabará por surgir.



Os "bantustões" são reservas de mão-de-obra barata

Mas o significado da burguesia negra e a sua capacidade de desradicalizar a maioria negra pobre, depende em larga escala do êxito que ela venha a ter em conseguir direitos políticos para a grande massa dos oprimidos, bem como a sua participação no poder central do país. E isso parece improvável.

Embora muitas pesquisas tenham ainda de ser feitas para dar conteúdo a essas análises, o certo é que a estratégia do governo não está voltada, mesmo a longo prazo, para atender às ambições de uma burguesia negra, mas sim com o objectivo de neutralizar o desenvolvimento da consciência revolucionária que está a tomar conta de todo o sistema sócio-político desse país. Isso, porque o compromisso de qualquer governo com um projecto de tal escala entra em conflito com os seus objectivos. ●



# AGROPROMOTORA

COOPERATIVA PRODUTORA  
DE PROJECTOS AGRÍCOLAS, SCRL

Rua Cardeal Mercier, 29, 1.º

Telefone 735135

LISBOA

Delegação - LUANDA: Telefone 60130

## *Cooperar e desenvolver*

### Áreas de Trabalho

- Agricultura
- Pecuária
- Indústria Alimentar

### Entidades

- Orga. Estatais
- Cooperativas
- Estruturas de  
produção familiar

### Países Africanos

- Angola
- Moçambique
- Cabo Verde
- Guiné Bissau
- Argélia

## *Projecta e implementa*

cadernos do

## terceiro mundo

Assinaturas

### Portugal

anual (12 números) ..... 650\$00

semestral (6 números) ..... 400\$00

Espanha (12 números) ..... 900\$00

### Estrangeiro — Anual (12 números)

*por via aérea*

Europa, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe  
23 dólares USA.

Restantes Países ..... 28 dólares USA

## Nelson Mandela: um líder lendário

Quando, no ano de 1918, um chefe Tembu comunicava, na cidade de Umbata, no Transkei, que a sua família se alargara a mais um membro a quem seria posto o nome de Nelson Rolihlahla Mandela, ninguém desconfiava, então, que se tornaria uma figura lendária.

Não foi, no entanto, necessário esperar muito. A vida universitária daria decisivamente início à actividade política de Mandela. Aliás, o próprio curso superior escolhido, a advocacia, fora já uma inabalável decisão de se dedicar, para toda a vida, à defesa dos direitos dos negros na África do Sul.

Mas foi em 1944, quando, juntamente com Oliver Tambo, fundou a Liga Juvenil do ANC, que Mandela se entregou de facto, de corpo e alma à actividade política.

Quatro anos depois, a Liga Juvenil lança os princípios básicos do nacionalismo, de acordo com a ideologia dos patriotas lutadores pela libertação nacional da África do Sul. A essência do nacionalismo africano professado pelo ANC consistia precisamente na formulação de ideais não anti-brancos, mas fundamentalmente anti-apartheid.

Nos anos compreendidos entre 1948 e 1962, altura em que foi preso e condenado a cinco anos de prisão, Mandela destacar-se-ia pelo seu papel inovador nas formas de luta que foi adoptando. A par de uma acção teórica constante, no sentido da definição clara do verdadeiro inimigo, vai desenvolvendo a luta, é perseguido e alvo da repressão policial. Até que, juntamente com 100 outros patriotas, é acusado de alta traição.

Em 1960, é uma vez mais preso, durante um estado de emergência. Quando, no 19 de Maio do ano seguinte, a repressão policial persegue ferozmente todos os líderes, dirigentes e activistas do ANC, consegue escapar, passando à clandestinidade, de onde continuou a desafiar o poder. Conseguiu salvar-se sem ser preso, apesar dos muitos comícios relâmpagos que aqui e ali ia fazendo. Durante esse período Mandela tornou-se o mais desejado líder da campanha contra o Estado branco, dando entrevistas e depoimentos à rádio e à imprensa.

Em 1962, a polícia consegue prendê-lo quando este seguia disfarçado de motorista, no carro do actor liberal branco Cecil Williams, durante um controlo rotineiro. Mais uma vez, o teórico



do nacionalismo africano faria algo de inédito na África do Sul. Julgado em tribunal de brancos, Mandela assume a sua defesa atacando o poder, o apartheid e o racismo, declarando que se recusava a cooperar com um Estado branco, pondo em causa uma justiça racialmente parcial, no fundo, acusando. Condenado a cinco anos de prisão, voltaria a ser julgado um ano depois, juntamente com sete dirigentes do ANC, no famoso processo de Rivonia que os acusava de fomentarem e praticarem atentados contra o Estado. Encarcerado desde um ano antes na prisão de Robben Island, Mandela é levado a tribunal e considerado o Condenado Número 1. Uma vez mais elabora a sua defesa na base do ataque ao regime, só que este discurso ficará muito mais marcado na memória, não apenas do povo sul-africano como de toda a opinião pública mundial, sendo considerado um dos documentos fundamentais do nacionalismo africano.

Condenado a prisão perpétua, Mandela encontra-se na penitenciária, em condições sub-humanas, há precisamente 22 anos, mas o Estado racista não conseguiu, ao longo de todo este tempo, fazê-lo cair no esquecimento. A esperança de ver o seu líder incondicional em liberdade, alimenta a luta do povo sul-africano.

Para os negros sul-africanos a frase proferida há quatro anos pelo bispo Desmond Tutu, prémio Nobel da Paz em 1984, alimenta a convicção de que o apartheid não poderá vigorar por muito mais tempo: "Na minha opinião teremos um primeiro-ministro negro na África do Sul, nos próximos cinco a dez anos. Necessitamos de Nelson Mandela porque ele é exactamente a personalidade que mais corresponde à de um primeiro-ministro negro". (Guimar Belo Marques)



Matéria de capa

África do Sul

## Remoções: o pogrom racista

*Até 1990, a minoria branca pretende remover cinco milhões de negros para regiões isoladas e improdutivas, repetindo os pogroms hitleristas*

Laurine Platsky\*

Desde 1960, três milhões e meio de sul-africanos foram transferidos à força dos seus locais de residência. Actualmente, outros dois milhões estão ameaçados de remoção nos termos da política governamental de redistribuição da população. A história dessas transferências forçadas data de antes da ascensão do actual regime pela minoria branca em 1948. O facto de a maioria negra ser obrigada a mudar-se resulta de um longo passado de segregação racial na África do Sul.

Em 1913, a Lei da Terra consignou 13% do país para ocupação pela população africana. Os restan-



Dois milhões de negros estão actualmente ameaçados de remoção

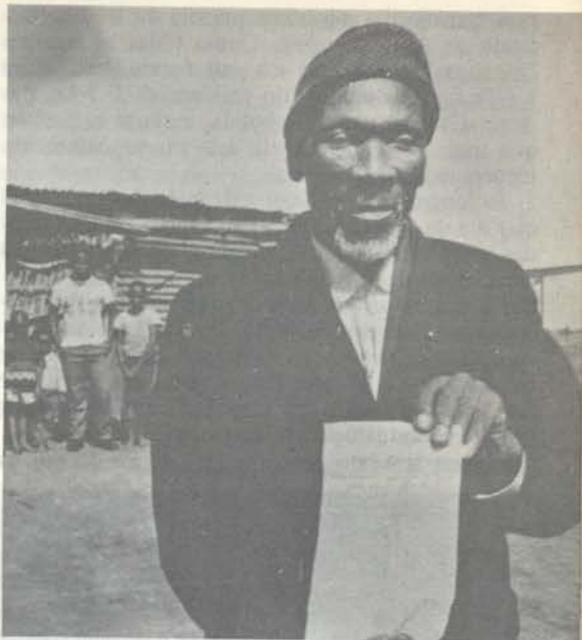
tes 87% foram entregues aos brancos. Hoje, dos 30 milhões de habitantes da África do Sul, apenas 13% vivem nessas 13% de terra. De início, esse

\* Socióloga e autora do livro *Forced Removals*

quenos territórios eram chamados "reservas"; mais tarde, passaram a ser conhecidos como "bantustões" (nos quais deveria viver a população de língua *bantu*); depois, foram chamados de "pátrias" e, hoje, de "estados nacionais". Alguns desses "estados nacionais" tornaram-se "independentes", o que significa que os seus cidadãos perderam a cidadania sul-africana e, conseqüentemente, todos os direitos e reivindicações no tocante à riqueza do país que eles ajudaram a construir. Já não têm o direito de trabalhar ou viver na África do Sul; não recebem já pensões de velhice nem recurso algum de assistência social. Só poderão entrar na África do Sul se lá houver um emprego e uma casa para eles. Em suma, foram despojados da sua própria terra e dos seus direitos na África do Sul.

Os 13% de terra reservados para os africanos foram ainda divididos em dez unidades étnicas. Quatro dessas unidades (Transkei, Venda, Bophuthatswana e Ciskei) tornaram-se "independentes", ao passo que as outras seis encontram-se em vários estágios no caminho da "independência". Quando todas as dez forem "independentes", teoricamente "não existirão mais sul-africanos negros", como disse em 1978 Connie Mulder, então ministro para os Assuntos Africanos. Trata-se da forma mais exacerbada de *apartheid* que se pode conceber. Por essa altura, quando a África do Sul precisar de mão-de-obra negra, poderá importá-la dos "estados vizinhos" sem arcar com a responsabilidade de alimentar, educar, alojar e cuidar desses trabalhadores e das suas famílias. Afinal, dizem os brancos, a Alemanha Federal não é responsável pela assistência social e alojamento para os turcos na Turquia pelo simples facto de existirem na RFA tantos trabalhadores imigrantes desse país.

Até agora, houve um acentuado progresso na transferência de pessoas para os "bantustões". Em 1960, somente 39% dos africanos viviam lá. Em 1980, 54% de sul-africanos negros viviam num dos dez estados étnicos. Um rigoroso sistema de controlo de migração impede, por um lado, que as pessoas se transfiram para as cidades dos brancos; por outro lado, um processo brutal de reinstalação expulsa-as das áreas brancas urbanas e rurais para os "bantustões". Assim, juntamente com o aumento natural da população, a reinstalação é responsável pelo aumento da percentagem de africanos nos "bantustões". Em números absolutos, porém, a política do governo não tem tido sucesso: segundo o economista Charles Simkins, 9,9 milhões de africanos viviam na África do Sul "branca" em 1980, ao passo que esse número era de 5,2 milhões em 1950. Portanto, embora a proporção que habita os "bantustões" seja maior, o número crescente de africanos na África do Sul "branca" continua sendo um motivo de



As pessoas expulsas não podem morar nas vizinhanças das cidades

preocupação para o governo.

### O papel dos mestiços

Para manter o poder e a riqueza nas mãos dos brancos, o governo conserva a maioria da população o mais dividida possível. Não só os africanos são divididos em dez grupos étnicos, como também os "mestiços" e indianos (descendentes de trabalhadores e negociantes indianos contratados no passado), que antes eram mantidos separados e destituídos de direitos, foram agora admitidos num parlamento de três câmaras juntamente com os brancos. Somente 17% dos mestiços e indianos exerceram o seu direito de voto, o que indica que se recusam a serem assimilados pelos brancos a fim de formar uma frente contra a maioria negra.

Embora os "mestiços" e indianos estejam a ser incorporados no sistema parlamentar dos brancos, não como iguais mas como inferiores, são ainda sujeitos a todas as leis discriminatórias. Não escapam a ser transferidos das áreas ocupadas pelos brancos nas cidades e vilas. São enviados para as suas próprias Áreas Grupais, localizadas à margem das comunidades urbanas. Em vez de poderem ir a pé para o trabalho ou fazer uma curta viagem de autocarro ou de comboio, são forçados a gastar grande parte do seu tempo e do dinheiro que ganham em transportes, mas os seus salários não foram aumentados para fazer face a esses custos.

De 1960 até hoje, mais de 850 mil pessoas fo-

terceiro mundo - 43

ram transferidas em consequência da lei que instituiu as Áreas Grupais. Quase todas as famílias "mestiças" e indianas do país foram submetidas a esta forma de controlo residencial. E a Lei das Áreas Grupais não foi abolida, embora as pessoas que mais sofrem com ela estejam supostamente incorporadas no governo.

Isoladamente, a maior categoria de transferências é a de pessoas que foram evacuadas de fazendas de propriedade de brancos. Nos últimos 20 anos, mais de 1,1 milhão de pessoas foram forçadas a mudar-se das fazendas por motivo de pressões económicas e políticas. Devido à maior mecanização e concentração das terras agrícolas, os trabalhadores do campo ficaram sem emprego. Por isso, são evacuados das fazendas e só lhes resta ir para os "bantustões". Noutros países, eles emigrariam para áreas urbanas, mas, na África do Sul, as



Na província de Natal está o "black spot" de Umbulwana (foto). Ele provavelmente será removido à força, como ocorreu com tantos outros

leis que controlam as transferências populacionais proibem isso. A sua única opção é procurar os "bantustões", onde precisam implorar que o chefe lhes conceda um pedaço de terra onde possam construir um abrigo. Como a terra já está superpovoadada e supercultivada, é possível que tenham de subornar o chefe para que ele lhes entregue parte da terra pertencente a outra pessoa. Esses trabalhadores expulsos não recebem do governo nem o transporte necessário para a transferência, nem qualquer espécie de alojamento, por mais barato que seja, como acontece com outras categorias de pessoas transferidas. São obrigados a pagar o seu transporte e alojamento.

Geralmente, são evacuados como unidades familiares, de sorte que não há uma comunidade à qual possam pedir apoio; o resultado é que as suas possibilidades de se oporem à transferência são nu-

las. Tendo vivido nas fazendas há gerações, a maioria deles não conhece outra forma de vida; muitos são analfabetos, de modo que as suas possibilidades de encontrar trabalho nas cidades através do sistema estatal de emprego também são nulas. Muitos deles tiveram acesso a um pequeno pedaço de terra onde criavam uma vaca ou um porco; a serem transferidos para o "bantustão", porém, são impedidos de levar os animais. Por outras palavras, tiram-lhes a possibilidade de ganhar um salário, a possibilidade de se sustentarem lavrando a terra ou criando animais domésticos.

### Os "sectores negros"

Em posição um pouco melhor figuram aqueles que estão ameaçados de evacuação nos sectores negros (*black spots*). Esses sectores são pedaços isolados de terra de propriedade de negros numa área que foi declarada "branca". Plantações e pradas antes da aprovação da Lei da Terra de 1913, bem como as áreas declaradas fora dos limites dos "bantustões" em consequência de vários planos de "consolidação", estão agora ameaçadas de desapropriação, se já não foram desapropriadas. Muitas delas pertenceram às mesmas famílias durante anos. Muitos membros dessas famílias que trabalhavam nas cidades regressavam às suas aldeias quando aposentados, pois todos têm fortes vínculos com a terra. Muitos proprietários admitiram rendeiros que dependem da agricultura para sobreviver. Em nenhuma outra parte conseguiriam terra para cultivar.

Os proprietários desses sectores negros, desde de mais de 17 hectares cada, têm direito a compensação sob a forma de um pedaço de terra no "bantustão" após a transferência. Os que possuem menos de 17 hectares, bem como os rendeiros, não têm direito a um terreno de 15 m x 30 m numa área de transferência ou num "bantustão". O Estado fornece transporte gratuito, para eles e para os seus bens familiares, mas não permite que levem animais porque não têm direitos de pastagem. Usando tácticas mais frequentemente usadas pelas autoridades para persuadi-los a mudarem-se "voluntariamente" é *prometer-lhes* terra gratuita no "bantustão". A promessa nunca é cumprida. Embora os rendeiros pagassem um aluguer, era uma quantidade mínima e, pelo menos, tinham um certo acesso à terra; depois de transferidos, não terão terra alguma. Mas, por não conhecerem os seus direitos, caem na armadilha e deixam-se transferir.

Os proprietários desses pequenos sectores negros estão também em melhores condições de se oporem à remoção, uma vez que têm direito mais à terra. Conseguem atrair maior simpatia da opinião pública pelo facto das suas famílias terem sido donas da terra há tanto tempo. (No sistema

socio-económico da África do Sul, os que viveram e trabalharam durante gerações em fazendas de propriedade de brancos têm menos direito moral de permanecer na terra pelo facto de não serem donos dela.)

Apenas na província de Natal, existem 189 propriedades negras aguardando "remoção" nos termos dos últimos planos do governo. Muitas outras já foram removidas. Em algumas delas, funcionam lucrativas operações de mineração, enquanto os seus antigos proprietários negros recebem pouca ou nenhuma compensação pela terra ou pelas riquezas minerais que eram suas.

Parte da população também é removida por motivos estratégicos ou de infra-estrutura, tais como construção de açudes, estradas ou criação de reservas de caça. No mundo inteiro há quem seja transferido por motivos de infra-estrutura; mas, na

africanos que residem sem autorização nas áreas urbanas brancas são obrigados a retirar-se. Não chegam necessariamente a sair das cidades, mas transferem-se para outros locais dentro da mesma área. Em várias ocasiões, nos últimos 20 anos, as autoridades embarcaram pessoas em autocarros e comboios e transferiram-nas para os "bantustões". Nos bairros-de-lata da Cidade do Cabo, muitas mulheres contam como saltaram do comboio na primeira estação para viverem como posseiras no mato, no desespero de apegarem-se à cidade na qual podem ganhar algum dinheiro para manutenção da família. Os bairros de lata são periodicamente invadidos e destruídos, mas os moradores reconstroem-nos, decididos a permanecerem onde têm alguma possibilidade de emprego.

Em várias vilas menores da África do Sul "branca", os locais onde viviam os africanos foram veda-



Somente na província de Natal (foto à esquerda), existem 189 propriedades negras aguardando "remoção". No mundo inteiro há transferências de população, porém na África do Sul essas pessoas jamais recebem qualquer ajuda

África do Sul, essas pessoas jamais recebem qualquer benefício em decorrência das novas obras. Os açudes são construídos para atender às cidades e ao forte sector agroindustrial.

Diversas reservas de caça foram criadas nas fronteiras da África do Sul. Um dos motivos é que qualquer pessoa que seja vista em tais áreas protegidas pode ser considerada como caçador clandestino e fuzilada na hora. Dada a crescente actividade guerrilheira, a força de defesa da África do Sul precisa tomar todas as precauções para defender as fronteiras do país e o sistema de *apartheid*.

#### O problema nas áreas urbanas

Mas não é apenas nas áreas rurais que as pessoas são transferidas; o mesmo acontece nas áreas urbanas. Numa tentativa de controlar a urbanização, os

dos, o que significa que apenas os trabalhadores lá poderão permanecer. Serão alojados em hospedarias somente para homens ou mulheres, enquanto as suas famílias serão transferidas para os "bantustões". Se a vila ficar a 100 km de distância do "bantustão" mais próximo, os trabalhadores têm que ir para o trabalho diariamente de comboio. Isso causa enormes transtornos, e muitas vezes os trabalhadores perdem o emprego, sendo substituídos por homens e mulheres solteiros, que podem viver mais facilmente numa hospedaria. Exemplo disso é Onverwacht, a 50 km de Bloemfontein: Onverwacht começou no Inverno de 1979, quando o governo mandou despejar grande número de pessoas em pleno *veld* (campo aberto), expostas ao grande frio, tendo como abrigo somente uma tenda por família. As únicas instalações que receberam foram fossas sanitárias e bicas de água. Hoje,

moram lá mais de 250 mil pessoas. Muitas ainda vivem nas condições originais, mas foram construídas algumas casas-modelos em locais que podem ser vistas por quem passar pela estrada asfaltada.



As pessoas expulsas não podem morar nas vizinhanças das cidades

Onverwacht permanece escondida da maioria da África do Sul. Fica oculta atrás de uma colina e, da estrada, ninguém avista o grande bairro de lata rural. Os poucos trabalhadores que encontram emprego têm de viajar uma hora de comboio para ir a Bloemfontein. Hoje, existem algumas escolas e clínicas, mas claramente insuficientes para atender às necessidades de uma população tão vasta e tão pobre. Em breve, a área será entregue ao QwaQwa, o menor de todos os "bantustões", o qual deverá fornecer, se puder, todas as instalações necessárias.

É assim que o governo de Pretória cuida da urbanização: as pessoas expulsas das fazendas não podem morar na vizinhança das cidades, e a urbanização é deslocada para os "bantustões". A ironia de tudo isso é que muitas pessoas dão graças a Deus por morarem nos "bantustões". Dizem ter-se livrado do controlo brutal dos *boers* (agricultores brancos) que lhes pagavam um salário baixo — quase um *rand* (meio dólar) por dia — e controlavam rigorosamente tudo o que elas faziam.

Numa entrevista em Berna, na Suíça, em Junho de 1984, o presidente Pieter W. Botha disse que o seu governo não forçava ninguém a abandonar o seu lar. Afirmou que o governo "coagia" e, depois, apressou-se em corrigir tal declaração, dizendo que o governo "convencia" as pessoas a mudarem de residência.

Na verdade, os métodos empregados pelo go-

verno sul-africano para a transferência de pessoas vão desde a subtileza até à violência pura e simples. Caso o emprego mais subtil de divisões, pressões e intimidações não der resultado, passa-se a empregar mais violência em cada etapa. As estratégias destinadas a fazer com que as pessoas se mudem "voluntariamente" incluem o encerramento de escolas, clínicas e agências de aposentadoria por invalidez, o corte ou envenenamento do abastecimento de água, a suspensão do serviço de autocarros e a circulação dos mesmos apenas entre o local de trabalho e a área onde as pessoas deveriam estar depois de transferidas, bem como divisões da criação de grupos e entre pessoas.

A África do Sul não é dividida somente entre brancos e negros, mas também entre operários e patrões, entre os que trabalham e os que não trabalham, entre proprietários e arrendatários de terra, entre homens e mulheres, jovens e velhos, alfabetizados e analfabetos, entre organizações tradicionais e democráticas etc. Sempre que as autoridades encontram uma oportunidade de dividir as pessoas, exploram-na. Por exemplo, se há possibilidade de subornar um membro de um conselho tribal, oferecendo-lhe uma casa ou carro novo para que se mude, o governo procura suborná-lo para que ele, por sua vez, convença a sua gente a mudar-se também. As comunidades gastam grande parte do seu tempo a procurar evitar essas divisões e a informar as pessoas acerca dos seus direitos sobre o que podem esperar se forem transferidas.

## “Eu não sei onde estou”

Maria Zotwana não sabe quando nasceu. Ela acha que foi durante a guerra dos *boers*, quase 90 anos. Não sabe ler nem escrever. Está muito velha, a face vincada de rugas profundas, o corpo curvado, as mãos trémulas, mas os olhos estão muito lúcida, apesar dos sofrimentos. Ela sempre viveu na localidade de Tsitsikama e a cidade mais longínqua que conhece é Humansdorp, a 100 quilômetros. Hoje, Maria vive só em Elukhanywnt, muito longe de Tsitsikama, numa área para onde estão a ser atiradas famílias negras consideradas "supérfluas" pelo *apartheid*. Maria Zotwana está virtualmente paralisada pelo medo e pela incerteza, num lugar que não conhece. Ela contou a sua história aos autores do livro *Forced Removals* ("Remoções Forçadas").

“Eu nasci em Tsitsikama. Nós morávamos num



Na época de Carter, os moradores dos bairros-de-lata de Crossroads forçaram o governo a retroceder na sua decisão de expulsá-los

Margaret Thatcher ainda não tinha chegado ao poder no Reino Unido, o que obrigou Pretória a fazer uma concessão. A maioria dos habitantes de Crossroads foi informada de que podia permanecer na Cidade do Cabo e que receberia casas para morar. Hoje, cinco anos depois, estão novamente ameaçados de transferência, juntamente com o resto dos africanos da Cidade do Cabo — num total de 250 mil. O governo pretende transferir todos eles. Os “legais” (68%) irão para Khayelitsha (“Novo Lar”), a 35 km do centro da cidade, e os “ilegais” serão transferidos da área urbana para os “bantustões” de Ciskei e Transkei. ●

Isso, às vezes, leva anos. Para o governo, no entanto, é mais vantajoso transferir logo as pessoas, sem dar tempo a que a comunidade se organize.

Por não estar ao lado do povo, a lei não constitui qualquer espécie de protecção. Uma vez por outra, o facto de se apelar para a justiça pode retardar a remoção graças a qualquer recurso legal, mas o povo tem de aprender que não pode contar com a lei: tem de contar consigo mesmo para a organização da resistência. Pode ter o apoio de grupos externos em termos de publicidade e acesso a informações mas, em última análise, a vitória depende da própria comunidade.

Algumas vitórias têm sido registadas: em alguns casos, o governo voltou atrás na sua decisão de transferir pessoas. Muitas dessas vitórias, porém, não são claras. Às vezes, o governo admite não transferir parte das pessoas, tais como aquelas que estão “legalmente” em determinada área (nos termos das leis de controlo de aumentos populacionais). Isso provoca novas divisões, pois as pessoas que têm de transferir-se perdem o apoio dos que estão em posição “legal” mais vantajosa. Um claro exemplo dessa estratégia é o bairro de lata de Crossroads, próximo da Cidade do Cabo. De 1975 a 1979, essa comunidade de mais de 30 mil pessoas uniu-se para lutar contra a transferência para os “bantustões”. Ao contrário de outros habitantes de bairros degradados, eles estavam bem organizados e tinham grande apoio, inclusive internacional. Nessa época, Carter era o presidente dos EUA e

fazenda. Meu pai trabalhava na terra. Nós tínhamos a nossa terra. Essa terra tinha sido antes de meus ancestrais. Nós plantávamos tomates, batatas. Quando eu era criança eu não conhecia nada. Eu agora sou de novo uma criança porque não conheço nada af fora. Eu casei com 15 anos. Eu gostava do meu homem, mas ele já morreu há muito tempo. Ele trabalhava no campo e cortava lenha para os brancos. Eu ficava em casa. Eu tive três meninas, que também já morreram. Sobrou apenas uma neta.

“Af eles vieram. Tudo aconteceu tão rápido que eu nem sei dizer como. Eles vieram com armas. Não falaram nada. Não disseram porque estavam a levar-nos. Nem para onde. Nós tínhamos uma plantação, tínhamos uma vaca, cachorro e galinhas. Aqui não temos nada. Não podemos fazer nada. Eu só conheço a areia em frente da casa. Eu não sei onde estou. O que é este lugar, a senhora pode-me dizer?

“Eles atiraram as minhas coisas aqui. Elas ainda estão aí. O que posso eu fazer? Eu não conheço este lugar. Eu não posso fazer nada. Eu não posso fazer nada. Este é um lugar triste. As pessoas não

vivem aqui. Eu não sei quem me trouxe. Devem ter sido os *boers*. Podem ser também os *zeloes*. Eu não sei, talvez o governo. A única coisa que eu sei é que este não é o meu lugar. O lugar da minha gente. Aqui só tem pedra e poeira. Aqui só tem morte. Eu gostava de ver o mar, mas aqui não tem mar. Até os bichos morrem.

“Aqui não tem comida. Eu vou todos os dias para a cama sem comer. Eu estou com fome agora. Eu não tenho dinheiro e ninguém me dá, porque aqui ninguém tem. Eu vejo a morte por perto. Toda a gente fica cansada de você. Todos já morreram. Meu homem, minhas filhas, meus animais, meus amigos. Até o Senhor me deixou. Ele não gosta deste lugar. Este lugar só tem pedras. As crianças não conseguem viver. Elas acordam, depois ficam doentes e, à noite, muitas morrem. Eu também vou morrer nesta terra estranha. Eu não entendo. Eu não entendo nada. Eu estou só.”

Maria não fala inglês e expressa-se num dialecto rústico de *afrikaaner*. Ela estava assustada e confusa demais para fazer um relato ordenado. Mais do que as palavras, vale o impacto emocional dos seus sentimentos. ●



Matéria de capa

África do Sul

## O desporto como arma política

*Em nenhum país do mundo, o desporto tem tantas conotações políticas e propagandísticas como na África do Sul*

Sam Ramsamy\*

A situação dos desportos na África do Sul é actualmente tão difícil e complexa que desafia a compreensão até mesmo de um sul-africano bem informado. Toda a sua estrutura está cheia de contradições, justificações, insinuações e mentiras deslavadas. Uma coisa é absoluta, clara e certa: na África do Sul, o desporto está de tal forma emaranhado na complicada teia da situação política do país que não pode separar-se dela de forma alguma.

Quem quiser começar a entender a situação desportiva sul-africana deve, antes de mais nada, compreender o significado dos termos usados no país,

48 - terceiro mundo



A segregação racial também chega ao desporto, que se vê assim muito atingido no seu desenvolvimento

cuja conotação é inteiramente diferente da que prevalece no resto do mundo. Em todos os outros

\* Presidente do Comité Olímpico Não-Racista da África do Sul.

países, o adjectivo "plurinacional" aplica-se a acontecimentos como os Jogos Olímpicos, os Jogos Europeus ou a Taça do Mundo de futebol, os quais são eventos internacionais e envolvem necessariamente equipas de diferentes nações. Na África do Sul, uma competição plurinacional é um acontecimento que reúne apenas sul-africanos, definidos como grupos étnicos ou raciais segundo a classificação racista da Lei de Registo da População.

Assim um evento "plurinacional" na África do Sul pode consistir meramente no confronto de equipas ou jogadores sul-africanos brancos, sul-africanos africanos, sul-africanos mestiços ou sul-africanos indianos. Os sul-africanos mestiços, indianos e africanos são pessoas que nasceram e foram criadas na África do Sul e cuja ascendência determina a sua classificação étnica ou racial específica. Os sul-africanos brancos são identificados pela cor da pele — não importa que os seus pais sejam residentes ou originários da Inglaterra, Espanha, Portugal, Alemanha, Holanda ou Japão. O imigrante branco que assina os papéis de naturalização ao chegar à África do Sul torna-se imediatamente parte do *establishment* e pode receber um passaporte sul-africano. Tem o direito e o privilégio de votar e ser votado nos mais altos foros administrativos do país. Tanto esse direito como esse privilégio são especificamente negados a qualquer sul-africano que não seja branco e não tenha outro país de origem senão a África do Sul.

É um facto historicamente comprovado que nenhum sul-africano branco pode alegar linhagem que indique raízes de origem sul-africana. O país era originariamente habitado por sul-africanos negros, ou seja, somente pelos povos *khoi-khoi* e *san*. Em termos de verdade histórica, portanto, os estrangeiros da África do Sul são os brancos, e não os negros, que foram transformados em estrangeiros através de manobras políticas.

#### A racionalização "plurinacional"

O conceito de "plurinacional" no desporto sul-africano foi inventado inicialmente em benefício da chamada reconciliação internacional dos sul-africanos brancos, que vinham sendo excluídos do desporto mundial. A nível parlamentar, racionalizava-se que as "regiões negras independentes, os bantustões, são de facto "estados independentes e soberanos" e que, portanto, quando havia um encontro desportivo entre "sul-africanos brancos" e esses "estados-regiões", a competição equivalia a um legítimo "encontro desportivo internacional".

O grande problema que se opunha a essa manobra política era o facto da maioria dos negros fisicamente capazes desses "estados-regiões" trabalha-

rem na chamada "África do Sul branca" como operários contratados. O problema foi resolvido com a criação de entidades desportivas "centrais" como o Conselho Sul-Africano de Futebol, do qual George Thabe é presidente. A esse Conselho desportivo "central" pertencem a Associação Nacional Sul-Africana de Futebol (SANFA, negra), a Associação Sul-Africana de Futebol (FASA, branca), a União Sul-Africana Mestiça de Futebol (SACFU) e a União Sul-Africana Indiana de Futebol (SAIFU). Até hoje, as associações mestiça e indiana existem só no papel.

A situação do *rugby* "plurinacional" é um pouco mais complexa. A entidade "central" é conhecida como a Directoria Sul-Africana de Rugby, a qual é, de facto, uma directoria de brancos, sob a presidência de Danie Craven. A Federação Sul-Africana de Rugby (SARF, mestiça), dirigida por Cuthbert Loriston, e a Associação Sul-Africana de Rugby (africana), dirigida por Curnick Mdyesha, são membros associados na Directoria Sul-Africana de Rugby e têm o mesmo poder de voto de uma unidade provincial branca na entidade nacional.

Tanto Loriston como Mdyesha foram designados, e não eleitos, para os seus cargos no comité de selecção da Directoria Sul-Africana de Rugby, que foi ampliado para incluir sete membros, um deles mestiço e um outro africano. Estes dois também ocupam cargos "protegidos" por nomeação directa, não tendo sido democraticamente eleitos na base dos seus conhecimentos e capacidade para julgar as competições e os atletas. O que se deduz é claro: as entidades multinacionais de desportos usam oportunistas e colaboradores negros e mestiços para lhes dar um certo ar de respeitabilidade, aceitação internacional e credibilidade. Pelos seus méritos e conhecimentos desportivos, esses "não-brancos" não merecem os cargos que ocupam... mas foram os únicos dispostos a aceitá-los.

#### Confusão "multinacional"

Esta situação, tal como prevalece a nível administrativo, revela toda a tragédia do desporto "plurinacional" sul-africano a nível de competição. A Federação Mestiça de Rugby concentra-se em áreas distritais do interior, na parte oeste do Cabo, e não é, de modo algum, de natureza ou estrutura "nacional". A fim de dar à Federação um pouco de substância e amor próprio, algumas das chamadas unidades provinciais foram incluídas na competição "Town Challenge" da União de Rugby da Província Ocidental (branca). Isso foi, ao mesmo tempo, uma concessão especial — permitir que as "unidades provinciais" jogassem numa competição de clubes brancos de segunda categoria.

A anomalia que causa confusão à maioria das pessoas, especialmente estrangeiros, é que, embora os jogadores mestiços de *rugby* actuem nas suas próprias competições mestiças a níveis de clube, de província e nacional, qualquer um deles pode ser convocado pelos grupos provincianos brancos das regiões nas quais jogam ou residem. De facto, dois desses jogadores — Avril Williams e Wilfred Cupido — foram convocados pela Província Ocidental no decorrer da última temporada. Digno de nota é o facto do mais famoso jogador negro, Errol Tobias, não ter sido convocado por nenhuma das equipas provincianas brancas nessa temporada ou na anterior. Tobias é usado quase exclusivamente em jogos de “exibição internacional”. Por isso, a maioria das pessoas na África do Sul acredita que ele não é seleccionado na base do seu mérito, mas sim pelo facto da sua negritude ser inconfundível, de modo que, com ele, fica também clara a natureza “plurinacional” da equipa.

É esta, precisamente, a tragédia do sistema desportivo multinacional ou multi-racial. Para ganhar a credibilidade internacional e apaziguar os seus satélites mestiços e africanos, a Directoria Sul-Africana de Rugby, composta de brancos, precisa escolher pelo menos um jogador mestiço ou negro, independentemente do seu mérito individual como jogador na posição em questão, em detrimento directo de inúmeros jogadores brancos, que poderiam ser seleccionados simplesmente na base do seu mérito na mesma posição.

O desporto não-racista não tem dessas coisas. Raça, cor, etnia ou crença religiosa não são levadas em conta na selecção de equipas ou posições. É exactamente isso que o Conselho Sul-Africano de Desportos (SACOS) defende, e é isso que procura promover em toda a África do Sul. E, por isso, o SACOS é implacavelmente perseguido pelas entidades desportivas sul-africanas “reconhecidas”, bem como por porta-vozes e órgãos do governo.

#### Decreto do Departamento de Prisões

Há pouco tempo, o Comissário de Polícia do Departamento de Prisões decretou que todo o pessoal das prisões (ou seja, os guardas) deve praticar desporto em entidades desportivas “reconhecidas”. As equipas do Departamento de Prisões que eram filiadas na União Sul-Africana de Rugby (SARU, não-racista) foram forçadas a pedir o seu afastamento e a ingressar na Federação Mestiça de Rugby — coisa que deixou muito contrariado o próprio Cuthbert Loriston.

Já em 1976, as equipas policiais e militares eram entidades desportivas “reconhecidas”. Os membros dessas entidades “plurinacionais reconhecidas” que sejam funcionários públicos beneficiam de uma licença especial para treinar, praticar

e fazer desporto sem prejuízo do salário que recebem do Estado. Os membros de entidades desportivas não-racistas são vítimas de discriminação específica — não têm oportunidade de praticar e treinar. As autoridades dos serviços públicos procuram comprometer os membros de entidades desportivas não-racistas, forçando-os a participar em chamados eventos desportivos “plurinacionais” “normais”, como representantes das equipas dos serviços públicos. A recusa de participar em eventos é considerada recusa de cumprimento do “dever”, ficando o dissidente sujeito a demissão.

#### Hostilidades

Na municipalidade da Cidade do Cabo, que controla a maioria das instalações desportivas “reconhecidas” da Península do Cabo e arredores, Jan Brand, engenheiro municipal, declarou num relatório ao Comité Executivo que as instalações da Municipalidade não devem ser colocadas à disposição de membros e filiados do comité não-racista de desportos (SACOS). O relatório foi uma reacção a declarações feitas, no mesmo teor, pelo ministro do Desenvolvimento Constitucional, de Pretória, pelo administrador da Província do Cabo, Eugene Louw.

A discriminação contra desportistas e organizações não-racistas não é novidade. Já nos anos 50 quando Dave Marais, ex-presidente da FASA (Federação desportiva de brancos) e ex-membro do parlamento pelo Partido Unido, era presidente da Câmara de Joanesburgo, as instalações de toda a oeste (West Rand) eram negadas a desportistas não-racistas de várias modalidades.

O governo de minoria branca e os seus satélites têm criado tremendos obstáculos artificiais físicos a fim de impedir o desporto não-racista.

Os desportistas negros do chamado “estado dependente” de Ciskei têm sido submetidos a um tipo especial de vexame. Não têm acesso a instalações desportivas e recebem ordens de cancelar jogos contra os chamados “não-negros” vindos de fora de Ciskei; não têm acesso a verbas ou benefícios, e os altos administradores desportivos que se safiaram as autoridades, levando avante suas actividades desportivas sem carácter racista, foram presos pela polícia e deportados do Ciskei. Outros, ainda, foram suspensos ou demitidos de empregos que tinham ocupado durante toda a vida. Há pouco tempo, o autor dessa repressão era o general Charles Sebe, irmão de Lennox Sebe, presidente do Ciskei. O general Sebe foi treinado pela polícia de segurança sul-africana.

#### Verbas para desporto nas escolas

Uma estatística muito importante foi revelada no decorrer da actual sessão do parlamento

africano. Trata-se do montante das verbas destinadas a promover o desporto nas escolas, e foi divulgado pelo próprio ministro da Educação, que é responsável pelos desportos — Gerrit Viljoen. (Se as crianças não puderem desenvolver-se naturalmente, aceitando todas as outras como iguais na sala de aula e no pátio de recreio, jamais se poderá esperar que se aceitem como iguais quando adultas. Na África do Sul, o preconceito e o ressentimento são inculcados nas crianças durante os seus anos de formação, em escolas do sistema educacional com separação racial que é a pedra angular indispensável à política de *apartheid* do regime sul-africano.)

O desdobramento da verba gasta pelo Estado com estudantes brancos e negros feito por membros da oposição no parlamento, indicou que a verba para desporto nas escolas sul-africanas é de 9,93 rands por criança branca e 0,32 rands por criança negra — ou seja, cerca de 3% do que se gasta com uma criança branca.

Nos últimos anos, missões desportivas que visitaram a África do Sul tentaram justificar a situação sul-africana apontando aquilo que vêem como natureza inteiramente "não-racista" da Liga Nacional de Futebol Profissional (NPSL), dirigida por George Thabe. Além de já termos mostrado o papel de Thabe como presidente da entidade "central", gostaríamos de acrescentar que a NPSL tem uma primeira divisão de cerca de 20 equipas que incluem cerca de 300 jogadores profissionais de futebol. Isso representa aproximadamente um décimo-milésimo de 1% da população total de 30 milhões de pessoas.

Qual é a situação, no entanto, de milhares, talvez de milhões, de jogadores amadores de futebol do país? Teriam as missões desportivas internacionais investigado as condições e instalações oferecidas a jogadores amadores de futebol na África do Sul? Investigaram as organizações populares desportivas em todas as modalidades de desporto, a sua administração e as suas instalações para a prática de desportos? Se tivessem investigado, as conclusões seriam as mais reveladoras. O factor mais revelador de todos teria sido o montante fornecido pelos patrocinadores comerciais à NPSL — entidade "reconhecida" — em comparação com a política de isolamento adoptada contra a Liga Profissional, que não é racista.

Os pesquisadores ficariam totalmente espantados com as informações pormenorizadas, que lhes poderiam dar as organizações desportivas não-racistas, sobre apelos a casas comerciais para o patrocínio de jogos e sobre o tipo de desculpas apresentadas pelas mesmas para não os patrocinarem quando, meses mais tarde, essas mesmas empresas anunciam ter patrocinado a alto preço entidades racistas de desporto "plurinacionais" de uma

modalidade ou outra.

É graças a esse patrocínio e apoio de empresas comerciais que a União Sul-Africana de Críquete (SACU, "plurinacional"), chefiada por Joe Parnesky, tem conseguido ignorar completamente o boicote internacional dos desportos sul-africanos. A SACU é uma das principais responsáveis pela promoção de visitas de jogadores de críquete de outros países à África do Sul. Até mesmo jogadores de fama, como Geoff Boycott e Graham Gooch, confessam que vão lá atraídos pelo dinheiro, e não por amor ao críquete sul-africano ou ao sistema de *apartheid*.



Pela aplicação da segregação racial no desporto, a África do Sul foi expulsa do movimento olímpico em 1970 e, posteriormente, muitas federações desportivas internacionais como a FIFA tomaram a mesma atitude

Para os jogadores de críquete de Sri Lanka e das Índias Ocidentais, a atracção do dinheiro é ainda mais irresistível. O dinheiro é usado para comprar credibilidade desportiva internacional para o regime da África do Sul — não indica mudanças sociais ou políticas no país. Os desportistas negros que visitam a África do Sul recebem o título de "brancos honorários" e não são tratados como os negros locais.

Se a África do Sul pode realmente dar-se ao luxo de oferecer milhões a desportistas internacionais para visitarem o país, então como explicar o facto, comprovado e averiguado, de que pelo menos quatro crianças sul-africanas — crianças negras — morrem de desnutrição ou doenças correlativas em cada hora de cada dia de cada semana de cada mês, o ano inteiro? ●



Matéria da capa

África do Sul

## A dupla segregação da mulher negra

*Elas são as maiores vítimas do racismo. Além de discriminadas pela cor da pele, são segregadas sexualmente, de forma implacável*

Guiomar Belo Marques

**A** mulher negra é duplamente vítima do *apartheid*. Discriminada racialmente, também o é na sua condição de mulher, quer a nível de costumes e valores predominantes, quer da própria lei racista em vigor na África do Sul.

O caso mais flagrante é o das mulheres que vivem em reservas. Os homens, quando atingem a idade adulta, partem para nunca mais voltar, deixando-as lado a lado com os velhos, as crianças e os doentes. A maior parte da força de trabalho africana nas áreas urbanas é constituída



No contexto da economia branca e do *apartheid*, as mulheres negras praticamente não têm lugar

por imigrantes. No contexto da economia branca e do grande projecto do *apartheid*, as mulheres têm praticamente lugar. Procuram novas forças

trabalho, quando, até isso, não lhes é impedido pelas circunstâncias.

A emigração constante destrói totalmente a vida familiar da população negra. Marido e mulher vivem separados: ela não tem o direito de acompanhá-lo até aos subúrbios da cidade de brancos, a não ser em casos excepcionais. Muitas vezes, o matrimónio não chega sequer a consubstanciar-se e a antiga tradição cultural da sociedade tribal, em que a mulher partilhava da categoria do pai ou marido, já foi apagada pela lei do *apartheid*. Segundo esta, às mulheres é vedado o direito de possuírem propriedades ou de herdarem. Não podem assinar contratos, processar ou serem processadas sem a ajuda dos seus mentores masculinos. Independentemente da idade ou condição matrimonial, a sua vida é uma permanente sujeição à autoridade masculina. No entanto, apesar da lei, o trabalho migratório e os regulamentos de controlo de entrada forçam-nas a tornarem-se chefes de família, tendo muitas vezes que agir igualmente como assalariadas, existindo, por todo o país, viúvas, divorciadas, mulheres cujos maridos desapareceram e mães solteiras.

#### Ser mulher, ser só

Entre as mulheres que vivem nas reservas, aquelas que se podem considerar mais afortunadas são as que têm um marido que trabalha na cidade. Contudo, também essas têm a sua contrapartida: a solidão permanente. Uma sul-africana escreveu um dia sobre as mulheres das reservas: "A vida das sul-africanas que vivem em reservas é uma trágica história de milhares de mulheres jovens que se tornam viúvas muito antes de atingirem os 30 anos. Jovens casadas que nunca foram mães; jovens cuja vida se tornou um longo lamento, enterrando um filho atrás de outro e, por fim, enterrando o marido, aquele amante que ela nunca conheceu como marido nem como pai. Para eles — homem e mulher — a vida adulta significa o fim da vida; significa solidão, amargura, lágrimas e morte; significa uma vida sem futuro, simplesmente porque não há presente".

Algumas poucas mulheres são bafejadas pela sorte e conseguem levar uma vida familiar razoável numa área urbana, como é o caso de Soweto. Essas situações acontecem quando à mulher é dada autorização para ali viver com o seu marido, trabalhador migrante. Mas se a, imigrante é ela, e casa com um homem não "qualificado" para viver na mesma área, é imediatamente reenviada para a reserva. Se, por outro lado, tem a infelicidade de enviar ou de se divorciar, perde o direito à casa e tem de partir.

Apesar de o boom económico dos últimos anos ter permitido a um restrito número de negros sul-africanos uma certa prosperidade — que criou no

Soweto uma ténue classe-média negra, com profissões liberais, mas a quem é igualmente vedado o espaço dos brancos —, a esmagadora maioria das mulheres negras não partilhou de tal situação que, juntamente com os maridos e filhos, ajudaram a criar com o seu trabalho. Essa grande maioria conhece apenas a miséria, os salários inadequados, casas pobres sem água, electricidade ou privacidade, cuidados médicos consideravelmente insuficientes e todas as outras sub-condições e carências inerentes à pobreza.



A vida da mulher sul-africana negra é trágica: vive na solidão, sem nenhum apoio material ou moral

#### Emprego versus maternidade

Para a mulher negra, emprego e filhos são praticamente incompatíveis. Em cada 100 crianças negras que nascem, entre 30 a 70 não são legais, porque não são registadas. Essa situação origina uma descendência de filhos ilegais, já que o filho de pais não registados também não pode sê-lo. Por outro lado, as crianças que vivem com as mães nas áreas urbanas só podem iniciar os estudos primários quando atingem os sete anos de idade, tendo, na maior parte dos casos, que prosseguir os estudos secundários fora da área, pois a política governamental orienta-se no sentido de reduzir ao máximo o acesso dos filhos dos negros das áreas urbanas ao liceu. Além das dificuldades que atravessam para prosseguir os estudos, os jovens ao atingirem os 16 anos confrontam-se com uma outra dificuldade: para continuarem na cidade terão que ser regista-

Cada vez maior número de mulheres negras se emprega nas tarefas domésticas ou na agricultura. Cerca de 25% delas trabalham fora de casa



dos na autorização de residência dos pais. Só que os que nem sequer têm registo de nascimento, tão-pouco poderão ter o de residência. Por outro lado, grande parte das vezes, a autorização é recusada ou, pura e simplesmente, as mães não conseguem provar que os seus filhos nasceram na área.

Essa quase incompatibilidade que o *apartheid* impôs, entre maternidade e vida profissional, não tem impedido, contudo, que cada vez um maior número de mulheres negras se empregue. Um censo efectuado em 1970 demonstrava que 25% das mulheres negras sul-africanas eram economicamente activas, tendo aumentado naquela época 10% em comparação a 1960. A maioria delas trabalhavam como empregadas domésticas, seguindo-se, em menor número, a agricultura. Apenas 4% das mulheres então empregadas se encontravam nos sectores de manufacturas e transportes, contra 16% dos trabalhadores negros.

A dupla discriminação racial e sexual exclui essas mulheres de inúmeras profissões. Em 1973, elas eram totalmente inexistentes em profissões como a advocacia, magistratura, engenharia, arquitectura, cirurgia-veterinária, química e farmácia. As bibliotecárias, médicas e professoras universitárias eram raridade. As únicas ocupações que detêm mais mulheres do que homens são o magistério primário e a enfermagem.

#### Maior coragem e perseverança

Quando o ANC lançou o seu apelo à resistência massiva, encontrou nas primeiras fileiras da luta uma razoável quantidade de mulheres. Além da quantidade, elas demonstraram qualidades maiores do que as dos homens: maior coragem, maior

perseverança, maior criatividade nas formas de luta adoptadas. Além dessas características, uma outra se tornou constante: o canto na luta, seja esta uma manifestação, um protesto ou uma prisão.

A primeira grande luta desenvolvida pelas mulheres negras na África do Sul centrou-se em torno da recusa em aceitar o passe de livre trânsito instituído em 1950.<sup>1</sup> Em Outubro de 1955, duas mil mulheres (principalmente negras, mas também outras raças), saíram à rua e protestaram. No dia seguinte, a 9 de Agosto, Pretória assistiu a uma manifestação de mulheres, já não de duas mil, mas sim de 20 mil. Essa data ficaria conhecida com a designação de "Dia da Mulher Sul-Africana".

Os protestos contra o passe sucederam-se e as formas de luta foram variadas. No entanto, a exigência de apresentação dos documentos por parte do governo acabou por impedir que o objectivo fosse atingido. As mulheres idosas que pretendiam receber suas pensões não as obtinham a não ser mediante o passe, as mães não podiam registar os seus filhos, etc, etc. Assim, progressivamente as mulheres viram-se coagidas a aceitar.

As lutas para tentar impedir o funcionamento dos passes foram seguidas por outras campanhas. Hoje, são em número de várias centenas as mulheres que se encontram nas prisões do *apartheid* de várias maneiras a todo o tipo de maus-tratos. Muitas resistem na clandestinidade, protestando e combatendo, integrando e engrossando a resistência quotidiana e combativa que o povo sul-africano travando activamente há várias décadas.

<sup>1</sup>O "passe" é um documento emitido pelo governo branco, que limita a movimentação dos negros dentro das zonas reservadas aos brancos.



Matéria de capa

África do Sul/Europa

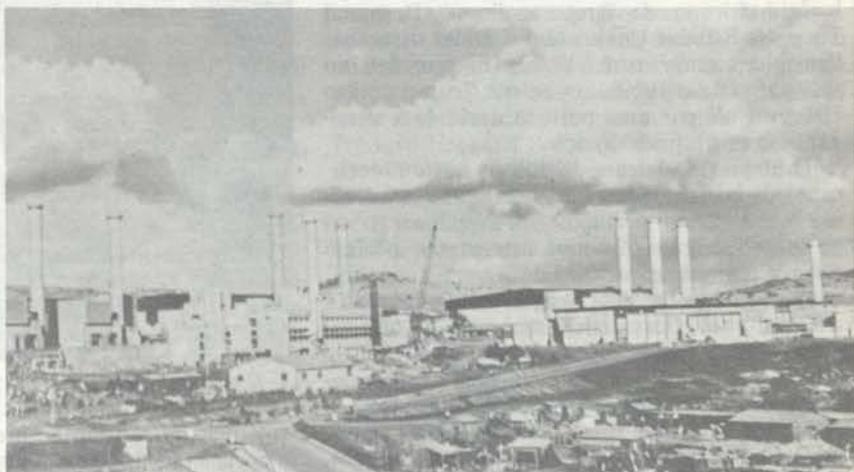
## Uma teia de interesses e cumplicidades

*A estreita cooperação dos países europeus e dos Estados Unidos com o regime do apartheid é a responsável pelo fabuloso desenvolvimento tecnológico e militar de Pretória, por mais que se pretenda negar*

*Baptista da Silva*

Atualmente, operam na África do Sul 1.200 empresas britânicas, 375 norte-americanas e 350 alemães-federais. O total do investimento estrangeiro na República da África do Sul é avaliado em 30 mil milhões de dólares norte-americanos, tendo nos últimos anos crescido a uma taxa de 14% ao ano.

Os dados acima citados, retirados da publicação "A nova



A Alemanha Federal tem cooperado com o regime de Pretória na transferência de tecnologia nuclear

África do Sul — oportunidade única”, editada pela embaixada sul-africana em Portugal (Março de 83), sintetizam bem o volume de interesses em que assenta o relacionamento entre o chamado “Ocidente — e em particular a Europa — e o país do *apartheid*”.

Se, por um lado, as autoridades de Pretória são diligentes em propagandear esta evidência, políticos e homens de negócios ocidentais mostram-se normalmente agastados quando esse facto lhes é referido. Incapazes de esconder essa íntima relação — as estatísticas, por mais manipuladas, cedo se encarregariam de o mostrar — procuram “desculpabilizar” ou defender um relacionamento, político e económico, que a comunidade internacional há muito condena.

#### Mudança gradual... ou o recurso à cosmética?

Os argumentos invocados por detentores do poder político e homens de negócios, de um e de outro lado do Atlântico, não são muito variados nem particularmente convincentes mesmo para os menos avisados.

Nos EUA, por exemplo, a antiga administração Carter defendia que “o aumento do comércio e dos investimentos na África do Sul tenderiam, — a

prazo — a liberalizar as instituições”. No futuro tornar a sociedade racista “mais habitável para negros...”.

Do lado da Europa, conservadores e mesmo social-democratas, sempre que a ocasião se apresenta, afirmam que a influência das empresas estrangeiras “no tecido social da República da África do Sul poderia ter uma influência positiva e provocar uma mudança gradual...”.

Os dirigentes alemães-federais são os que mostram de maior frieza e “pragmatismo”. Quando confrontados com as críticas ao espectacular crescimento que as relações entre o seu país e a África do Sul têm conhecido nos últimos anos, postulam que a RFA “guia-se pelo princípio da não intervenção e é contra qualquer forma de discriminação racial ou segregação” mas, para que não subsistam dúvidas, acrescentam que “a RFA defende a separação entre a política e a economia”. (Helmut Schmidt)

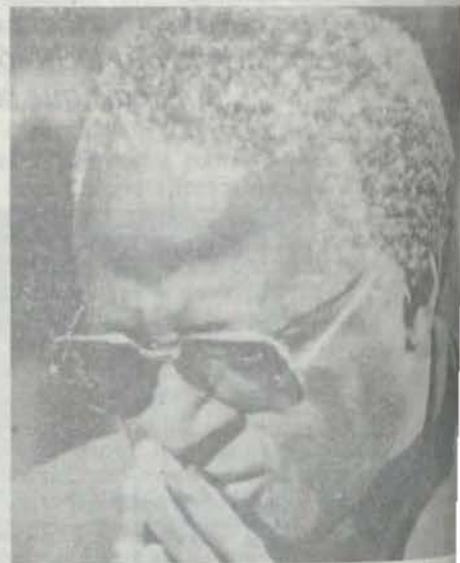
Com a chegada da administração Reagan à Casa Branca surge uma expressão nova. Passa-se a falar de “engajamento construtivo” (*constructive engagement*). A primeira-ministra inglesa, Margaret Thatcher, que se tem mostrado sempre permeável às terminologias reaganianas, defende-a com grande entusiasmo.

### Desmond Tutu: “Os EUA podem acabar com o *apartheid*”

Para o prémio Nobel da Paz de 1984, o bispo sul-africano da igreja anglicana, Desmond Tutu, os Estados Unidos têm o poder de acabar “amanhã mesmo” com o sistema do *apartheid* no seu país, substituindo o actual “compromisso construtivo” por uma política decidida a terminar com essa injusta situação.

O bispo sul-africano instou os norte-americanos de boa vontade a “criarem nessa terra o clima moral que torna impossível a qualquer governo a cooperação com um sistema tão perverso como a política sul-africana de segregação racial”.

Quanto à política de Reagan no que respeita à África do Sul, Desmond Tutu declarou: “não sei quanto tempo mais nós, os negros sul-africanos, poderemos sobreviver. Se acontecer uma explosão agora, não me surpreenderia. Uma vez, eu disse que faltavam cinco minutos para a meia-noite. Agora, acho que só falta um”, disse Tutu, referindo-se à escalada da tensão no país, em con-



O prémio Nobel da Paz de 1984, Desmond Tutu

sequência da constante opressão que o regime minoria branca exerce sobre a maioria negra do país.



A economia sul-africana não teria chegado ao actual estágio de desenvolvimento sem a colaboração europeia

Razões fortes tinha o órgão de propaganda da embaixada da África do Sul em Lisboa, já anteriormente citado, quando concluía: "muitos países, embora critiquem agressivamente a África do Sul — e até votem a favor de sanções e boicotes contra ela —, continuam a aumentar o volume do seu comércio com Pretória.

Tem sido isso que se tem passado. A economia da África do Sul não teria chegado ao estágio de desenvolvimento a que chegou nem o regime sul-africano teria atingido o poderio repressivo e militar que possui se não fosse a colaboração que os países ocidentais, e em particular os europeus lhe prestam.

#### Transnacionais como "cogumelos"

Há praticamente 100 anos que a África do Sul atrai o investimento estrangeiro. E, esse poder de captação do investimento estrangeiro, a par da capacidade de exploração de uma força de trabalho barata, que constituem as traves mestras do regime sul-africano.

O investimento estrangeiro virou-se do sector mineiro — basicamente realizado pelos ingleses no início do século — para o da indústria transformadora após o termo da II Guerra Mundial. Nesta densificada competição os investidores alemães-federais têm-se mostrado particularmente activos durante os últimos anos, tendo vindo a suplantarem progressivamente o tradicional investimento britânico.

Actualmente, são as indústrias "de ponta" — petroquímicas, computadores, electrónica, etc — que maiores investimentos estrangeiros têm atraído. Refira-se, no entanto, que têm sido os investi-

mentos norte-americanos os que mais têm crescido nestes anos mais próximos: entre 1966 e 1981 os investimentos dos EUA na África do Sul viram-se multiplicados por cinco.<sup>1</sup>

Em quase todos os sectores da vida económica sul-africana as mais importantes empresas existentes são filiais ou subsidiárias de transnacionais europeias ou norte-americanas, ou então são empresas criadas da associação de capitais locais e transnacionais.

Três das cinco principais sociedades petrolíferas que operam na África do Sul são europeias. Trata-se da *Shell* (britânico-holandesa), *BP* (britânica) e *Total* (francesa). Juntas, estas três sociedades controlam cerca de metade do mercado do petróleo na África do Sul. No sector químico, por exemplo, a *AECI*, subsidiária da *ICI* (inglesa), juntamente com a subsidiária local da transnacional alemã-federal *Hoechst and Sentrachem* dominam num ramo da indústria que contribui com 5% do Produto Nacional Bruto (PNB), que emprega mais de 100 mil trabalhadores e se apresenta como estrategicamente vital para a economia.

O panorama não se altera substancialmente se analisarmos o peso das transnacionais — sobretudo as de origem europeia — em qualquer outro ramo da indústria sul-africana, seja no sector automóvel ou da extracção mineira.

Em 1970, uma comissão encarregada de estudar a questão concluía que as transnacionais seriam responsáveis por cerca de 40% do valor acrescentado na República da África do Sul. Desde então o

<sup>1</sup> "Apartheid e colaboração económica" de Chris Child, autor inglês membro do Partido Trabalhista.

## Os financiadores do "apartheid"

Entre 1972 e o final do primeiro semestre de 1982, a África do Sul obteve 215 empréstimos internacionais, num montante global de 8.222,2 milhões de dólares norte-americanos.<sup>1</sup> Se se atender à nacionalidade das instituições bancárias e financeiras envolvidas nestas operações de crédito ao regime de Pretória, depressa se constata que a Grã-Bretanha, Alemanha Federal e Estados Unidos da América se destacam como os principais financiadores do sistema. Período: 1972 até o final do 1º semestre de 1982

País	Número de empréstimos	Valor global <sup>2</sup> (milhões de US dólares)
1. Reino Unido	66	3.457,1
2. Rep. Federal Alemã	87	3.326,1
3. EUA	54	3.252,5
4. França	57	2.423,3
5. Suíça	53	2.275,3
6. Bélgica	40	1.659,8

País	Número de empréstimos	Valor Global (milhões de US dólares)
7. Itália	30	1.018,9
8. Holanda	28	995,1
9. Japão	19	905,6
10. Canadá	20	869,9
11. Áustria	18	682,1
12. Luxemburgo	16	602,3
13. Dinamarca	11	407,7
14. Suécia	8	296,3
15. Noruega	7	261,4
16. Espanha	6	238,7
17. Finlândia	6	220,9

<sup>1</sup>Dados retirados dos relatórios do "Centro contra Apartheid das Nações Unidas" sobre empréstimos concedidos à África do Sul entre 1972 e 1978; e 1979 e 1º semestre de 1982. Não é incluído, obviamente, o empréstimo outorgado pelo FMI à República da África do Sul, em Outubro de 1982, no valor de 1.064,2 milhões de dólares.

<sup>2</sup>Representa o valor global dos empréstimos por instituições de crédito destes países, directamente ou através de sucursais. Dado que os empréstimos, na generalidade dos casos, são colectivos, não se conhece a percentagem com que cada banco de diferente nacionalidade entrou, mas apenas o valor global do empréstimo em que participou.

## O envolvimento dos bancos europeus

Período: de 1972 ao final do 1º semestre de 1982

Banco	País	Número de empréstimos	Valor global <sup>1</sup> (em milhões de dólares)
1. Union Bank Switzerland	Suíça	40	1.786,2
2. Credit Commercial France	França	37	1.623,3
3. Deutsch Bank AG	Rep. Federal Alemã	32	1.614,4
4. Dresdner Bank AG	Rep. Federal Alemã	29	1.579,5
5. Kredietbank AG	Bélgica	34	1.386,8
6. Commerzbank AG	Rep. Federal Alemã	36	1.341,5
7. Hill Samuel & Co. Ltd.	Reino Unido	27	1.055,3
8. Westdeutsche Landesbank Giro	Rep. Federal Alemã	22	779,8
9. Crédit Lyonnais SA	França	22	725,5

<sup>1</sup>Trata-se do valor global dos empréstimos concedidos em que, directamente ou através de sucursais, participaram estas instituições de crédito. Como os empréstimos são outorgados por um colectivo de instituições de crédito, não se conhece, de facto, a participação com que cada banco teria entrado.

Fontes: Empréstimos concedidos à África do Sul (1972-1978 e 1979 - 1º semestre de 1982), publicados pelo Centro contra o Apartheid das Nações Unidas, e elaborados pela Corporate Data Exchange, Inc. e por Beate Klein, respectivamente.

papel e peso das transnacionais no tecido produtivo da África do Sul reforçou-se mais.

Como se fabricam "as dependências"...

Um argumento insistentemente invocado pelos diferentes órgãos de propaganda do regime do *apartheid* é o da pretensa dependência do Ocidente — em particular os países europeus — das riquezas minerais sul-africanas. Da argumentação à ameaça vai apenas um pequeno passo: "Perdida a África do Sul como fonte segura de matérias-primas estratégicas — afirmam — só a União Soviética está em condições de a substituir..."

As análises das capacidades e riquezas naturais existentes na África do Sul, bem como do comércio que mantém com o exterior — em particular com a Comunidade Económica Europeia (CEE) — levam os economistas à conclusão que essa pretensa "dependência" da Europa tem sido hábil e laboriosamente "tecida" ao longo dos anos. Na maior parte dos casos ela é criada de forma artificial. Segundo esses especialistas, são as transnacionais que importam para a Europa, ao mesmo tempo que detêm poderosos interesses na África do Sul, quem tem fabricado essa dependência, dependência esta que na quase generalidade das matérias-primas ou minerais estratégicos não se justifica pelas potenciais reservas existentes na África do Sul nem pela sua importância no mercado mundial.

Por parte das autoridades de Pretória, esse esforço de convencimento sobre a fatalista dependência da Europa das fontes de abastecimento sul-africanas é de tal forma obcecado que as leva, inclusive, a falsificar as estatísticas nacionais, nelas incluindo — como se de exportações sul-africanas se tratasse —, os minérios do Lesoto, Botswana, Swazilândia, Zâmbia (até mesmo algum cobre proveniente das minas do Zaire) embarcados para a Europa nos portos sul-africanos.

No caso do urânio, é aceite internacionalmente como cabendo à África do Sul 12% da produção mundial (não se sabendo até que ponto o minério extraído da Namíbia sai com etiqueta sul-africana...). No entanto, 40% das necessidades deste minério por parte da Alemanha Federal (RFA) são satisfeitas com importações da África do Sul, sendo de 50% no caso da Grã-Bretanha. No que respeita ao cromo, a África do Sul detém 26% da produção mundial mas, no entanto, ela abastece 49% das necessidades da CEE e, concretamente, 60% da RFA, 63% da Grã-Bretanha e 99% da Holanda. Quanto ao carvão a situação é a seguinte: embora detendo apenas 2% da produção mundial a África do Sul é responsável pelo abastecimento de 19% das necessidades da Comunidade Económica Europeia, 22% da RFA e 18% da França.<sup>2</sup> Refira-se que a África do Sul como fonte de abasteci-



Grande parte das necessidades de minerais estratégicos dos países europeus é coberta pela África do Sul

mento de carvão tem sido nos últimos meses particularmente solicitada pelo governo da sra. Thatcher. Efectivamente grandes quantidades de carvão sul-africano têm sido embarcadas com destino à Grã-Bretanha através dos portos da Holanda com o objectivo de quebrar a determinação dos mineiros britânicos em luta há longos meses, minorando os efeitos de uma das mais longas greves na Grã-Bretanha.

Os exemplos não acabariam. Sintetizando, poder-se-á afirmar que três factores explicam a situação.

— a estratégia colectiva e concertada das transnacionais e suas subsidiárias na África do Sul (o móbil é muito mais os lucros dos negócios do que propriamente as solidariedades políticas com o regime do *apartheid*);

— os preços fortemente concorrenciais com que as matérias-primas e os produtos sul-africanos surgem no mercado mundial (não obstante os elevados custos de transporte derivados da distância que a separa do Norte) explicados em grande medida pela sobre-exploração da mão-de-obra negra;

— práticas de *dumping* por parte do governo de Pretória (o *dumping* é exercido através de "expedientes" que levam a que os produtos sejam vendidos abaixo dos custos reais de exploração ou produção). Práticas estas condenadas pelos organismos internacionais de comércio, particularmente o GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio).

Para se poder avaliar facilmente até que ponto a Europa é importante — se não mesmo decisiva — para a economia (e por tabela, para o regime) sul-africana basta dizer que 80% das exportações de minerais e produtos agrícolas da África do Sul têm por destino os dez países que actualmente integram a Comunidade Económica Europeia.

<sup>2</sup>"Sanctions against South Africa".

## Armamento: importação e produção interna

□ Em contravenção à decisão de embargo decretada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, de 4 de Novembro de 1977 – Resolução nº 418 – a maioria dos produtores de armamento europeus continuam a fornecer armas à África do Sul. A forma como o fazem tem sido revelada por um grande número de órgãos de informação internacionais entre os quais o *New York Times*. O esquema montado é relativamente simples: os maiores produtores europeus vendem as armas – onde se incluem das mais sofisticadas, por inteiro ou em parte, a intermediários não governamentais – normalmente grandes traficantes – que por sua vez se encarregam de fazer chegar a mercadoria secretamente através de portos ou aeroportos onde os inspectores de alfândega se encontram previamente “comprados”.

Os gastos militares da África do Sul não têm parado de crescer. Segundo relatórios publicados pelo “Centro das Nações Unidas contra o Apartheid”, entre 1970 e 1979 a percentagem dos gastos militares no Orçamento Geral do Estado, duplicaram. Durante o mesmo período, a África do Sul importou 1.452 milhões de dólares de armamento, tendo sido a França o seu principal fornecedor que contribuiu com 52% do fornecimento (760 milhões de dólares). De assinalar que após a

chegada de François Mitterrand ao Eliseu, a França continuou a fornecer armas à África do Sul invocando o governo socialista os acordos realizados pelos governos anteriores.

No campo da investigação nuclear tem sido a República Federal Alemã (RFA), juntamente com os EUA e o Canadá, quem mais intensa colaboração tem desenvolvido com a África do Sul. Uma fábrica de enriquecimento de urânio foi construída na África do Sul em colaboração com empresas alemãs-federais, nomeadamente com a empresa estatal *Gesellschaft für Kernforschung*, GFK e com a empresa *STEAG*, de Essen, e com o consentimento do governo federal alemão.

Na opinião dos observadores entendidos na matéria, a construção da fábrica de enriquecimento de urânio apenas poderá ser explicada para fins militares (ver *cadernos do terceiro mundo* nº 30 “A misteriosa explosão no Atlântico Sul”). Segundo dados recolhidos pela ONU, a construção foi avaliada em 1.400 milhões de dólares, tendo sido necessária a implantação prévia de uma central de energia que orçou em 800 milhões de dólares.

Actualmente, a África do Sul fabrica muitas das armas que possui. A extensão do complexo militar-industrial (com um peso e intervenção decisivos) é cada vez maior, mas a sua liberdade de acção encontra-se subordinada às pressões estrangeiras. Segundo informações veiculadas pelo Centro da ONU Contra o Apartheid mesmo as armas produzidas internamente na África do Sul necessitam de 80% das componentes fabricadas no exterior.

### PRODUÇÃO DE ARMAMENTO SOB LICENÇA ESTRANGEIRA

Armamento (designação sul-africana)	País	Nome na origem
Cactus (carro blindado equipado c/missil antiaéreo)	França	“Panhard 60/90”
Eland 2 (carro ligeiro)	França	—
Ratel (blindado)	Grã-Bretanha	“Saracen”
Impala II (possui 75 destes aviões)	Itália	MB. 326 K
Impala I (avião – possui mais de 160)	Itália	MB. 326 M
Cactus AA (missil terra-ar)	França	“Crotale”
R. 4 (espingarda de assalto)	Bélgica	“FAL”
MG. 4 (autometralhadora)	R. Federal Alemã	MAG 7'62 mm
C. 4M Kudu (avião – possui mais de 30)	Itália	AM3C
Whiplash (missil – não se sabe quantos possui)	França	Matra Magic
Corvetas Aviso 69 (não se sabe quantas possui)	França	(Fabricadas sem licença)

Fonte: *Military Balance*.

## África

### Moçambique

# Dos acordos de Nkomati ao recrudesimento do banditismo

Um quadro evolutivo, desde a assinatura dos acordos com a África do Sul, explica as razões da intensificação do banditismo

Baptista da Silva/Sol Carvalho

O ministro Jacinto Veloso é desde 1983 o principal negociador diplomático de Moçambique nas conversações com a África do Sul. Ele foi um dos responsáveis pela assinatura do acordo de Nkomati, há pouco mais de um ano. Nesta entrevista exclusiva aos *cadernos do terceiro mundo*, o ministro Jacinto Veloso, que é também um dos mais próximos assessores do presidente Samora Machel, analisa a conduta dos sul-africanos, treze meses depois da entrada em vigor do tratado de não-agressão entre os governos de Maputo e Pretória. Na opinião do negociador moçambicano, o balanço não é optimista.

No campo da segurança a nível do terreno no nosso país o balanço é negativo. Continua a existir a actividade do banditismo armado em Moçambique, tendo-se registado, logo após a assinatura do acordo de Nkomati, um grande incremento das actividades terroristas no sul, em particular na província de Maputo, a que envolve a capital do país. Homens e material foram infiltrados nessa zona com a intenção de desencadear acções de desestabilização numa zona sen-

sível. A intenção era obviamente tirar efeitos de propaganda externa, efeitos que pudessem apoiar a organização do banditismo em eventuais negociações que se viessem a dar.

Hoje, a 12, 13 meses de Nkomati, podemos concluir que há forças que premeditadamente se preparavam já para violar o acordo.

*Acha, pois, que com as acções de natureza espectacular a nível militar, os rebeldes pretenderiam*



Jacinto Veloso: "Havia já forças que se preparavam para violar os acordos"

*Que balanço faz dos acontecimentos desde a celebração do acordo de Nkomati com a África do Sul?*

— Há certos aspectos positivos que são consequência da assinatura do acordo de Nkomati. São aspectos de ordem política. Assim como a vontade da República Popular de Moçambique de resolver o problema de uma forma pacífica constitui também em si um factor relativamente novo.



Uma vítima dos ataques dos bandos armados da RENAMO

obter uma maior força negociadora...?

— Esse é o objectivo claro.

*Em relação ao apoio prestado aos bandidos armados da RENAMO, fala-se do envolvimento da África do Sul mesmo após a assinatura do acordo de paz de Nkomati com Moçambique. Pode confirmar esse apoio?*

— A convicção geral é de que há violações. Isso é indubitável.

*Mas foram já apresentadas provas dessas violações?*

— As provas no aspecto jurídico ou legal têm de ser apresentadas de forma complexa, e nem sempre é possível recolher todos os dados para que possam ser reconhecidos como provas.

No entanto, já por diversas vezes foram apresentados casos e factos que indicam a existência de violação e que estão a ser investigadas.

**RENAMO:**  
"a componente portuguesa"

*Para além da África do Sul, fala-se de uma "componente portuguesa" no apoio aos bandidos armados da RENAMO. O que nos pode dizer dessa "componente"?*

— Isso não é segredo nenhum. É claro e evidente que existem



Armas capturadas aos bandidos armados

interesses de cidadãos portugueses que estão por detrás (e são mobilizadores) do apoio às acções do banditismo armado em Moçambique.

A máquina de desestabilização é uma máquina tecnicamente bem organizada e aí participam cidadãos portugueses. Disso não há dúvida nenhuma.

*Alguma imprensa internacional tem afirmado que a "componente portuguesa" constituiria o suporte da ala política e diplomática dos bandidos, enquanto que a África do Sul seria o sus-*

*tentáculo da ala militar. Segundo ainda essa imprensa, existiriam actualmente contradições entre essas duas alas. Há algum fundo de verdade nessa análise?*

— Não sei. O que é certo afirmar-se é que houve uma conjugação de interesses de diversos sectores, em diversos países.

Esses indivíduos opuseram-se à própria luta de libertação nacional. Contrária pois à própria descolonização e aos acordos de Lusaka.

Nós constatamos que esse grupo continua a procurar apoio e com a sua própria capacidade financeira — porque a tem — continua a desenvolver o apoio ao banditismo armado.

*A sua actividade tem alguma existência?*

— Já vem desde a altura da luta de libertação nacional, manifestou-se mais concretamente em 7 de Setembro de 1974<sup>1</sup> e continuou por aí fora.

Foi Jorge Jardim e o seu grupo, que sempre procuraram alcançar o que lhes pudessem servir em cada momento mas onde não eram sempre os principais interessados. Diria mesmo que eles que estão contra aquelas particularidades em Portugal. Algumas delas pertencem mesmo ao actual governo português que acusam de "terem vendido Portugal". A Rodésia constituiu a sua primeira base após a independência de Moçambique; a África do Sul surgiu depois até à assinatura dos acordos de Nkomati.

Em nossa opinião, estes indivíduos estão também contra o governo português, embora possam conter formas de demonstração a certas forças portuguesas que estão a defender os interesses de Portugal. Esse é evidentemente um assunto que cabe a Portugal examinar e sobre ele decidir.

<sup>1</sup> 7 de Setembro de 1974, data da tentativa para frustrar a independência, prevista para 25 de Junho de 1975 pelos Acordos de Lusaka.

## "Existe conviência"

Onde se situam esses apoios ao banditismo no espectro partidário português?

— É difícil dizer, mas há indivíduos que certamente têm ligações com diversos agrupamentos políticos em Portugal. Terão ligações melhores nuns do que noutros casos, onde exercem uma certa influência.

O facto de ser Lisboa a capital de um país onde os dirigentes dessa organização terrorista evoluem à vontade, donde emitem a sua propaganda, onde reivindicam os crimes que cometem, inclusivamente contra cidadãos portugueses e interesses do próprio Estado português, leva a concluir que alguma conviência, alguma cumplicidade existam.

Fala-se, inclusive, que o capitalista Manuel Bulhosa seria um dos principais financiadores dos bandidos armados...

— Sim, é isso que corre e tem uma certa lógica.

No entanto, Manuel Bulhosa esteve em Moçambique, onde se encontrou com altas personalidades moçambicanas...

— Nós convidámo-lo a ir a Moçambique e penso que o tratámos bem. Que eu saiba, ele não teve nenhum problema. Bom, ele lá deve ter as suas razões...

## "Aguardar acções concretas"

O governo português revelou ainda recentemente que iriam ser tomadas medidas contra os indivíduos e organizações que combatem os governos legítimos de Moçambique e Angola. Acredita-se que a situação se possa alterar?

— Pensamos que essas declarações são muito positivas; contudo, teremos que aguardar pelas acções concretas. De há muito tempo para cá que se vêm fazendo declarações altamente positivas mas que têm tido um resultado prático nulo.



As acções de contra-revolucionários da RENAMO em Lisboa colocam em dificuldades as relações do governo de Mário Soares com o regime de Samora Machel

Uma das medidas de que se fala é serem confiscados os passaportes aos cidadãos portugueses da RENAMO. Espera-se mais do que isso?

— Tudo depende até que ponto o Estado português acha que deve limitar as acções desestabilizadoras contra Moçambique e Angola (e cremos saber que contra outros países africanos de expressão portuguesa).

O que nós desejamos é que esses grupos não encontrem nenhum apoio em Portugal, e que o Estado português descubra formas de parar esse tipo de apoio. Isso seria em benefício das relações entre os nossos países. Mas se o governo português acha que isso não é importante, ele tem o direito de agir da forma que entender.

Para além da África do Sul e de alguns sectores em Portugal, fala-se muito do apoio de países islâmicos conservadores à RENAMO. Pode-nos confirmar esses apoios?

— É possível que haja países muçulmanos ligados à componente portuguesa do banditismo armado em Moçambique. Uma das razões que os terá levado a isso é o facto de se encontrarem mal informados sobre a realidade do nosso país. Nós sabemos que alguns países islâmicos têm a impressão de que em Moçambique há um governo marxista que persegue os religiosos. Como sabem, existe em Moçambique uma comunidade islâmica muito numerosa. Se isso fosse verdade, haveriam razões objectivas que pudessem levar certas forças islâmicas a apoiar a desestabilização em Moçambique, em solidariedade com os membros dessa religião.

Sabemos que entre as forças que em Portugal apoiam o banditismo armado em Moçambique se encontram elementos da comunidade muçulmana portuguesa que têm relações com alguns países árabes já antigas. Por outro lado, alguns capitalistas portugueses envolvidos mantêm boas relações profissionais com

certos países árabes.

### "Não há negociação política"

*Recentemente foi noticiado um substancial apoio norte-americano a Moçambique. Apoio que envolve, inclusive ajuda militar. Como interpretar esse facto nesta complexa situação?*

— Penso que a principal conclusão a tirar é que o governo dos EUA mostra com este acto simbólico estar contra a acção de desestabilização contra a RPM levada a cabo pelos bandidos armados em nome dos interesses de que já falámos. Com esta acção, os EUA mostram reconhecer de forma inequívoca o governo legítimo de Moçambique.

*Recentemente, o presidente sul-africano, Pieter Botha, afirmou que nem sequer iria apresentar a Moçambique as últimas propostas dos rebeldes, dado que*

*ai, se colocava uma eventual partilha do poder. Sabe-se que a proposta moçambicana vai no sentido da reintegração dos bandidos na sociedade. Moçambique mantém a mesma posição ou encara a hipótese de rever esse posicionamento?*

— Eu não conheço essas propostas, mas se é isso que afirmam, penso que o presidente sul-africano fez bem em não as ter apresentado. Como é possível partilhar o poder com pessoas que estão por detrás da desestabilização quando se sabem serem as mesmas que estiveram contra a própria independência? Não há negociação política possível.

Como sabem, houve um recrudescimento da desestabilização devido a fornecimentos externos. E sem apoio externo o banditismo não sobreviverá. Se esse apoio fosse eliminado nós não teríamos nenhum problema em internamente resolver a questão.

Negoceia-se com um opositor político, mas não se pode negociar politicamente com uma organização terrorista, de bandidos.

*Para certos observadores, África do Sul tem sido bastante desculpabilizada da situação prevaiente em Moçambique...*

— Toda a acção diplomática leva a um isolamento daquilo que chamamos de componentes portuguesa, mas isso não significa que desresponsabilizámos a da uma acção passada que foi feita a partir da África do Sul.

*Ministro Jacinto Veloso, expressa a esperança de que a paz possa ser alcançada a curto prazo no interior das fronteiras de Moçambique?*

— Continuaremos a trabalhar nesse sentido, não esquecendo que é no interior do país que o problema será principalmente resolvido.

Empresa maioritária na produção nacional de cimento, cal hidráulica e sacos de papel. Fábricas e entrepostos distribuídos por todo o País, colocando o produto mais próximo do consumidor. Em curso um programa para:

- economia de energia, com a totalidade dos fornos de cimento a trabalhar por via seca no início de 1985
- diversificação das fontes energéticas com a reconversão integral acelerada de fuelóleo para carvão, mantendo a utilização alternativa de fuelóleo — programa a terminar no 1.º semestre de 1986
- combate à poluição
- maior racionalização da produção e das vendas
- melhoria da distribuição e da produtividade

• Capacidade de produção de cimento	6,0 milhões de toneladas
• Número de trabalhadores	2.500
• Remunerações totais	3,3 milhões de contos
• Vendas totais	22,7 milhões de contos
• Investimentos realizados	1,9 milhões de contos
• Cash-flow líquido	3,4 milhões de contos
• Imobilizado técnico bruto	30,0 milhões de contos

**CIMPOR**

Cimentos de Portugal, E.P.



SEDE:  
Rua Alexandre Herculano, 35  
1200 LISBOA

SOUSELAS — Uma fábrica a escala europeia, 600 milhões de toneladas de cimento por ano

## Cooperação em tempos de crise

As cinco ex-colónias portuguesas da África decidem intensificar a cooperação económica mútua e denunciam a violação pela África do Sul dos acordos assinados com Angola e Moçambique

A situação na África Austral constituiu o tema central da V Cimeira de Chefes de Estado dos cinco países africanos de expressão oficial portuguesa, reunida nos passados dias 14 e 15 de Fevereiro, na capital saotomense. A razão deveu-se ao facto de persistirem os actos de violência e terrorismo contra Angola e Moçambique, não obstante a África do Sul ter assinado com estes países, respectivamente os compromissos de Lusaka e os acordos de Nkomati. Pouco tempo após a assinatura de tais acordos — recorde-se — os cinco chefes de Estado já se haviam reunido em Maputo, em Abril do ano passado, numa cimeira extraordinária, para avaliarem a situação decorrente da assinatura daqueles compromissos.

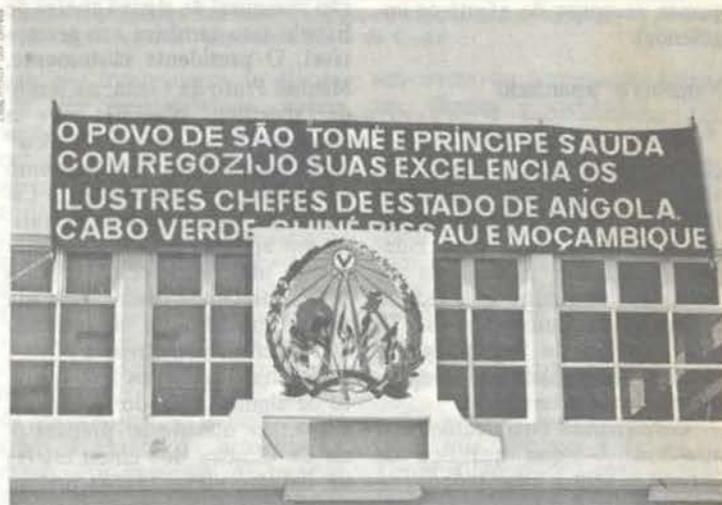
A gravidade da situação na África Austral levou a que os chefes de Estado dos "Cinco" acordassem na apresentação de uma declaração específica sobre a questão — designada por declaração de S. Tomé —, o que constitui uma novidade relativamente às cimeiras anteriores. Nesta se constata que os esforços empreendidos por Angola e Moçambique no sentido de garantir a paz, estabilidade nos seus territórios e a criação de um clima de "boa vizinhança e coexistência pacífica" não estão a ser cor-

respondidos pela África do Sul. Esse incumprimento do acordo em Lusaka e em Nkomati deve-se fundamentalmente ao facto de a África do Sul "manter a ocupação da parte sul do território angolano" e à existência de

a África do Sul cumpra rigorosamente" o acordado com aqueles dois membros dos "Cinco".

### Recado a Portugal

"A cumplicidade e conivência de certos círculos políticos, económico-financeiros e militares portugueses" no apoio aos bandidos armados da RENAMO, em Moçambique (tema longamente abordado na entrevista exclusiva que o ministro moçambicano Jacinto Veloso concedeu ao nosso enviado especial a S. Tomé. Ver nesta edição), mereceu a denúncia veemente da Cimeira. Os "Cinco" recordam às autoridades portuguesas que essas alegadas "cumplicidades", e o facto de pelo território português transitarem livremente dirigentes de movimentos que combatem os seus legítimos governos, poderão comprometer as relações de ami-



Os chefes de Estado dos cinco países africanos de expressão oficial portuguesa tiveram calorosa recepção na capital saotomense

contínuos actos de violência e terrorismo contra a República Popular de Moçambique, desencadeados a partir de território sul-africano — refere a declaração de S. Tomé.

Dado que tais acordos não foram denunciados por qualquer das partes, a Cimeira "exigiu que

zade e cooperação que se desejam.

A solidariedade para com Angola e Moçambique na "defesa da soberania, integridade territorial, unidade nacional e conquistas populares" não foi esquecida por parte dos restantes países: Cabo Verde, Guiné-Bissau e S.

Tomé e Príncipe. A declaração de S. Tomé recorda mesmo a "tradição histórica e a comunhão de sacrifícios" e reafirma "prontidão em apoiar de forma multiforme" aqueles dois Estados. A formulação "forma multiforme" de apoio constitui uma expressão generalizante adoptada pelos chefes de Estado, muito embora o projecto de declaração de S. Tomé a que o enviado especial de *cadernos* teve acesso falasse explicitamente em "pessoal combatente". Recorde-se a propósito que guineenses e moçambicanos participaram ao lado dos efectivos militares do MPLA durante a II Guerra de Libertação de Angola e destacamentos das FAPLA, foram enviados para S. Tomé e Príncipe quando o governo deste país denunciou uma possível invasão de mercenários (mantém-se ainda naquelas ilhas um pequeno contingente de algumas centenas de efectivos angolanos).

#### Namíbia e "apartheid"

Ainda no respeitante à situação no Cone Sul do continente africano, os "Cinco" reafirmaram o seu apoio à luta que o povo namibiano trava pela independência, sob a direcção da SWAPO, exigindo a imediata aplicação da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a independência daquele território.

Condenando energicamente o *apartheid* — que qualifica de "crime contra a humanidade" — a V Cimeira dos Chefes de Estado dos países africanos que utilizam o português como língua oficial solidarizou-se "com o povo sul-africano de todas as raças, dirigido pelo ANC" na luta contra esse sistema de discriminação racial e pelo estabelecimento da democracia. Nesse contexto, foi com emoção que o nome do líder histórico do Congresso Nacional Africano (ANC) — Nelson Mandela — condenado a prisão

perpétua nas prisões da África do Sul — foi evocado no final da leitura da declaração de S. Tomé, pela voz da ministra dos Negócios Estrangeiros de S. Tomé e Príncipe, Maria da Graça Amorim. A Cimeira saudou a declaração que o líder histórico do ANC lançou ao povo sul-africano, divulgada no passado dia 11 de Fevereiro, na qual Mandela rejeitava a oferta do regime de Pretória de pô-lo em liberdade, desde que concordasse em abandonar a luta contra o *apartheid*.

Após quase seis anos passados sobre a institucionalização da cooperação entre os "Cinco" a nível de Estados (I Cimeira, Luanda, Junho de 1979) a opinião expressa (ou subjacente) por um número representativo de membros das várias delegações é a de que a cooperação económica não avançou tanto como se desejava. Na intervenção inaugural de alguns chefes de Estado isso também era perceptível. O presidente santomense, Manuel Pinto da Costa, na sessão de abertura, afirmaria que a cooperação entre os "Cinco" ainda não atingiu "o dinamismo necessário". O presidente de Cabo Verde, Aristides Pereira, falaria em apontar para "metas modestas mas atingíveis...". Nino Vieira, da Guiné-Bissau, pela sua parte, sublinhou a necessidade de "redefinir objectivos".

Segundo pudemos apurar junto de alguns delegados presentes à reunião ministerial preparatória da Cimeira dos cinco chefes de Estado, várias razões podem explicar os poucos progressos registados no domínio da cooperação económica:

— o escasso estágio de desenvolvimento de que cada um dos cinco Estados arrancou com a independência, de que se vão cumprir dez anos; a falta de quadros; a crise económica internacional com consequências gravíssimas no continente africano; a situação de guerra e instabilidade vividas em Angola e Moçambique,

que obriga ambos os países a canalizar para a defesa e segurança elevadíssimas somas dos orçamentos de Estado respectivamente adiando o desenvolvimento.

A juntar a estas razões se-á acrescentar que nem todos os dirigentes partilham a opinião de que se deverá dar prioridade absoluta a um esforço no domínio da cooperação económica financeira entre os cinco países. O mesmo não se passa a nível da cooperação política e diplomática e de acções pontuais (formação de quadros, informação, aproveitamento das estruturas existentes em cada um dos cinco países particularmente no âmbito da formação profissional e em outros etc.) onde existe unanimidade de necessidade do estreitamento dessas relações.

Enquanto uns defendem o interesse em continuar a dar passos concretos nessa cooperação — guineenses encontram-se entre os que maior importância dão a essa integração — (a Guiné-Bissau encontra-se na zona francófona e sujeita a inevitáveis pressões para se inserir na zona francofona. Recorde-se que o presidente Nino Vieira, em Junho do ano passado, propôs a criação de uma zona escudo entre Portugal e as suas ex-colónias, o que veio a levantar algumas críticas entre os Cinco) —, outros entendem que a dispersão geográfica dos Cinco impede que essa cooperação se concretize com êxito. O que se deverá privilegiar na integração económica e financeira nos espaços regionais em que cada um dos países se insere, através das diferentes organizações criadas: a SADCC, na África Austral, a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), ou a Comunidade Económica dos Estados da América Ocidental (CEEAO).

Participação dos que executam

Contudo, não obstante as dificuldades e divergências de



No aeroporto, o presidente moçambicano Samora Machel e o presidente caboverdiano, Aristides Pereira recebidos pelo anfitrião, presidente Pinto da Costa

de vista quanto à exequível integração entre os "Cinco" a V Cimeira dos Chefes de Estado de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe defendeu e aprovou "a intensificação da cooperação económica", "o incremento das trocas comerciais", "a utilização conjunta dos meios de transporte e o prosseguimento dos estudos tendentes à criação de uma instituição financeira comum" nos seus países.

Um membro da delegação moçambicana, chamava-nos a atenção para um ponto inserido na declaração final da Cimeira e cuja leitura havia passado praticamente despercebido. Trata-se de "o apelo à participação dos organismos e operadores" dos "Cinco" na execução prática desse relacionamento económico. Segundo o que esse delegado condeceu a cadernos do terceiro mundo muitas vezes as acções eram discutidas e aprovadas a níveis de Estado elevados mas

sem que intervissem na discussão da aplicabilidade dessas acções aqueles que as executam: a nível das companhias aéreas por exemplo, dizia-nos com ironia esse delegado "deseja-se a cooperação entre os nossos países no campo da aviação civil, mas muitas vezes os directores das companhias aéreas não se conhecem". Com esta medida pretende-se que a tomada de decisões entre os "Cinco", depois de aprovadas, não fiquem esquecidas à espera da próxima Cimeira. Por exemplo, na reunião ao nível da sub-comissão do comércio que se realizará este ano em Maputo, já se pretende que os operadores comerciais e mesmo os de transportes estejam presentes nas discussões.

No campo das acções concretas, a V Cimeira aprovou um conjunto de quatro acordos: de cooperação consular, de supressão de vistos em passaportes diplomáticos e de serviço, um acordo de marinha mercante e

um outro de cooperação cultural, técnica e científica. Para além destes acordos — os primeiros assinados pelos "Cinco" — outros dois de carácter bilateral viriam a ser assinados por ocasião desta V Cimeira: os acordos de comércio subscritos entre Moçambique e Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe.

#### Timor-Leste: solidariedade reafirmada

Os grandes problemas e conflitos que afectam a África, o Terceiro Mundo e a comunidade internacional no seu conjunto voltaram a merecer a análise e reflexão dos presidentes, José Eduardo dos Santos (Angola), Aristides Pereira (Cabo Verde), Nino Vieira (Guiné-Bissau), Samora Machel (Moçambique) e Manuel Pinto da Costa (S. Tomé e Príncipe). Entre estas questões, a declaração da V Cimeira refere, nomeadamente, o Chade (apelou-se às partes envolvidas para o estabelecimento do diálo-

go sem interferências externas), o Sara Ocidental (a reafirmação da entrada da RASD na OUA, considerada uma "brilhante vitória política do povo sarauí e uma vitória maior ainda para a OUA"), a questão no Médio Oriente e a justa luta do povo palestino por uma pátria livre e soberana, e enaltecem-se os "nobres ideais da Unesco e a acção que esta organização internacional tem empreendido". Em relação à Unesco, os chefes de Estado dos "Cinco" "lamentaram a intenção ou decisão de alguns países se retirarem da organização, prejudicando a sua universalidade", numa alusão clara aos EUA, Grã-Bretanha e alguns outros países ocidentais.

A questão de Timor-Leste e o genocídio a que tem estado sujeito o povo daquela antiga colónia portuguesa no Extremo Oriente mereceu uma vez mais, a exemplo de cimeiras anteriores, uma atenção especial tanto por

parte da conferência ministerial preparatória como dos próprios chefes de Estado. Presentes em S. Tomé para dar conta dos últimos desenvolvimentos da questão os dirigentes da FRETILIN no exterior Abílio Araújo, Mari Alkatiri e Roque Rodrigues. Segundo soubemos, estes dirigentes da FRETILIN, para além de terem distribuído às delegações um completo *dossier* com os documentos mais recentes recebidos clandestinamente do interior de Timor-Leste, teriam apresentado uma gravação do actual líder da FRETILIN e comandante militar da luta de resistência do povo maubere contra a ocupação indonésia, Xana Gusmão, à V Cimeira dos "Cinco", facto inédito e de enorme significado político. A mensagem confirma que os canais de comunicação da FRETILIN entre o interior e o exterior continuam activos e operacionais.

Em relação a Timor-Leste, os

"Cinco" acordaram em lembrar a Portugal — uma vez mais — suas responsabilidades como potência administrante, reafirmaram o apoio ao plano de paz da FRETILIN e à política de independência nacional por ela encetada e decidiram apoiar a Conferência Internacional de Solidariedade com o Povo de Timor-Leste a ter lugar ainda este ano, provavelmente na capital portuguesa.

A próxima Cimeira de Chefes de Estado dos "Cinco" (a VI) foi marcada para a capital angolana ainda este ano. Luanda, a resto, durante 1985 será palco de reuniões da maior importância política: a Cimeira da SADC está já marcada para Julho próximo. Segue-se-lhe a reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros do Movimento dos Países Não-Alinhados (Setembro), prevendo-se para Dezembro a realização do II Congresso do MPLA-Partido do Trabalho (Baptista da Silva)

# SOPONATA

37 ANOS NA ROTA DO PETROLEO



**SOCIEDADE PORTUGUESA DE NAVIOS TANQUES, LDA**

Rua do Aquilão, 86, 1900 LISBOA PORTUGAL. Telegramas: SOPONATA, Telefone: 38 29 81 (21 linhas)  
Telex: 12006 e 12015 TANR P. PO Box 9627, 1116 LISBOA CODEX New Box Code

# O autoritarismo põe em dúvida as eleições

Depois de adiar várias vezes a convocação de eleições presidenciais, Samuel Doe marcou a votação para Outubro, mas ninguém tem a certeza de que ela vá realmente acontecer

Carlos Castilho

As dúvidas cada vez maiores sobre o desfecho do processo de redemocratização formal correm principalmente por conta da constante alteração de prazos e condições impostas por Samuel Doe, que hoje é general e está no poder desde 1980. Há dois anos, ele anunciou que o governo seria devolvido aos civis mas, para surpresa de muitos, o presidente liberiano negou que estivesse interessado em deixar o poder. A expectativa acabou no início do ano passado, quando Doe revelou que concorreria às eleições como militar na reserva. Logo depois, começou a divulgar uma sucessão de decretos que, em vez de aclarar, acabaram por confundir ainda mais o panorama político.

Primeiro, o plebiscito sobre a nova Constituição foi marcado para Janeiro de 1984, depois adiado para Março e realizado finalmente em Junho. O fim da proscrição dos partidos políticos foi anunciado para Abril do ano passado, mas só aconteceu dois meses depois. E a data das eleições foi inicialmente marcada para Outubro de 1984, para ser logo depois adiada para Outubro de



Doe: novo mandato?

1985. Diante de todas estas mudanças são poucos os que acreditam que Doe vá cumprir a sua promessa de dar posse ao novo governo em Janeiro de 1986, salvo no caso de ele continuar no poder.

## O autoritarismo

Mas não é só a falta de confiabilidade nas datas que lança dúvidas sobre o futuro político desse país africano, criado por ex-escravos negros norte-ameri-

canos em 1824 (ver *guia do terceiro mundo* 84/85, p. 166). Desde o golpe de Abril de 1980, que derrubou o presidente William Tolbert, Samuel Doe tem acumulado em suas mãos uma parcela cada vez maior de poder, graças à eliminação física ou ao ostracismo político dos seus colegas de farda ou adversários políticos que ameaçaram de forma directa ou indirecta a posição do jovem chefe de governo. (Ver *cadernos* nºs 24 e 28).

Nada menos do que oito colaboradores muito próximos foram afastados do governo, entre eles, o vice-presidente Thomas Weh Seyn, fuzilado em Agosto de 1981. O temperamento impulsivo e autoritário do ex-sargento fez com que ele ignorasse sempre os procedimentos políticos e administrativos, bem como demonstrasse pouca inclinação para a negociação, além de uma escassa tolerância com opiniões divergentes.

Esse comportamento centralizador ficou claro em Agosto do ano passado, quando o jurista Amos Sawyer foi preso sob a acusação de recrutar eleitores para um dos partidos de oposição. Sawyer foi o responsável pela elaboração do anteprojecto de Constituição encomendado pelo governo e aprovado no plebiscito de Junho, mas depois entrou em choque com Samuel Doe porque resolveu criar o Partido Popular Liberiano, usando a liberdade de organização política que o próprio presidente havia autorizado em Junho do ano passado.

O Partido Popular Liberiano (LPP) foi drasticamente atingido pela repressão governamental depois que Doe anunciou ter descoberto uma controversa conspiração para derrubá-lo do poder em Agosto de 1984. Toda a direcção do partido foi presa. Amos Sawyer foi libertado em Outubro, mas vários dirigentes do LPP continuaram detidos, enquanto outros simplesmente fu-

giram do país. Outros políticos pertencentes a outros partidos também foram detidos, mesmo sendo portadores de uma autorização da Comissão Especial de Eleições (SECOM) para fazerem proselitismo político. Também o Partido da Unidade e o Partido da Acção Liberiana sofreram perseguições quando tentavam recrutar adeptos.

Os partidos oposicionistas foram obrigados a uma corrida desesperada contra o tempo porque a SECOM fixou em 50 mil dólares o mínimo que cada organização deve depositar em dinheiro no banco do governo para poder ser legalizada. Além disso, os partidos têm que comprar títulos do governo, num total de 100 mil dólares. São quantias elevadíssimas, quase inalcançáveis pela maioria dos grupos oposicionistas. Em consequência disso, apenas o Partido Democrático Nacional, o partido de Samuel Doe, conseguiu registo pleno e definitivo na Justiça Eleitoral. O Partido da Unidade, liderado pelo influente dirigente conservador Edward Kessely, também conseguiu registo em Janeiro passado.

Mas outras organizações partidárias ainda não foram consideradas aptas para disputar as eleições presidenciais. Entre elas, encontram-se o Partido da Unidade Popular (UPP), liderado pelo ex-ministro dos Negócios Estrangeiros de Doe, Gabriel Bachus Matthews; o Partido Popular da Libéria (LPP), dirigido por Amos Sawyer; o Partido de Acção (LAP) presidido por Tuan Wreh; o Partido da Integração Nacional e o Partido da Unificação (LUP). Samuel Doe é, até agora, o único candidato legalmente habilitado para disputar as eleições de Outubro. Apenas um outro nome foi lançado, o de Gabriel Kpoleh do LUP, cujas possibilidades são mínimas. Se o LPP e o UPP conseguirem registo, lançarão respectivamente como candidatos os seus dirigen-

tes Amos Sawyer e Gabriel Matthews, procurando ganhar os votos dos eleitores de centro-esquerda.

No ano passado, o general Samuel Doe aumentou a soma de poderes concentrados em suas mãos, na medida em que os atritos com os seus auxiliares jogaram na oposição um número cada vez maior de personalidades políticas e militares. Doe, além da presidência, acumula a direcção da Assembleia Nacional Provisória e, mais recentemente, passou também a interferir no Poder Judiciário. Ele afirmou que, no seu governo, a separação entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário não é absoluta. Foi o próprio Doe que escolheu os membros da Assembleia provisória. Ele é também o responsável pelo controverso Decreto 75, que autoriza o presidente a banir pessoas acusadas de atitudes consideradas antinacionais, e pelo Decreto 88A, que impede qualquer tipo de crítica aos membros do governo.

#### A insatisfação popular

O autoritarismo teve como consequência o aumento da insatisfação dos políticos e militares marginalizados pelo governo, que, por seu lado, passou a multiplicar as denúncias de conspirações. Em Janeiro passado, começaram a ser julgados vários acusados, dos quais pelo menos cinco podem ser condenados à morte. O descontentamento generalizado resulta também da difícil situação económica do país. Os estudantes rebelaram-se há meses sofrendo uma dura repressão que deixou um saldo de quase 20 mortes. As negociações para reescalonar a dívida externa de quase mil milhões de dólares com o FMI levaram o governo a adoptar um programa de austeridade que prevê, para 1985, a demissão de 3.600 funcionários públicos e empregados de empresas estatais.

Diplomaticamente, o regido general Doe passou a ser visto com desconfiança pelos vizinhos, depois de ter restabelecido relações diplomáticas com Israel em 1983. No ano passado o presidente liberiano foi à pa e recebeu a visita do chefe de Estado israelita Chaim Herzog. Tudo isto, com o objectivo de conseguir ajuda financeira. Mas parte dos seus esforços para conseguir novos empréstimos foram anulados pelos gastos milionários com a construção de uma nova embaixada em Lagos, Nigéria. Muitos dos possíveis interessados em fornecer créditos à Libéria recuaram diante da possibilidade de que os recursos fossem usados em gastos sumptuosos.

O desprestígio do governo fez-se sentir no início da campanha eleitoral de Samuel Doe por um novo mandato presidencial. Os comícios do candidato do Partido Democrático têm sido melancólicos e com uma baixa frequência de assistentes. Apenas nas localidades onde predominam os grupos étnicos *krain gedeh*, a influência do público maior. Doe é de origem *krain*. Entre o funcionalismo público tem havido demissões em massa de todos aqueles que não se mostram dispostos a apoiar o partido do presidente.

O facciosismo político parece a ser mais forte no interior do país, onde os administradores regionais são todos militares e membros do Partido Democrático Nacional. São eles que dão autorização para os outros partidos realizarem concentrações ou fazerem proselitismo político. A oposição acusa os administradores regionais de inscreverem compulsoriamente no partido do governo, sob pena de represália. Na verdade, o autoritarismo de Doe tem sido, até ao momento, a principal sustentação da sua didatura, pois ele é considerado o menos preparado de todos os dirigentes de partidos.

# O MPLA fixa as metas para 85

A 1.ª Conferência Nacional do MPLA-PT acelerou a discussão ideológica e fixou novos objectivos económicos e sociais para o ano do 10.º aniversário da independência

Quase 600 delegados das mais diversas regiões de Angola discutiram durante seis dias, em meados de Janeiro, a intensificação do debate ideológico entre os quadros do MPLA-PT visando aumentar a unidade interna do partido, no momento em que ele se prepara para comemorar os dez anos de independência do país, em Novembro. A Conferência Nacional serviu também como foro de debates entre a cúpula e a base do partido visando eliminar desvios surgidos nos últimos quatro anos após a reavaliação do Congresso Extraordinário de 1980. Todos os esforços dos dirigentes estavam voltados no sentido do fortalecimento da unidade interna do MPLA-PT, condição considerada essencial para que o governo e o país suportem as pressões internacionais a que estão submetidos.

A Conferência marcou mais um passo nos esforços para eliminar o excesso de burocracia entre os quadros partidários destacados para organismos estatais bem como acabar com privilégios, o que foi classificado como "tendência ao acomodamento por parte de alguns funcionários". Tanto o discurso final do presidente José Eduardo dos Santos como as intervenções de vários dirigentes na sessão de encerramento coincidiram em que

os avanços alcançados durante os debates permitiram com que os problemas fossem identificados e resolvidos com objectividade.

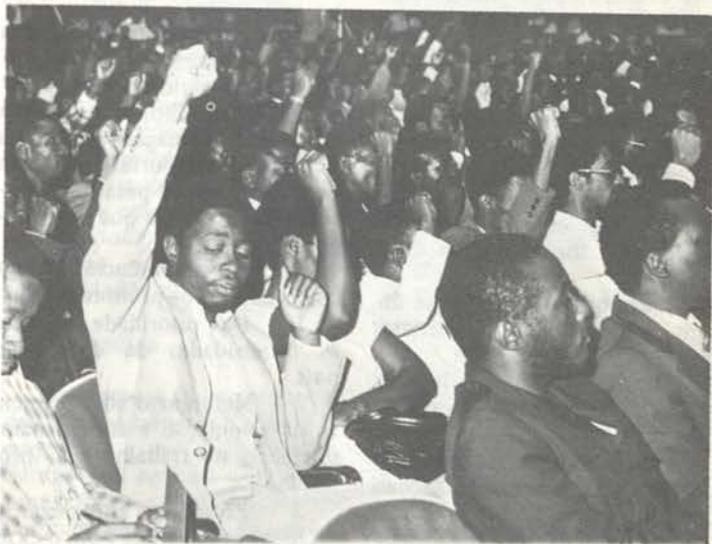
A posição do presidente angolano saiu fortalecida num momento em que o seu governo enfrenta uma agressiva intransigência da África do Sul na questão da independência da Namíbia. José Eduardo dos Santos divulgou, no final do ano passado, os pontos essenciais de uma proposta angolana para alcançar a independência da Namíbia por

meio de um entendimento com a África do Sul e os Estados Unidos, através da ONU. Mas o governo de Pretória até agora não deu nenhuma resposta formal, mesmo submetido a fortes pressões internacionais.

## O papel do campesinato

Outro aspecto que dominou as atenções dos 552 delegados presentes na I Conferência Nacional foi o da questão agrícola, nomeadamente o esforço do partido para ampliar a participação do campesinato na reconstrução política do país. Um editorial do *Jornal de Angola*, relativo às resoluções da Conferência, afirmou que "caberá à direcção política e aos melhores militantes, a tarefa de incorporar ao partido os mais dinâmicos e abnegados representantes do campesinato, visando recuperar o elevado potencial nacionalista e revolucionário de uma classe que serviu de sustentáculo (...) para a guerra de libertação e para a conquista da independência".

O mesmo *Jornal de Angola*, num artigo assinado por J. Miguel, ampliou a análise sobre a questão agrícola, afirmando que



A Conferência, foro de debates entre a cúpula e a base partidária

“outro factor, não menos importante e que deve ser observado com rigor, é o de que as estruturas governamentais devem levar em conta os interesses dos camponeses. Não se pode conceber, apesar dos imperativos económicos, que o camponês compre mercadorias industrializadas por preços elevados e venda a sua produção de alimentos por preços baixos.

As resoluções da I Conferência Nacional serão agora discutidas a nível de base dentro de um encaminhamento político que a direcção do MPLA-PT pretende convergir para a realização do II Congresso Ordinário do partido, previsto para Dezembro

#### As resoluções da Conferência

As deliberações aprovadas pelos delegados dedicam especial atenção ao problema do fortalecimento ideológico e político do partido, à questão agrícola, à formação de quadros e à defesa nacional.

*No âmbito da organização e crescimento do partido, a Conferência recomendou:*

1) Reforçar a organização do partido e fortalecer os mecanismos que garantam um exercício mais eficaz do papel dirigente do partido sobre o Estado e toda a sociedade;

2) aperfeiçoar os mecanismos de ligação e informação entre as estruturas centrais e intermediárias do partido e entre estas e as organizações de base;

3) melhorar a estrutura dos comités municipais do partido de forma a torná-los mais dinâmicos;

4) revalorizar o papel que devem desempenhar os activistas políticos;

5) aprofundar a estruturação e funcionamento do partido no campo;

6) aprofundar o trabalho das células do partido nos seus locais de trabalho e orientar as formas como devem exercer o papel dirigente do partido;

72 - terceiro mundo

7) a definição de uma estratégia para o crescimento do partido, por período determinado, estabelecendo metas a atingir em relação a cada categoria social, priorizando as classes operária e camponesa;

8) adoptar novas formas que permitam melhorar a direcção, o acompanhamento e o controlo da JMPLA-Juventude do Partido.

*No concernente às relações Partido-Estado, a Conferência recomendou:*

1) O partido deverá aperfeiçoar e reforçar os mecanismos que garantam uma direcção eficiente e um mais eficaz acompanhamento e controlo do Estado;

2) o Estado, sob a direcção do partido, deverá constituir o principal instrumento de aplicação da política traçada pelo partido, materializando os seus princípios revolucionários na satisfação dos interesses das massas trabalhadoras;

3) o Secretariado do Comité Central deverá prestar maior atenção na orientação e no cumprimento do papel dirigente do partido no aparelho do Estado, através das organizações de base do partido.

#### Economia

“Nos quatro anos decorridos após a realização do I Congresso Extraordinário do MPLA-Partido do Trabalho, a economia nacional e a esmagadora maioria da população suportaram e ainda hoje suportam as pesadas consequências da guerra que nos é imposta (...)

(...) A conferência definiu como objectivos primordiais:

1 - Dar prioridade absoluta às necessidades da defesa do país.

2 - Melhorar o abastecimento da população e atingir maior eficiência no trabalho e na produção.

3 - Priorizar e dinamizar as relações económicas com o exterior como factor determinante

do equilíbrio da economia nacional.

4 - Aperfeiçoar os métodos de direcção da economia.

5 - Aplicar de forma eficiente as relações de valor.

6 - Reajustar as orientações salariais para o desenvolvimento económico à luz dos princípios ora aprovados.

“O sector produtivo assume assim a enorme responsabilidade de viabilizar o aumento da produção de bens essenciais a fim de assegurar o abastecimento nacional em bens alimentares nas quantidades necessárias, reduzir o recurso à importação, incentivar a exportação, garantir o abastecimento técnico-material e a prestação de serviços.

“Nesta conformidade, a Conferência debruçou-se profundamente sobre os mais prementes problemas do sector produtivo tendo particularmente recomendado o seguinte:

1 - Priorizar a organização das Estações de Desenvolvimento Agrário (EDA);

2 - incorporar progressivamente as áreas de cultura do sector camponês no plano nacional;

3 - estabelecer uma política correcta de comercialização levando-se em consideração que os preços devem remunerar justamente o trabalho desenvolvido e cobrir as despesas efectuadas;

4 - garantir o desenvolvimento do sector cafeeiro e florestal;

5 - desenvolver a produção de sementes;

6 - continuar a desenvolver acções tendentes à criação de empresas mistas, principalmente para a reactivação da produção de oleaginosas, e em sectores onde a tecnologia a ser introduzida aconselhe a associação do sector estatal com empresas estrangeiras;

7 - priorizar os programas de sementes, fertilizantes, pesticidas etc.”

#### Defesa e segurança

“Apesar de constantemente

agredido pelas forças do imperialismo, vendo-se por isso obrigado a realizar cada vez maiores sacrifícios para garantir a defesa dos princípios da Revolução Angolana, a soberania nacional e a integridade territorial da sua Pátria, o povo angolano — e muito particularmente as gloriosas forças de defesa e segurança — souberam dar provas de elevado espírito patriótico, de extraordinária coragem e de heroísmo.

No decurso dos últimos anos, as forças de defesa e segurança tornaram-se política, técnica e materialmente mais capazes de enfrentarem o inimigo, na medida em que o MPLA-Partido do Trabalho não deixou de velar pela formação ideológica e cultural dos quadros das referidas forças para, assim, melhor poderem servir o povo, a Pátria e a Revolução.

A Conferência traçou as seguintes recomendações:

1) Que se continue a considerar a Defesa como sector prioritário no conjunto das tarefas do partido e do Estado;

2) que se desenvolvam maiores esforços na preparação política dos oficiais, sargentos, soldados, marinheiros e agentes na sua formação ideológica, assim como na implementação e funcionamento das estruturas de base do partido e da juventude do partido;

3) continuar a considerar a luta contra os agrupamentos fantoches como a direcção principal da actividade dos órgãos de defesa;

4) tomar medidas no sentido de se elevar o papel e o lugar dos organismos políticos (direcções e secções políticas), dos seus chefes e dos substitutos dos chefes para o trabalho político, bem como das organizações partidárias; (...)

5) efectuar um acompanhamento mais eficiente às estruturas do aparelho do Estado que intervenham nas acções que visam a melhoria da assistência política e material dos ex-comba-



A posição do presidente José Eduardo dos Santos saiu fortalecida



A defesa continua sendo um dos sectores prioritários

tentes, mutilados de guerra, viúvas e órfãos de combatentes;

6) tomar medidas para aumentar constantemente a atenção à resolução dos problemas relacionados com o melhoramento das condições sociais e de vida dos combatentes, especialmente dos que se encontram nas frentes de combate, estimulando também todas as iniciativas que visem ao aproveitamento das possibilidades locais.

### O II Congresso

No discurso de encerramento da I Conferência Nacional, o presidente José Eduardo dos Santos deu especial atenção aos preparativos para o II Congresso Ordinário do MPLA-PT, marcado para o fim deste ano. Eis al-

guns trechos mais importantes do discurso:

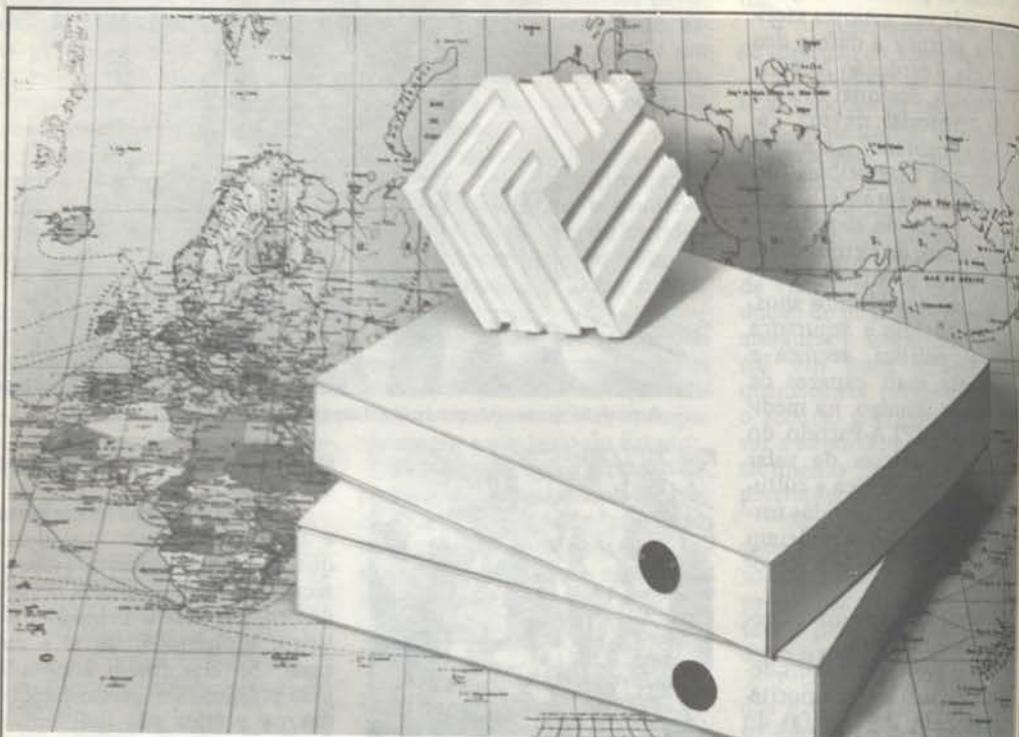
(...) “As decisões importantes e muitas das quais inovadoras, que tomámos, abarcam todos os sectores da vida nacional, nomeadamente o desenvolvimento político, económico, social e cultural. Se elas forem adoptadas pelo próximo Congresso e aplicadas na prática vão indiscutivelmente imprimir uma nova vida e uma nova dinâmica à problemática da criação da base técnica e material para a construção do socialismo no nosso país.

“Por outro lado, é preciso não perdermos de vista que a Conferência que hoje encerramos marca o início do conjunto de acções necessárias para a preparação do II Congresso do partido. (...)

(...) “O II Congresso do partido irá realizar-se num momento particularmente importante para a vida da nação, em que atingiremos o primeiro decénio da nossa existência como país livre e independente.

“A comemoração do 10º aniversário da Proclamação da Independência Nacional e a realização do II Congresso serão, pois, momentos de grande reflexão sobre os resultados alcançados pelo nosso povo ao longo desses anos nos campos militar, político, económico, social e cultural. ●

terceiro mundo - 73



# CIPRO

**Desenvolver é preciso.**

Consultores internacionais em projectos de desenvolvimento, somos 80 profissionais:

Arquitectos, Economistas, Engenheiros, Geógrafos, Sociólogos e outros Técnicos. Constituímos a Cipro há 10 anos.

Trabalhamos em Angola com a Emprojetos, U. E. E. e em Cabo Verde.

Orgulhamo-nos de possuir vários prémios:

- PRÉMIO VALMOR 81
- PRÉMIO DE ARQUITECTURA E URBANISMO DOS CADERNOS MUNICIPAIS - CATEGORIA A PLANO DIRECTOR DE ÉVORA
- PLANO DE CIRCULAÇÃO E TRANSPORTES DE ÉVORA

Somos a Cipro, em Portugal, com um lema:

Desenvolver é preciso.



Av. Conselheiro Fernando de Sousa, 19-9 - 1000 Lisboa-Portugal  
Telefs. 65 70 41 / 84 / 5 - 65 46 74 - Telex 15038 CIPRO P

**CONSULTORES INTERNACIONAIS EM PROJECTOS DE DESENVOLVIMENTO, S.A.R.L.**

## América Latina

Brasil

# O complexo caminho da Democracia

A ditadura acaba e o povo está feliz.

Mas o país enfrenta graves problemas e os conservadores de ontem, enquistados no novo governo, são uma ameaça às conquistas democráticas

Neiva Moreira

Em Julho de 1964, disse a amigos, antes de seguir para o exílio boliviano, que esperava regressar logo. O golpe seria como as tempestades de verão, violentas mas passageiras. Mais tarde, já no Uruguai, soube que o presidente João Goulart e outros dirigentes exilados, também pensavam assim. Estávamos todos equivocados.

Já em La Paz comecei a entender que havia algo diferente e inovador por detrás da deposição do presidente Goulart.

Os acontecimentos na Bolívia complicavam-se. Golpe nesse país nunca foi novidade, mas, aquele, que se gestava ostensivamente, não era como os anteriores. Estava marcado por peculiaridades que o assemelhavam muito com o que acabava de ocorrer no Brasil.

Intermináveis procissões, a marcha da família pela liberdade, estavam nas ruas. Só que, neste caso, suprimiam o nome do Deus cristão porque pouco significava para os aimarás ou os quechuas apegados aos seus mitos tradicionais.

Nos quartéis, circulavam boletins sediciosos que eram quase cópia dos que no Brasil eram distribuídos nas guarnições militares, no bojo da chamada "ques-

tão dos sargentos". Ainda hoje, apesar de muitas indagações feitas, ninguém conseguiu descobrir de onde saíam os avulsos. Também na Bolívia foi assim. Oficiais e sargentos apareciam a público desligando-se de qualquer responsabilidade na distribuição dos mesmos.

Hoje, há poucas dúvidas sobre a origem de ambos. Eram *made in USA* e tinham a marca da CIA.

Mais tarde, os golpes no Uruguai e no Chile e a preparação da quartelada na Argentina recorre-

ram a outros métodos, mas a origem era a mesma. Qualquer historiador que haja pesquisado nos arquivos norte-americanos essa época tumultuosa do processo político latino-americano encontrou a "marca do Zorro".

O que menos pode restar, hoje, é a dúvida de que os Estados Unidos são os responsáveis directos pela deposição e assassinato de Salvador Allende, pela implantação das ditaduras na Argentina e no Chile, do mesmo modo como estiveram na base da



O presidente João Goulart (de gravata), reunido com oficiais subalternos, na véspera de sua queda

preparação do golpe de 1964 no Brasil.

### O irredentismo dos anos 60

Porquê essa estratégia de Washington? Para entendê-la é importante que demos uma olhada no que ocorria nos anos 60 e na primeira metade da década de 70 quando a dominação nos países do Terceiro Mundo estava a ser varrida por uma onda de libertação e irredentismos.



Nasser (esq.) e Nehru (dir.), precursors do não-alinhamento

O Movimento dos Não-Alinhados consolidava-se sob a liderança de Nasser, Nehru, Tito e Sukarno. Na África, dezenas de países alcançavam a sua independência enquanto outros, como as então colónias portuguesas, travavam duras guerras de libertação. Alto Volta, Congo-Brazaville, Costa do Marfim, Congo Belga, Mali, Mauritânia, Nigéria, Togo, Serra Leoa, Somália, Níger, Chade, Gabão, Camarões, Gâmbia, Senegal, República Centro-Africana, chegavam à independência, embora em muitos aspectos ainda com fortes vínculos coloniais.

Em Chipre, monsenhor Makarios preside o primeiro governo livre. Tanganica torna-se independente em 1962, dirigida por um dos ideólogos do processo de libertação da África, Julius Nyerere, e dois anos mais tarde une-se com a ilha de Zanzibar para

formar a actual República Unida de Tanzânia. No Quênia, o poderoso Movimento Mau-Mau, encabeçado por Jomo Kenyatta, obriga os ingleses a aceitar a independência, em 1963. Pouco antes, terminava a formidável epopéia da libertação da Argélia, com mais de um milhão de vítimas.

Os acontecimentos na América Latina também não eram tranquilizadores para os Estados Unidos. Guerra de guerrilhas na

do, e um poderoso agrupamento de forças oposicionistas confluiu para a Frente Ampla, sob a liderança de um general patriota, Liber Seregni. E o velho dirigente Juan Domingo Perón ganhava espectacularmente em 1973 eleições na Argentina.

A década trazia, assim, um panorama alentador e os ventos de liberdade sopravam a favor dos oprimidos.

### A ofensiva norte-americana

Os Estados Unidos encararam com determinação este quadro e procuraram revertê-lo, seja através de bem sucedidas manobras políticas ou de golpes militares. Em plena "guerra fria" com o bloco socialista, era fundamental abrir caminho, nas áreas sob influência ou domínio dos Estados Unidos, à penetração do capital norte-americano.

Apesar das resistências de De Gaulle, as empresas transnacionais instalaram-se na Europa e converteram-se na terceira potência industrial do mundo, hoje seguramente empurradas para o quarto lugar pelo crescimento espectacular do Japão, logo depois dos Estados Unidos e da URSS. Já em 1969 eram dominados pelas empresas norte-americanas 29% da produção de automóveis do Mercado Comum Europeu, 15% da borracha sintética, 20% das empresas eléctricas, 55 a 60% da produção de carvão, 80% da fabricação de computadores (esse número não alcançado quando a General Electric adquiriu o controlo da Bull francesa e da Olivetti italiana) e 95% da produção de circuitos integrados (dados de J. J. Servan-Schreiber).

A Aliança para o Progresso e, sobretudo, o Plano Marshall foram os grandes instrumentos propulsores dessa penetração.

### O domínio militar

Ao mesmo tempo, Washing-

ton construiu uma poderosa aliança militar que auspiciava a penetração das suas empresas multinacionais, não apenas na Europa e Japão, como no Terceiro Mundo, a "integração económica do Mundo Livre", como a definiu o então presidente Harry Truman.

Analisando esse problema, escrevemos em um livro publicado em Montevidéu em 1971 ("El Nasserismo y la Revolución del Tercer Mundo"), o seguinte: "para manter esse tentacular império, - o mais vasto e poderoso da história - a diplomacia dos Estados Unidos impôs, com o argumento dos dólares e múltiplos tipos de pressão, uma série de pactos militares. Esses instrumentos imperiais representavam e representam um papel decisivo na manutenção das conquistas "yankee" e propiciaram a intervenção, cada vez mais ostensiva, dos sectores reaccionários das forças armadas nacionais na política dos seus respectivos países. O Tratado do Atlântico Sul, a SEATO (Organização do Tratado de Defesa Colectiva do Sudeste Asiático), o CENTO (Organização do Tratado Central), substituto do Pacto de Bagdad, que fora torpedeado pelo Iraque em 1959, reunindo a Turquia, o Irão e outros países asiáticos; o Tratado Interamericano de Defesa e os acordos militares na América Latina, além de outras alianças regionais, como as do Japão-Coreia do Sul, Estados Unidos-Espanha, são todos, no seu conjunto, instrumentos dessa dominação. Conseguiu-se armar uma rede de compromissos que sempre terminam no Pentágono, transformando os "aliados" em clientes obrigatórios da indústria bélica dos Estados Unidos. Mais de 2.300 bases espalhadas por todo o mundo, a CIA, o FBI, a AID, os Corpos de Paz, as Missões Militares, os programas de intercâmbio e até a espionagem espacial dão validade efectiva ao grande esquema de dominação".



Com os pactos militares, os Estados Unidos expandiram o seu esquema de dominação



Fidel Castro repeliu a agressão norte-americana definindo o carácter socialista do seu regime

#### O derrube dos governos progressistas

De lá para cá, registaram-se algumas modificações. Os interesses de mercado da nascente indústria bélica brasileira e os interesses do Brasil na África impediram a celebração do Pacto do Atlântico Sul (Estados Unidos, Brasil, África do Sul, Argentina, Uruguai), que deveria complementar o Tratado do Atlântico Norte. Os franceses tornaram-se menos alinhados no confronto Estados Unidos-URSS e a Europa, mais cautelosa em relação à guerra nuclear. A Grécia tornou-se socialista e reduziu

as suas ligações com Washington; o Irão substituiu o regime do xá Reza Pahlevi. No conjunto, alterações localizadas não modificaram a essência da "Doutrina Truman" (nem reduziram o poderio bélico dos Estados Unidos no mundo).

Para limpar o caminho na área que eles consideram "o seu quintal", o governo de Washington auspiciou ou dirigiu directamente manobras políticas ou golpes que derrubaram os governos que resistiam à sua dominação.

#### Caem governos que resistem

A experiência progressista de Salomão Bandaranaike no Sri Lanka foi interrompida com o seu assassinato, em 1959. Em 1961 foi a tentativa de ocupação de Cuba na operação da Praia Girón e da baía dos Porcos. A revolução cubana repeliu a agressão e Fidel Castro respondeu ao ataque definindo o carácter socialista do regime.

A 14 de Fevereiro desse ano, Patrice Lumumba do Zaire, precursor do socialismo africano, era assassinado. Em 1963, o regime antiimperialista do presidente Juan Bosch era derrubado na República Dominicana. Em 1965 o povo dominicano, sob o comando do coronel Caamaño Deñó, levanta-se em armas pelo

terceiro mundo - 77

retorno à democracia. Os Estados Unidos desembarcam os seus *marines* e, com apoio de tropas do Brasil, do Paraguai de Stroessner e da Nicarágua de Somoza (vejam em que companhia andávamos), domina a revolução.

Na África, em 1964, um general pró-*yankee*. Seglo, toma o poder no Daomé (actual Benin) e no Mali é esmagada a revolução nacionalista liderada por um grupo de oficiais patriotas.

O presidente norte-americano Lyndon Johnson força, na América Latina, o rompimento diplomático com Cuba. Só o México resiste. Golpe no Brasil, em Abril e na Bolívia em Novembro, onde o general Barrientos toma o poder.

Como outros exilados, estávamos então em La Paz. Oficiais norte-americanos de origem porto-riquenha, já muito bêbados, em uma reunião social, avisavam aos gritos: "o Paz Estenssoro não chega até Dezembro e o homem é Barrientos". Estavam a par da situação.

A dança dos golpes continuava. Na Argentina, Onganía depõe o governo democrático do presidente Arturo Illia. Em 1966,

chegou a vez de Sukarno, na Indonésia, e de N'Kruma, no Gana, ambos chefiando governos de tendência nacionalista e popular. Na Birmânia, o general U Nu foi derrubado quando publicou o programa do seu governo chamado o "caminho birmano para o socialismo" e, na iminência de um governo democrata, um grupo de coronéis gregos assumiu o poder em 1967 e deportou o rei.

Enfim, uma lista interminável que continua com o Chile e o Uruguai e que ainda não terminou. Mais recentemente, o governo de Granada foi deposto pelos pára-quedistas norte-americanos, para liquidar pela força uma interessante experiência progressista. Cuba continua cercada e os Estados Unidos atacam a Nicarágua e participam directamente da guerra em El Salvador, Honduras e Guatemala.

### O golpe no Brasil

O Brasil foi uma espécie de cobaia nesse dramático processo de derrube de governos com apoio dos Estados Unidos. Não é mais segredo para ninguém a par-

ticipação diplomática de Washington na preparação do golpe. Se houvesse necessidade de uma intervenção militar, a esquadra já estava nas costas do Espírito Santo para desembarcar os *marines* que dominariam a resistência.

Antes mesmo que o presidente Goulart deixasse o território nacional, já o presidente dos Estados Unidos, Lyndon Johnson, reconhecia o governo de Castelo Branco, apesar de que o primeiro era um mandatário eleito democraticamente e o segundo um golpista imposto pela força.

Nos Estados Unidos foi enorme a euforia nos meios oficiais e de comunicação. O jornal *Indianapolis Star* escrevia que no Brasil "os interesses norte-americanos só podem ser atendidos plenamente por um governo militar". Um comentarista do *Evening Star* de Washington, William J. White, não ocultava o seu entusiasmo: "a eliminação de Goulart confirma plenamente a superioridade da nova política de Washington, que une a firmeza à generosidade na América Latina".

O vice-governador do Estado do Rio de Janeiro, Darcy Ribeiro disse, com precisão, que "o governo de João Goulart foi derrubado não pelos seus erros mas pelos seus acertos".

Os *brasilianists* norte-americanos falam muito em "golpe preventivo" e foi exactamente isso que aconteceu. O Brasil estava a despertar para uma nova tomada de consciência dos seus direitos e o povo, através de uma crescente participação, marcava a sua presença na vida pública. O governo elaborara uma série de reformas de base e lutava pela sua aprovação no Congresso.

No seu livro sobre "As reformas de base e a política nacionalista de desenvolvimento", Celso da Rocha Viana, que participou do governo Goulart como secretário do Planeamento da Presidência da República, ace-



Darcy Ribeiro (à esquerda na véspera do golpe, ao lado de Arraes, do presidente João Goulart e do general Castelo Branco): o governo trabalhista não foi deposto pelos seus erros mas sim pelos seus acertos

tuava que se impunha um novo "pacto social", não o que se fala agora, para conter as reivindicações dos trabalhadores, mas um "que identificasse as aspirações dos agricultores sem terra e assalariados, especialmente trabalhadores de um lado e pequenos e médios comerciantes, agricultores e industriais de outro", para sustentar uma política de desenvolvimento com justiça social e uma sociedade democrática em que todos, e não apenas uma pequena minoria usufruíssem os benefícios do desenvolvimento económico".

Quais eram essas reformas? Cibilis enumera-as: "nova estrutura agrícola, estatuto do trabalhador rural, desapropriação (das terras) por interesse social, abastecimento, expansão da produção agropecuária, intervenção no domínio económico para regularizar a comercialização dos géneros alimentícios; repressão ao uso do poder económico, a disciplina do capital estrangeiro e da remessa de lucros para o exterior; o estabelecimento do monopólio da União à importação de petróleo e seus derivados; a política nacional da energia nuclear e a instituição do monopólio da União à pesquisa, exploração, produção, industrialização e comércio de minerais e materiais nucleares; a regulamentação dos recursos minerais e hidráulicos; o estabelecimento do monopólio da União à produção e comércio de minerais em geral, bem como de minerais preciosos e semi-preciosos; a promulgação do Código de Telecomunicações, a reforma orçamentária, a reforma bancária e a regulamentação do direito à greve".

Nada disso passou num Congresso dominado por conservadores e liberais apesar dos esforços da Frente Parlamentar Nacionalista. Os factos posteriores demonstraram que se essas medidas tivessem sido aprovadas e não houvesse golpe, hoje a situação do Brasil seria outra.

Antônio Moura / Ag. O Globo



Tancredo Neves: complexos problemas políticos e o desafio da dívida

### Um panorama sombrio

Um programa dessa ordem colidia com o então projecto norte-americano, conforme documenta Reiné Dreifuss ("1964: A conquista do Estado"). As multinacionais já estavam na posse de grande parte da economia brasileira. "A industrialização — escreveu Dreifuss — seria integrada por corporações multinacionais de acordo com a estratégia de expansão do capital global, sublinhando os novos graus de internacionalização, centralização e concentração de capital".

O grau de dependência do Brasil frente ao sistema capitalista internacional aumentou enormemente desde 1964. Uma dívida superior a 100 mil milhões de dólares, provocando uma inflação desenfreada que torna angustiante a vida do povo. Suprimidas as liberdades, foi imposto um regime de profunda injustiça social, que pauperizou os trabalhadores e empobreceu a classe média, que se acreditava a beneficiária do derrube de Goulart.

Uma estatística divulgada pelo presidente da Ordem dos Economistas, Miguel Colasuonno, que não pode ser acusado de radical, revela que "entre 1979 e 1984, a classe média teve 30% de

perda real no seu poder aquisitivo".

Outras estatísticas são mais preocupantes. Mais de 40 milhões de brasileiros à margem da sociedade de consumo — não compram e não vendem — recordes de mortalidade infantil, de analfabetismo, de concentração de riqueza, de latifúndio que já não é dos velhos "coronéis", mas das multinacionais, como ocorre na Amazônia. A ecologia destruída ou ameaçada, como em Tucuruí ou com a Alcoa em São Luís; níveis de desemprego alarmantes e uma juventude sem perspectivas, cedendo à atracção do marginalismo, da droga ou da vida vazia.

Seria injusto asseverar que o regime militar não fez nada, mas as suas obras, quase sempre faraónicas, estão marcadas pela ausência ou o truncamento de planos e prioridades e pelo autoritarismo. Hidroeléctricas imensas quando sobra energia ou rodovias custosas desentrosadas de projectos económicos que as justificassem. No meio de tudo, uma corrupção quase generalizada, virtualmente impune, desde que os seus autores pudessem amparar-se na força dos grandes do regime.

### Povo em luta

O povo brasileiro nunca aceitou passivamente essa situação.

Os caminhos da resistência estão assinalados pelos sacrifícios e a fome de milhões, o exílio, as prisões, as torturas, as mortes de milhares.

Esse grande movimento de inconformismo, que transbordou dos partidos e se projectou como um pronunciamento de toda a sociedade civil, desembocou na exigência nacional de eleições directas para presidente da República. Mais de 20 milhões de pessoas em milhares de grandes e pequenas cidades foram às ruas reclamar o voto directo e condenar o Colégio Eleitoral.

Quando, como consequência de múltiplas dissidências e cisões no oficialismo resultantes da candidatura de Paulo Maluf, foi possível esperar a vitória de Tancredo Neves no Colégio, o povo manifestou o seu consenso à participação dos delegados da oposição. Generalizou-se, no entanto, uma condição: que o candidato eleito homologasse a sua eleição com o voto popular.

Este é, hoje, um problema fundamental na pauta do presidente Tancredo Neves. Ele está submetido a muitas pressões não apenas dos dissidentes do sistema, que não querem saber de eleição presidencial agora ou em 1986, mas, também, de contingentes do PMDB, que não querem renunciar a qualquer parcela de poder nem se submeter a um desafio eleitoral antes de se implantar na máquina burocrática.

A legitimação do mandato obtido no Colégio Eleitoral é um problema importante, e que, com o correr do tempo, pode tornar-se urgente. Há ainda muitos outros, de natureza política, que exigem decisões corajosas, sem as quais a reivindicação nacional de mudanças será mero item de um programa não cumprido.

A coligação que apóia organicamente Tancredo Neves (o PDT e os votos do PT não importaram em outros compromissos

que não fossem os de derrotar Maluf e exigir eleições directas-já), o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido da Frente Liberal (PFL), enfrenta grandes dificuldades internas. São evidentes as contradições de natureza ideológica, entre os sectores progressistas do PMDB de um lado, e do outro, os conservadores do partido, em geral oriundos do velho Partido Popular (PP) e o Partido Liberal, que tendem a se unir numa poderosa frente parlamentar de centro-direita resistente às mudanças que o país reclama.

### O projecto dos conservadores

Nesse campo, o epicentro da controvérsia é o esquema de pagamento da dívida externa, o programa para reactivar a economia e a distribuição da carga tributária. Tancredo Neves e o grupo conservador da sua coligação movem-se com as maiores cautelas, na esperança de sensibilizar cerca de mil bancos aos quais o país deve. Ora, quem vai esperar que banqueiros aceitem outro argumento senão o do pagamento das dívidas, mesmo que estejam estas inchadas por juros impostos arbitrariamente?

Outro ponto de conflito é o destino das grandes empresas estatais: a Petrobrás, com mais de 500 mil barris diários de petróleo, a Electrobrás e a Vale do Rio Doce, gigantescos conglomerados e que, com erros e distorções, conseguiram armar o país de elementos para resistir à crise e avançar.

Liberais e conservadores querem desactivar ou mesmo acabar com as empresas estatais, o que seria um projecto utópico, jamais permitido pelo povo brasileiro, e seguramente rejeitado pelo próprio Tancredo Neves.

De qualquer maneira, é um tema em debate, com o presidente eleito navegando entre tendências conflitantes.

Essas divergências reflectem-se no campo externo. Há quem empurre o país à maior dependência dos Estados Unidos e quem, apoiados na opinião nacional, exigem que a actual política externa — o lado menos negado do regime findante — seja consolidada e ampliada. As prioridades do Brasil, segundo esses sectores, teriam que ser para com a América Latina, a África e o Médio Oriente, isto é, o Terceiro Mundo. Causas como as da Nicarágua e dos países da África Austral que enfrentam o apartheid devem ser um ponto essencial da política externa brasileira.

O Brasil deve ter, soberanamente, relações com todas as nações do hemisfério, Cuba inclusive.

Mas se essa luta ideológica está a demarcar os campos e a definir a nova oposição, há um outro enfrentamento menor, mas igualmente severo, entre os grupos e subtendências, no segmento conservador, disputando ministérios e cargos secundários. Os governadores do PFL eram governadores do PDS de ontem, detinham o controlo das máquinas burocráticas nos seus estados. Tendo imposto o seu candidato à vice-presidência, o senador José Sarney, até à vinda do presidente do PDS, e se arrogado de outras posições chave na coligação, resistem a entregar qualquer fatia do bolo ao PMDB, provocando as primeiras crises que Tancredo Neves terá de administrar.

O grato e alentador em tudo isto é que tais discrepâncias projectam a partir da reconstrução da democracia. O autoritarismo vai-se e com ele vão os maiores e mais dramáticos casos políticos, económicos, sociais e administrativos que o país já conheceu.

O povo brasileiro reconheceu o seu direito a opinar e a decidir. Daqui por diante, a sua opinião terá que ser levada em conta, e respeitada.

# Construir é Cooperar

*Em Portugal, a dimensão que atingimos, tem sido o resultado da nossa competitividade e capacidade de participação no esforço interno de consolidação económica e social.*

*Com o potencial técnico e humano de que dispomos, temos colaborado com sucesso, no desafio de levarmos essas capacidades aos países que, em África, enfrentam hoje, problemas de desenvolvimento económico, historicamente idênticos aos nossos.*



**SOARES DA COSTA**

PORTUGAL — Rua Senhora do Porto, 800 / Telef. 819041 / Telex 26948 Costa P / 4200 Porto

GUINE BISSAU — Caixa Postal 369 / Bissau / Telef. 212340 / Telex 250 Costas BI

ANGOLA — Rua Direita, 59-1.ª D. / Caixa Postal 2762 / Luanda / Telef. 35125 / Telex 3488 Costas AN

MOCAMBIQUE — Av. Samora Machel, 30-8.ª / Apartados 8-9/10/11 / Maputo / Telef. 29565 / Telex 6302 Costas MO

CABO VERDE — Av. Amílcar Cabral, 123 / Caixa Postal 189 / Cidade da Praia

# INFORMAÇÃO COM MUITO CARINHO



kanemo

kanemo produção e comunicação Lda.  
Av. Patrice Lumumba, 577 — Maputo-Moçambique  
Caixa Postal 4645 Tel. 28 615 29 447

Quem faz da imagem e dos sons  
um instrumento para a promoção  
do desenvolvimento, da educação,  
do progresso, da paz, da justiça,  
e do bem-estar social, sabe que  
carinho é fundamental para se  
atingir qualidade, beleza e  
eficiência.

**KANEMO PRODUÇÃO E COMUNICAÇÃO Lda.  
TRABALHO COM MUITO CARINHO!**

Empresa produtora de filmes, audio-visuais, reportagens,  
fotografia e trabalhos de produção.  
Republica Popular de Moçambique  
Av. Patrice Lumumba n.º 577 — Maputo  
Telefones: 2 86 15 2 24 13 Caixa Postal 4645

# General Alvarez acusado de narcotraficante

O FBI decreta a prisão do ex-comandante do exército hondurenho, hoje exilado na Costa Rica

Gregorio Selser

A 31 de Março de 1984, o general de divisão Gustavo Alvarez Martínez, comandante-em-chefe das forças armadas das Honduras, foi exonerado do cargo sob a mira das armas dos seus próprios companheiros do exército, numa operação de tipo comando realizada no aeroporto de San Pedro Sula. Em seguida, foi levado algemado num avião para Tegucigalpa, de onde foi conduzido para um exílio forçado na Costa Rica.

O presidente Roberto Suazo Córdoba só soube do ocorrido com o seu íntimo colaborador quando toda a operação já estava consumada. Ao tentar um gesto em favor do chefe militar destituído, pedindo aos que o prenderam que ao menos o deixassem residir no país, um coronel observou-lhe taxativamente: "senhor presidente, no avião, ainda há uma poltrona vazia junto à de Alvarez". Suazo não fez o menor esforço por sentar-se junto do seu amigo.

Alvarez Martínez teve uma carreira meteórica, apoiado pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos. Assim passou, em menos de dois anos, do grau de coronel ao de general-de-brigada e, quase sem transição, ao de general de divisão, violando todos

os tipos de disposições regulamentares militares. A ascensão na hierarquia militar, inclusive a passagem de chefe da FOSEP (Força de Segurança Pública) para o de comandante-em-chefe do exército, somente iria explicar-se por acontecimentos subsequentes, entre eles os acordos secretos com o Pentágono, em virtude dos quais as Honduras passa-

ram a converter-se, a partir de 1982, num enclave militar e vasto acampamento operativo dos Estados Unidos no istmo centro-americano.

Por outras palavras, Alvarez Martínez, formado nas escolas militares dos Estados Unidos e da Argentina na ideologia e nas práticas da chamada "doutrina de segurança nacional", era a peça escolhida pela administração Reagan para os seus objectivos estratégico-políticos na América Central, vinculados com a desestabilização do governo revolucionário da Nicarágua e com o controlo da guerra civil em El Salvador. O mais chocante dessa incestuosa relação foi um convénio clandestino entre Alvarez Martínez e o Pentágono. Graças a ele e sem conhecimento prévio do Congresso hondurenho — único organismo constitucional autorizado a decretar semelhante concessão — tropas dos Estados Unidos instalaram-se em Puerto Castilla e estabeleceram ali o Centro Regional de Treino Militar (CREM), virtual base piloto



Jon Anderson

Com a destituição do general Alvarez, os EUA perderam o "padrinho" da sua acção nas Honduras



Alfonso Ramírez

Honduras dispõe, em termos relativos, do maior número de aeroportos e pistas de aterragem de todo o mundo

para tudo o que sobreviria em seguida.

#### Um grave problema militar

O que realmente ocorreu foi que os Estados Unidos, sob o pretexto da realização de manobras e/ou exercícios militares iniciados em Agosto de 1983 e concluídos em meados de Fevereiro de 1984 com o nome em código de *Big Pine II*, forneceram às Honduras uma grande quantidade de armamento leve e pesado e construíram, modernizaram ou ampliaram 14 aeroportos, com financiamento autorizado pelo Congresso dos Estados Unidos. O Pentágono enganou os parlamentares com subterfúgios de carácter aceitável, fazendo com que as obras e instalações passassem por parte da contribuição logística aos exercícios conjuntos hondurenho-norte-americanos.

A magnitude desse problema militar aparentemente provisório fez com que o senador democrata James Sasser, de Tennessee, afirmasse no seu regresso de uma viagem de inspecção às Honduras, que esse país dispunha, em termos relativos, do maior número de aeroportos e pistas de aterragem de todo o mundo, atendendo à sua superfície e população.

A natureza dessas concessões e, sobretudo, o facto de no CREM serem preparados militarmente três salvadoreños para cada hondurenho, despertou em sectores nacionalistas da oficialidade jovem, uma apreensão e descontentamento não dissimulados. Essa apreensão geraria, por sua vez, a oposição à orientação do general Alvarez Martínez.

A explicação reside em que, por razões históricas, Honduras vê El Salvador como seu inimigo tácito mais do que a Nicarágua. Foi El Salvador que, em Julho de 1969, invadiu Honduras militarmente, naquela que ficou conhecida como a "Guerra das Cem Horas" ou "Guerra do Futebol", com bombardeamentos aéreos e um custo de cerca de três mil vítimas. Embora, em princípio, tenha sido estabelecida a paz 11 anos depois — em 1980 —, graças à pressão que o presidente James Carter exerceu sobre os dois países, continua pendente o acordo de propriedade e soberania sobre seis áreas territoriais, num total de 412 km<sup>2</sup>, historicamente hondureñas mas que El Salvador reivindica como suas. Nesse contexto, o facto de que o exército dos Estados Unidos instruisse em Puerto Castilla (Honduras) recrutas de El Salvador, não podia

deixar de ser um contrasenso para aqueles que se ressentiam os oficiais hondureños.

Somados a isso, surgiram na vida pessoal e nos negócios pessoais de Alvarez Martínez, com o tempo surpreendentemente em ascensão, a muito empreendedor, a Associação para o Progresso das Honduras (APROH), um organismo de pressão patronal financiado, entre outros, pela empresa Moon. Por outro lado, a instauração das práticas de "desaparecimento" de pessoas por motivos políticos e sociais — que Alvarez Martínez importou dos seus estudos de aprendizagem na Argentina —, um fenómeno nunca antes registado no país, e, também, a concentração nas mãos de um chefe das atribuições de comando militar compartilhada pelo Conselho Superior das Forças Armadas (COSUFFAS) nos anos anteriores, foram motivos suficientes para que fossem próprios camaradas do todopoderoso comandante a decidirem a sua intempestiva destituição.

#### Sucessão de escândalos

Poucos dias depois do seu exílio na Costa Rica, Alvarez Martínez transferiu-se para Miami, Estados Unidos, embebido numa atmosfera de acusações e escândalos sobre mais de uma centena de presos "desaparecidos" e dos seus negócios ilícitos à margem da profissão militar. O mais divulgado agora é o seu convénio assinado com a "Valentin Flores & Cia" concessionária das importações dos automóveis japoneses Toyota, empresa à qual as forças armadas de Honduras compraram mais de 300 veículos a um custo de várias dezenas de milhões de dólares, por coincidência, na época em que Alvarez Martínez era comandante-em-chefe. Outro escândalo é o de um cheque de 300 mil lempiras (150 mil dólares) da conta das forças armadas, passado em seu nome e

nado por ele próprio, com fins ignorados. E, entre outros escândalos da mesma índole, a propriedade em San Pedro Sule de uma residência campestre que vendeu por 350 mil dólares, enquanto que na prefeitura local estava taxada em 10 mil.

De acordo com notícias telegrafadas recentemente, as autoridades do FBI ordenaram a sua prisão, assim como a do seu antigo subordinado e igualmente destituído a 31 de Março de 1984, o general Abdenego Bueso Rosa. Ambos estariam envolvidos numa conjuntura para o derube do presidente Suazo Córdova, e para isso contavam com um financiamento procedente do tráfico de narcóticos. Bueso Rosa estava acreditado como chefe militar na embaixada das Honduras no Chile, e ao que parece, em tão afastadas latitudes austrais, era um dos pólos do conluio, juntamente com empre-



Reagan: presságios agoirentos

sários e comerciantes da chamada "máfia árabe", de muito poder a influência económica nas Honduras.

Já que a administração Reagan está empenhada, nos meses recentes, em "provar" ao mundo

que existe uma estreita vinculação entre o que ele chama de "terrorismo internacional" e o tráfico de drogas, esse escândalo que acontece numa das mecas dos negócios internacionais da droga, a cidade de Miami, pode ser uma trama com dois objectivos, independentemente do facto de Alvarez Martínez e Bueso Rosa terem dado novos passos na sua carreira de delinquentes: impedir o possível derrube do governo civil (mais propriamente, títere) de Suazo Córdova e, no momento determinado, apresentar um certo grau de credibilidade para quando Washington decidir agir, por conta própria, nos cenários internacionais classificados de "sede do terrorismo internacional". Nesse sentido, Shultz e Reagan continuam a insistir com os seus presságios agoirentos embora indefinidos, preparando o clima adequado para essas operações.

## COOPERAÇÃO · TÉCNICA · EFICIÊNCIA



**Ferbritas**

EMPREENDIMENTOS  
INDUSTRIAS E COMERCIAIS, LDA

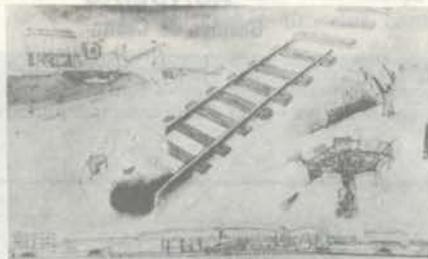
Afilhada dos Caminhos de Ferro Portugueses - E.P.

Sede: LISBOA

Av. da Liberdade, 427 - 7.  
Telef. 535363/4 Telef. 43566

Delegação: LUANDA

Telef. 32167



PRESTAMOS SERVIÇOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, NO PAÍS E NO ESTRANGEIRO, FUNDAMENTALMENTE NA ÁREA DOS CAMINHOS DE FERRO, EM:

- ESTUDOS E PROJECTOS
- GESTÃO DE CONTRATOS
- FORMAÇÃO DE PESSOAL

- MATERIAL CIRCULANTE
- INSTALAÇÕES OFICINAIS

- EXPLORAÇÃO DE PEDREIRAS
- VIAS FÉRREAS



## PARA QUEM DESEJA SABER

PARA SI... PROFESSOR  
PARA SI... ESTUDANTE  
PARA SI... LEITOR

NOVIDADES DA

coleção  
**SABER**



### INICIAÇÃO NA LITERATURA PORTUGUESA

António José Saraiva

O livro que veio substituir a famosa *História da Literatura Portuguesa*. Uma obra indispensável a todos os professores e alunos.

### HISTÓRIA DA GEOGRAFIA

René Clozier

Existe uma espécie de *contrato* entre o homem e o canto da Terra que habita. É dessa relação entre o Homem e o meio físico, ao longo da História, que esta obra nos fala.



### ESTATÍSTICA MATEMÁTICA CLÁSSICA — AS IDEIAS

Gustavo de Castro

Uma introdução às sutilezas da Teoria do Acaso. Um livro para o homem inteligente que se cultiva e para o estudante que principia.

### AS TRANSFERÊNCIAS DE TECNOLOGIA

René-François Bizet

Como se processam, como se iniciam, o que são e qual a sua importância para a vida económica dos países. Em apêndice à edição portuguesa a regulamentação da importação contratual de tecnologia em Portugal e no Brasil.



PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA

# "A revolução sandinista tem um alto valor evangélico"

O depoimento de uma freira, irmã Luz Beatriz, fundadora de uma das primeiras comunidades de base no país

Ligia Chaves

"Parece-me que esses reis magos deram cabo de tudo, quando chegaram à casa de Herodes e lhe perguntaram por um libertador. É como se alguém chegasse agora ao pé de Somoza e lhe perguntasse onde é que está aquele que vai libertar a Nicarágua", episódio evangélico da manutenção dos inocentes, interpretado por Laureano, camponês da comunidade de Solentiname.

O Centro Ecuménico Antonio Valdivieso é um ponto de passagem obrigatório em Manágua para todos quantos quiserem informar-se sobre a componente cristã da revolução sandinista e a chamada "teologia da libertação". Dirigido pelo padre Uriel Molina (que foi excluído pela hierarquia eclesiástica da tribuna onde deveriam estar todos os sacerdotes de Manágua, durante a missa papal de 4 de Março de 1983), este é um dos centros

ecuménicos que suscitam a re-provação do Vaticano e constituem o pesadelo dos conservadores que elaboraram em Santa Fé o documento-guia da política da administração Reagan para a América Latina.

A própria designação do centro é um programa de acção. Antonio Valdivieso, 3º bispo da Nicarágua, assassinado no Paço Episcopal de León, pelos *encomenderos* espanhóis, em 1585, é considerado o primeiro mártir cristão da Nicarágua. Valdivieso foi vítima da defesa intransigente que ousou fazer dos direitos dos indígenas. Recuperando a memória desse primeiro mártir da "igreja dos pobres" da Nicarágua, os fundadores do Centro destacam ainda outra alta figura da igreja daquele país: Monseñor Pereira y Castellón, arcebispo de León, que em 1921, em carta enviada ao cardeal dos EUA, denunciou as exacções cometidas pela soldadesca *yankee* que ocupava a Nicarágua. São objectivos do Centro "acompanhar os cristãos no processo de reflexão teológica", "expressar a fé de acordo com um processo de esperança da maioria do povo, que são os pobres", e outros, mais de ordem terrena: criar e formar quadros, publicar folhetos e livros de índole teológica e social, acompanhar sectores específicos da população (como as prostitutas), apoiar o trabalho dos camponeses.

O Centro, tem uma livraria anexa num edifício térreo, modesto, mas confortável. Ali conversámos longamente com a responsável pela Secretaria da Solidariedade, irmã Luz Beatriz Arellano. O seu depoimento é um testemunho vivo, pessoal, do que foi o processo de reflexão dos cristãos na Nicarágua, depois do Concílio Vaticano II e da reunião de Medellín, e daquilo que para eles representa o triunfo da



Padre Molina: "Acompanhar os cristãos no processo de reflexão teológica"



“Denunciar o pecado do fosso cada vez maior entre pobres e ricos”

revolução sandinista.

### Há pouco mais de 20 anos

“Os documentos do Vaticano II e da reunião de Medellín, a primeira do episcopado latino-americano, tiveram uma importância crucial para a igreja da América Latina”, diz-nos. “O nosso centro representa uma corrente de cristãos, surgida há pouco mais de 20 anos, com o Concílio Vaticano II e que pôde exprimir as suas preocupações em Medellín. Ali se denunciou a situação de pecado prevalecente nos nossos países, o pecado do fosso cada vez mais abismal entre pobres e ricos. Urgia denunciar esse pecado e trabalhar no sentido de lhe pôr fim, conquistando a justiça para todos. Após procurarmos as raízes profundas dessa pobreza, concluímos que elas residiam na organização da sociedade, na exploração desenfreada que um pequeno grupo, ligado a interesses estrangeiros, e representado por Somoza, exercia sobre a esmagadora maioria. O desemprego nas zonas rurais era catastrófico e possibilitava uma exploração feroz. Os camponeses deslocavam-se de terra para terra e, de tempos a tempos, conseguiam trabalho a troco de duas *córdobas* por dia ou apenas de um simples prato de feijão ao almoço. A alta de preços,

a mortalidade infantil, a desnutrição atingiam níveis escandalosos. A corrupção era generalizada. Por exemplo, um camponês chegava ao hospital. Diziam-lhe que tinha de ser operado. Ele queixava-se de não ter dinheiro. Mas não tem ao menos uma vaca ou um cavalo? Se tinha, faziam-lhe a operação e ficavam com o único bem que o desgraçado possuía.

“Perante esta situação, colocava-se-nos um problema: Qual a nossa missão como igreja no seio de um povo a quem a ‘boa nova’ nunca foi anunciada com profundidade? Quanta angústia nos assaltava, quando passávamos por um camponês e lhe perguntávamos: Como está? e ele respondia: Como Deus quer, ou quando morria uma criança e ouvíamos a família dizer: É um anjinho. Deus assim o quis.

“Para nós, cristãos conscientes, isto significa que os pobres achavam que a sua situação era desejada por Deus. A imagem de Deus estava distorcida na mente deste povo, profundamente religioso. Na Páscoa, quando se celebra a passagem da escravidão à liberdade, achávamos que estávamos a ser hipócritas. Ali estávamos a celebrar a libertação no meio de um povo reduzido à escravidão, empobrecido, espoliado de todos os direitos mais elementares (casa, comida, saúde,

educação, liberdade de expressão). Daqui partiu-se para um movimento muito rico de reflexão bíblica e teológica face a essa realidade. Começámos a procurar pistas pastorais, ações evangelizadoras concretas, traduzissem a ‘boa nova’ (o evangelho) aos pobres.”

### A leitura da bíblia

“Começámos a ler a bíblia com novos olhos. Descobrimos na *Gênesis*, por exemplo, que a terra é entregue por Deus aos homens para que a desfrutem e não submetam ao seu serviço. A criação é para gozo de todos. Quem tinha a terra na Nicarágua? Uma minoria, que dela se tinha apropriado, e que, por esse motivo perpetuava uma situação de injustiça e fome. Outro exemplo: o ‘êxodo’. A primeira experiência que o povo tem de Deus é uma mensagem de libertação. Deus ordena que o povo seja libertado da escravidão a que o faraó no Egipto o tinha submetido. Quem liberta o povo? Deus manda anjos para libertarem o povo. Deus ordena a alguém que liberte o seu povo. A imagem de Deus na bíblia é a imagem de um deus libertador, um deus da vida. Os profetas denunciam fundamentalmente duas coisas: a injustiça e a falta de religião: *Ai daquele que ergue toa casas sobre casas e campos sobre campos*, diz o profeta Isaías. *O jejum que Deus quer é o do despertar das cadeias injustas, é o de repartir o pão do tecto com o povo, enquanto cobris a cabeça com cinzas e vais hipocritamente a Deus*. Essa mesma ideia é reforçada em muitas passagens do Evangelho. Jesus diz que veio para que todos tenham uma vida abundante. Não consideramos que a vida abundante na palavra de Jesus tenha uma vida espiritual. Deus criou espíritos, mas pessoas.

“Vemos no ‘acto dos apóstolos’ que os primeiros seguidores



"Muitos cristãos assumiram o compromisso pessoal, individual, eclesiástico, colectivo, de lutar pelos pobres"

de Jesus puseram em prática os seus ensinamentos, compartilhando o pão (eucaristia), vendendo os bens, distribuindo tudo entre si, de modo que não houvesse pobres nem necessitados, porque a cada um se dava segundo as suas necessidades."

#### O caso da Nicarágua

"Olhando para a Nicarágua de então, concluímos que não podíamos ser como aquele que nos Evangelhos pretendeu enganar Deus e, por isso, foi castigado. Tínhamos de saber traduzir correctamente a nossa prática de fé.

"Assim surgiram em 1963 as primeiras comunidades de base (note-se que os primeiros grupos da FSLN surgiram em 1961, mas as nossas comunidades desconheciam a sua existência, que por sua vez, também nada sabiam de nós). Começámos por criar as comunidades nos bairros mais pobres de Manágua, com o contributo poderoso dos jovens e de cristãos que haviam sido educa-

dos na nova maneira de ver os Evangelhos. As comunidades espalharam-se depois ao campo. Não queríamos apoiar a revolução, mas fazê-la. Jesus diz muito claramente em São Mateus, quando, no 'Juízo final', afasta do reconhecimento aquele que se limitou a louvá-lo: 'afaste-te, porque quando tive fome, nada fizeste'. Assim os cristãos foram levados a participar de todas as formas de luta. É evidente que nem todos os baptizados aceitam este compromisso. Mas há um número muito significativo de cristãos que assumiram o compromisso pessoal, individual, eclesiástico, colectivo de lutar pelos pobres."

#### A virgem que chora

"A igreja dos pobres não está bem articulada e organizada. E do outro lado, situa-se o sector mais tradicional dos bispos que não assimilaram bem os textos da igreja, que foram muito manipulados, e sofreram um sequestro

ideológico por parte das classes mais privilegiadas, acrescenta a irmã Luz Beatriz.

"O arcebispo de Manágua faz-se eco das reivindicações e do pensamento dos privilegiados. O sector mais tradicional da igreja é a barricada da reacção contra a revolução. O que significa que este sector defende interesses económicos e políticos muito concretos, a coberto da religião. A fé ingénua do povo é explorada, como aconteceu com o caso de uma imagem da Virgem que chorava pelos pecados da revolução'. Fizeram uma procissão com a imagem e levaram-na para a Cúria. Mas os jornalistas acabaram por descobrir o que se passava: tratava-se de uma estátua de gesso com água por baixo, previamente congelada. Com o calor, o gelo derretia-se e... a imagem chorava... Eis um exemplo da manipulação religiosa feita por esses sectores.

"Por outro lado, não podemos deixar passar em claro a atitude dessas pessoas face às agres-



"Os camponeses voltam a ser donos da terra e sujeitos históricos de uma revolução que também é moral"

sões externas de que o nosso povo é vítima. Foi doloroso ouvir Monsenhor Obando declarar que neste país não se sofrem agressões, porque ele nunca as tinha visto noticiadas no jornal *La Prensa*."

#### A visita do papa

Com profunda amargura, a irmã Luz Beatriz referiu-se à visita do papa à Nicarágua, em Março de 1983:

"Foi uma situação muito triste para o povo da Nicarágua. O papa veio sem uma consciência clara da realidade do país. As pessoas que o aconselharam são responsáveis pela falta de conhecimento que ele revelou. Havia um ambiente de festa e de esperança para o acolher. O povo cristão preparou-se com retiros, encontros, jornadas de oração, para estudar a missão do papa na igreja, à luz das viagens de São Paulo, sobretudo das que o santo realizou às comunidades nos seus momentos mais difíceis. Neste país gastou-se em dois dias a gasolina de dois meses para que todos os cristãos pudessem estar presentes. Os transportes foram gratuitos.

90 - terceiro mundo

"O governo ofereceu cartazes do papa, bandeiras do Vaticano, fez tudo para garantir o êxito da viagem. A visita foi preparada por uma comissão onde a igreja e o governo estiveram representados, e foi antecedida de visitas de delegações do Vaticano que fizeram exigências respeitadas pelas autoridades. O povo cristão multiplicou-se em petições que foram entregues ao papa no sentido de ouvir da sua boca palavras sobre a paz. Na véspera da sua chegada, 17 jovens mortos na fronteira com as Honduras haviam sido enterrados. As mães chegaram com as suas fotos e pediram ao papa uma oração por eles, uma oração pela paz. O papa não satisfez esse pedido. Jesus sempre saudou os pobres com carinho, mas o papa não fez nada disso. Veio aqui, apressadamente, zangado, mostrou-se indiferente ao clamor do povo cristão. 'Papa, queremos a paz', dizia-lhe o povo. E ele não respondeu. O povo quis falar com o papa, como acontecera no México e no Brasil. E ele recusou. Os jovens, que são as principais vítimas da guerra, ficaram indignados e cépticos. Aqui o papa tratou o povo como cristão de ter-

ceira. Temos esperança de que um dia ele venha a ser bem formado e reveja a sua posição."

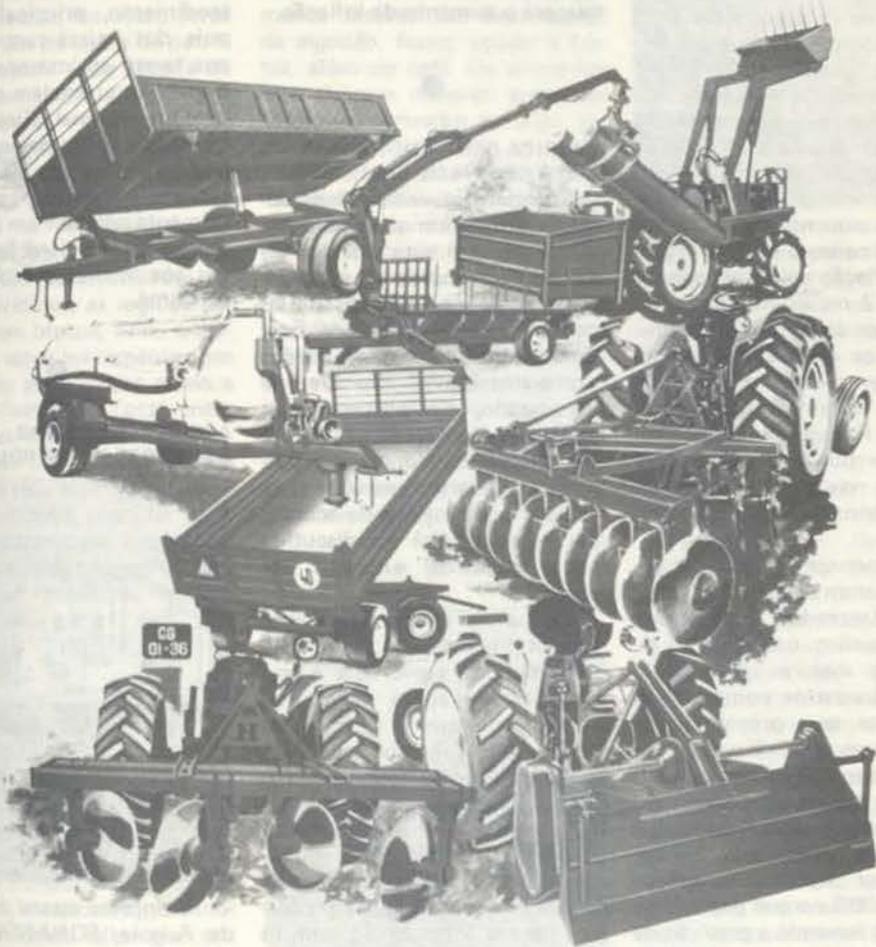
#### A revolução sandinista

"Os cristãos estão com os sandinistas. É o povo que faz a revolução. A FSLN — onde há católicos, protestantes e não crentes — aceita a direcção do povo e esta reconhece na FSLN a sua vanguarda. O povo sabe que essa vanguarda não é como os políacos de antigamente, ela combateu as cadeias, esteve na montanha, passou fome, viveu grandes dificuldades. Sabe que foi a única que o ajudou a recuperar a identidade, e que representa as aspirações mais nobres dos nicaraguenses. Sabe que ela respondeu às suas necessidades de saúde, de alfabetização, alojamento. Esta revolução é cheia de valores evangélicos. A primeira revolução da história que não leva os inimigos *al paredón*, que perdoados, que educa os guardas somnolentos, recuperando-os em círculo aberto com oficinas de reeducação. É uma revolução que não atende apenas às necessidades materiais mas também aos valores do progresso espiritual. Tem como centro os pobres, que são os privilegiados de Jesus. Esta revolução é, pois, a revolução dos cristãos e tem uma dimensão muito profunda para eles.

"O conflito que aqui se vive não é o do Leste-Oeste, mas o do Norte-Sul. É uma revolução de esperança: os camponeses voltam a ser donos das terras e sujeitos históricos de uma revolução que também é moral. Não é o reino de Deus. Mas há aqui manifestações do reino de Deus. Nesta revolução, de democracia directa e popular, há a possibilidade de anunciar o Evangelho, não só por palavras, mas por actos, há a possibilidade real de transformar os pobres em pessoas a quem se dá o gozo das coisas criadas por Deus."

# HERCULANO FABRICA alfaias agrícolas

FÁBRICA DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS E INDUSTRIAIS HERCULANO, LDA.  
LOUREIRO - 3720 OLIVEIRA DE AZEMEIS - PORTUGAL • PHONE (56)64001 • TELEX 24501 FMAIHL P



FABRICAMOS uma vasta gama de ALFAIAS AGRÍCOLAS, dos quais destacamos: REBOQUES AGRÍCOLAS e INDUSTRIAIS, CARREGADORES FRONTAIS, FRESAS AGRÍCOLAS, CHARRUAS E GRADES DE DISCOS, ESCARIADORES, REBOQUES CISTERNA, REBOQUES TANQUE, EMPILHADORES, GRUAS HIDRÁULICAS, CAIXAS DE CARGA.

NOUS SOMMES MANUFACTURIERS d'une gamme extensive de MACHINES AGRICOLES, dont on peut détacher: REMORQUES AGRICOLES ET INDUSTRIELLES, CHARGEURS FRONTAUX, FRAISES ROTATIVES, CHARRUES ET PULVERISEURS, CULTIVATEURS, TONNES A LISIER, ELEVATEURS, GRUES HYDRAULIQUES, BENNES TROIS POINTS.

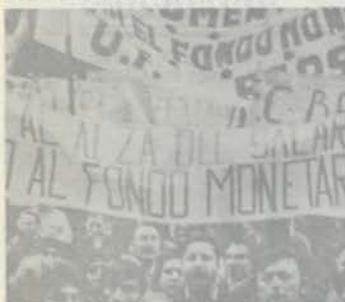
WE ARE MANUFACTURERS, of an extensive range of AGRICULTURAL MACHINERY, where we detach: AGRICULTURAL AND INDUSTRIAL TRAILERS, FRONT LOADERS, POWER TILLERS, DISC PLOUGHS, DISC HARROWS, SLURRY TANKS, FORK LIFTS, HYDRAULIC CRANES, TIPPING TRANSPORT BOXES.

يتميز انتاجنا على مجموعة كبيرة من الآلات الزراعية  
تذكر من بينها: مقطورات زراعية وصناعية، شاحنات امامية، محارث آلية، محارث ذات  
اسطوانات قابلة للتغيير، شحاة اسطوانية، اوفستة عربات هارنج، رافعات متراكبة،  
رافعات هيدروليكية، صناديق الشحن، اذرفة رافعة ذات ثلاث اشران متقلة، الخ ..

FABRICA HERCULANO

## Notas de Economia

### ARGENTINA: A INFLAÇÃO PODE CHEGAR A 700%



Com o aumento de 18,3% nos preços ao consumidor na Argentina, a inflação calculada para os últimos 12 meses atingiu a cifra de 678% de Janeiro a Dezembro. Segundo os especialistas económicos argentinos os índices inflacionários devem ultrapassar os 700% em Fevereiro ou Março caso for mantida a actual tendência altista nos preços dos principais produtos de consumo popular.

Os alimentos básicos e as bebidas passaram a custar 19% mais caro em Dezembro, prevendo-se que em Janeiro, os aumentos sejam ainda maiores, já que um grande número de comerciantes remarca os seus preços com a passagem do ano. No final de 1984 foram eliminados os controlos de preços exercidos pelo governo sobre alguns produtos de primeira necessidade. No comércio por atacado, os preços subiram 630% no ano passado na Argentina, havendo a previsão de que nos primeiros meses de 1985, os aumentos ultrapassem os 670% nos últimos 12 meses.

No mercado financeiro, a tendência das taxas de juros também é de alta. Em Dezembro, a taxa mensal chegou a 40%, o que equivale a um juro de 1,5% diário. Para os primeiros meses de 1985 a tendência altista deve continuar, podendo passar dos 50% mensais. A explosão dos juros foi determinada pela redução

do crédito oficial e pela falta de liquidez do mercado financeiro. Muitas empresas anunciaram já que terão que repassar os crescentes custos financeiros ao consumidor, o que certamente fortalecerá o aumento da inflação.

### AMÉRICA CENTRAL: ACORDO COM A CEE EM 85

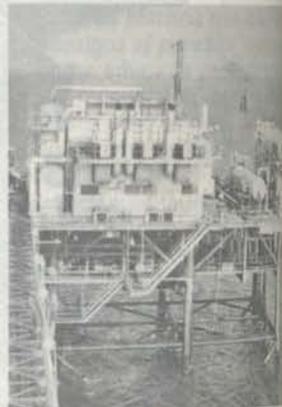
Especialistas económicos europeus afirmaram que, até ao final do ano em curso, deverá ser assinado um acordo de cooperação económica entre os países membros da Comunidade Económica Europeia e as nações centro-americanas. Em Dezembro passado, os ministros da economia da Guatemala, El Salvador, Nicarágua, Honduras e Costa Rica estiveram reunidos para elaborar um projecto de acordo, que agora deverá ser discutido pelos ministros europeus até Março.

Os países centro-americanos querem que o acordo tenha cláusulas bastante específicas e pormenorizadas sobre ajuda, a exemplo do que a CEE já faz com os países membros da Convenção de Lomé (ver cadernos nº 73). Os europeus não se mostram muito inclinados a aceitar cláusulas favorecidas no comércio com os centro-americanos, alegando que isso traria problemas para o intercâmbio com os países da ACP (África, Caraíbas e Pacífico, ligados à Convenção de Lomé). Os europeus também afirmam que qualquer isenção tarifária concedida a produtos centro-americanos ficaria drasticamente reduzida pelo alto custo do transporte dos produtos entre as Caraíbas e a Europa.

Essas dificuldades retardaram o avanço das negociações, uma vez que a CEE quer um acordo apenas com cláusulas gerais. Mas

os países da América Central acham que isso em nada vai ajudar ao intercâmbio comercial entre as duas regiões. Apesar disto fontes de San José da Costa Rica afirmaram que é possível um entendimento, principalmente depois dos países centro-americanos terem aprimorado os mecanismos que regulam o mercado comum regional. Eles aumentarão o seu poder de negociação e podem extrair da CEE maiores facilidades, embora estas provavelmente não venham a atingir as dimensões das isenções concedidas aos membros da Convenção de Lomé.

### ANGOLA: RESERVAS RECORDES DE PETRÓLEO



A empresa estatal de petróleo de Angola, SONANGOL, anunciou que as reservas conhecidas desse combustível no país atingiram o nível recorde de milhões de barris, o que representa praticamente o dobro da quantidade registada em 1979. Para descobrir os novos lençóis petrolíferos, a SONANGOL investiu o equivalente a 750 milhões de dólares ao longo dos últimos anos. As principais descobertas foram feitas na província de Cabinda, ao norte de Angola, os

de o campo de Takula, um dos maiores do país, produz já 68 mil barris diários de petróleo. No momento, a produção angolana está avaliada em 200 mil barris diários. Durante o ano de 1984, foram extraídos, no total, cerca de 73 milhões de barris de petróleo, fornecendo uma receita de aproximadamente dois mil milhões de dólares.

No momento, o petróleo fornece 90% das divisas externas de Angola. E a partir do início de 1985, vão ser intensificadas as prospeções nos três blocos já em operação. As autoridades angolanas dividiram as regiões petrolíferas em blocos, onde a SONANGOL actua juntamente com companhias estrangeiras como a Gulf, BP, Petrobrás, Total, entre outras. Para 1985, a empresa angolana, além de melhorar a capacidade dos seus terminais de embarque, pretende negociar com empresas estrangeiras a exploração de dois blocos (5 e 8), além de aumentar a produção no campo de Takula.

### ZÂMBIA: GOVERNO IMPÕE AUSTERIDADE

O governo da Zâmbia impôs um rígido programa de austeridade para atender às exigências de credores externos e principalmente do Fundo Monetário Internacional. A decisão governamental provocou altas de, em média, 70% nos preços dos produtos básicos, gerando uma onda de protestos dos consumidores e sindicatos. Além dos aumentos, o presidente Kenneth Kaunda anunciou que serão extintos os subsídios a vários alimentos, bem como eliminada, até 1987, a importação de arroz, alimento básico da população.

Dentro das medidas adoptadas, está previsto o aumento das cooperativas estatais de produ-

ção, sob pena de elas serem privatizadas, caso não atinjam os níveis fixados pelo governo. A safra agrícola de 1985 foi estimada em 300 milhões de dólares, a serem obtidos principalmente através das exportações de algodão, fumo, açúcar e frutas, além do café. Os alimentos que tiveram maiores aumentos foram os derivados do trigo, todo ele importado.

As dificuldades económicas da Zâmbia derivam da queda das cotações internacionais do preço do cobre, o principal produto de exportação do país. Apesar da população ter demonstrado o seu descontentamento por uma crise da qual ela não tem culpa, o governo mostra-se disposto a manter o projecto de austeridade. Os únicos sectores que apoiaram as medidas oficiais foram as empresas transnacionais e os negociantes ligados à exportação.

### PESCA: ACORDO ENTRE MOÇAMBIQUE E ÁFRICA DO SUL



Durante os próximos três anos, os barcos pesqueiros sul-africanos estão autorizados a operar dentro do limite de 200 milhas de mar territorial de Moçambique, conforme um acordo pesqueiro firmado entre os dois países. Os sul-africanos estão autorizados a pescar até 120 toneladas de camarões rosados, 100

toneladas de lagostas e 30 toneladas de outros peixes de alto valor comercial.

O acordo prevê também que a Corporação de Desenvolvimento Industrial da África do Sul financiará a recuperação de parte da frota pesqueira moçambicana. Todos os peixes capturados pelos barcos sul-africanos pagarão impostos a Moçambique, segundo preços que serão reajustados periodicamente. Os pescadores sul-africanos afirmam que o contrato terá como consequência imediata uma queda dos preços do pescado no mercado interno do seu país, que nos últimos anos passou a enfrentar o esgotamento das reservas no litoral da Namíbia.

### FINANÇAS: O FUNDO MONETÁRIO AFRICANO

Os presidentes dos bancos centrais de países do sul e da parte oriental da África decidiram acelerar os estudos com vista à criação de um Fundo Monetário Africano, com funções semelhantes e paralelas às do FMI, destinado a criar uma maior estabilidade das respectivas moedas nacionais. O fundo em estudo visa também proteger os países africanos das medidas draconianas adoptadas tradicionalmente pelo FMI, que funciona como um organismo de defesa dos interesses dos países industrializados.

O projecto, que tem já algum tempo, foi novamente posto na ordem do dia durante a reunião dos presidentes de bancos centrais em Nairobi, Quênia, em Dezembro passado. Outros tópicos do mesmo projecto incluem a criação de zonas de preferências alfandegárias na África e uma câmara de compensação internacional para transacções bancárias entre os países membros.

## Livros do 3.º Mundo

### LIBERDADE DE EXPRESSÃO, EXPRESSÃO DA LIBERDADE

1.º Congresso dos Jornalistas Portugueses – Conclusões, Teses, Documentos. Edição da Comissão Executiva do 1.º CJP. Lisboa, 1984. 496pp.

Contendo todos os documentos e principais intervenções nacionais e estrangeiras finalmente foi publicado o livro do 1.º Congresso dos Jornalistas Portugueses, que se realizou de 19 a 22 de Janeiro de 1983, em Lisboa.

Setenta e uma comunicações de jornalistas portugueses – entre as quais algumas da autoria de colaboradores da redacção de Lisboa de *cadernos do terceiro mundo* – consubstanciam os anseios e o desejo de uma informação devidamente enquadrada no processo democrático português. Questões gerais sobre o direito à informação e liberdade de informar, o exercício do jornalismo em Portugal, questões sócio-profissionais e formas específicas de jornalismo, foram os quatro grandes temas sobre os quais incidiram as teses e documentos apresentados.

Com a presença de delegações de todos os países de expressão portuguesa, o 1.º CJP revestiu-se de particular significado relativamente à cooperação e registou, em declaração agora reproduzida no livro, a importância de uma futura realização de um encontro de jornalistas de todos os países de expressão oficial portuguesa. Na declaração final, igualmente incluída neste volume, é destacada a importância de os jornalistas portugueses defenderem uma Nova Ordem Internacional de Informação (NOII), "que supere os desequilíbrios existentes nos fluxos de matéria informativa" e de "fomentar as relações internacionais, com particular destaque para os países de língua oficial portuguesa e a

cooperação no campo profissional".

"Liberdade de Expressão, Expressão da Liberdade" foi o lema adoptado pelo 1.º CJP e que agora dá nome a esta obra, registo único da liberdade de imprensa e da dignificação profissional que o fim do regime de censura prévia permitiu.

### LA IRRUPCION DEL CARIBE

Aggrey Brown (compilação). MexSur Editorial, México, 1984. 276pp.



Os artigos que compõem este livro oferecem uma perspectiva cabal das origens do conflito numa região marcada pelos traços impostos pelo colonialismo – pobreza e desemprego endémicos, limitadas potencialidades económicas e graves desajustes socioeconómicos internos e regionais, obstáculos ideológico-culturais na formulação de projectos societários autónomos –, cujo conhecimento é fundamental para a compreensão da dinâmica geopolítica do hemisfério, acima das conjunturas críticas que acontecimentos como os de Granada despertam. Nesse sentido, a presente compilação oferece a possibilidade de uma primeira aproximação de uma re-

gião em erupção, vista através das contribuições daqueles que são, ao mesmo tempo, pesquisadores e protagonistas da sua história política contemporânea. (Andrés Serbin)

### BLACK POLITICS IN SOUTH AFRICA (A política dos negros na África do Sul)

Tom Lodge. Longman Books, Londres, 1983.

Este livro faz uma análise da evolução das lutas e debates políticos entre o movimento negro anti-racista desde o período imediatamente posterior à II Guerra Mundial até aos anos 80. Abundantemente documentado através de material reconhecido junto do Congresso Nacional Africanos (ANC), o trabalho mostra a evolução do movimento desde a sua fase reformista, anterior à guerra, até à radicalização política que sucedeu à ascensão dos *afrikaaners* racistas ao poder em 1948. Um dos capítulos mais importantes é o que se refere ao surgimento da luta armada contra o *apartheid*, como uma consequência da radicalização política das massas discriminadas.

A evolução da consciência política negra, principalmente depois da revolta de Soweto em 1976, evidencia a riqueza do processo de amadurecimento da luta contra a minoria branca. O livro de Tom Lodge é especialmente valioso para acompanhar o debate ideológico e político entre os intelectuais, militantes e dirigentes do ANC no que se refere às definições estratégicas desse movimento, a maior organização anti-racista da África do Sul. A longa polémica concentra-se principalmente nas questões da prioridade atribuída ao racismo sobre os conflitos de classe ou vice-versa. Um tema que ainda não foi esgotado.

DE BAIXO PARA CIMA

Carlos Aveline, Editora Vozes, Petrópolis (RJ) 1984. 120pp.



Os mísseis soviéticos e norte-americanos estão prontos. Em apenas 10 minutos, Europa, EUA e URSS podem transformar-se em escombros. Debaixo do precário guarda-chuva aberto pela inviabilidade da guerra atômica, é preciso — e é possível — abrir um espaço concreto para a paz mundial. É claro que enfrentamos também a ausência absoluta de uma estrutura econômica internacional, o desemprego, o risco de uma desarticulação geral da sociedade.

Porém, a proposta utópica da fraternidade é bem mais viável do que a prolongação indefinida da crise actual. Se de cima para baixo fluem a impotência e a passividade, de baixo para cima já surge um tipo de prática social que, uma vez amadurecida, tornará inúteis os exércitos e os arsenais atômicos. Multiplicam-se, dentro e fora do Brasil, as experiências de participação popular, de educação libertadora, as cooperativas autogestionárias, a economia "invisível", em escala familiar, as hortões comunitários, as hortas de fundo de quintal e os trabalhos voluntários de moradores em favor da sua comunidade.

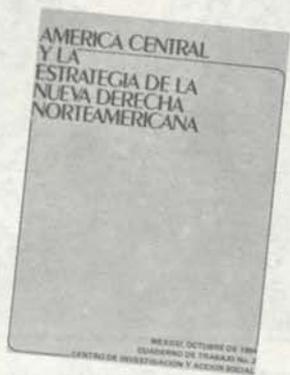
Este livro procura traçar uma vasta fotografia do surgimento

de um novo modelo económico, político, social e cultural baseado na participação. Mas provoca, ao mesmo tempo, uma reflexão positiva sobre o destino do homem neste final de século.

Carlos Aveline, jornalista de 32 anos, não possui qualquer título académico, e, a propósito, costuma citar Mark Twain: "nunca permiti que a escola atrapalhasse os meus estudos". Aos 16 anos, em 1968, era presidente de um grémio estudantil fechado pelo DOPS de São Paulo. Na década de 70 morou em Buenos Aires e Lima, onde escreveu sobre política internacional enquanto vivia a tentativa de socialização dos grandes jornais peruanos (1974-76). Mais tarde, em Porto Alegre, foi revisor, redactor de televisão, repórter *freelancer* e professor de inglês.

AMERICA CENTRAL Y LA ESTRATEGIA DE LA NUEVA DERECHA NORTEAMERICANA

Humberto García Bedoy & Ana María Ezcurra. Cuadernos de Trabajo nº 2, Centro de Investigación y Acción Social. México, 1984. 70pp.



A reeleição de Ronald Reagan como presidente dos Estados Unidos coloca a necessidade de

se conhecer o que é a "nova direita" norte-americana, quais os interesses que se articulam em torno dela e como funciona a sua "rede ideológica", expressa numa extensa estrutura político-institucional, a mesma que, sem nenhuma dúvida, dará viabilidade a um novo período de governo da administração republicana. Nesse sentido, o trabalho de Humberto García B. constitui uma importante contribuição para a reflexão e a discussão de aspectos tão relevantes da vida política actual dos Estados Unidos.

Por outro lado, analisar a estratégia político-ideológica do sector neoconservador na América Central implica, no presente, além da sua correlação com a dinâmica político-militar e de diálogo na região centro-americana, uma atenção especial para as propostas, interpretações e sugestões que dão forma a um novo projecto político diante do esgotamento das diversas alternativas. Sob essa perspectiva, o ensaio de Ana María Ezcurra representa uma aproximação inicial à análise das estratégias e planos de acção do pensamento neoconservador em El Salvador e na América Central.

A importância de ambos os trabalhos está definida, não apenas pelas consequências da ofensiva reaganiana na região, como também pelo papel dos organismos financeiros internacionais — como o FMI — que, no substancial, retomam o discurso neoconservador e se expressa no conjunto de "recomendações" a curto e longo prazos que deverão ser implementadas nos países centro-americanos. O presente trabalho contribui, assim, para a difusão e o debate dos problemas fundamentais que hoje condicionam não apenas a realidade salvadorenha mas também a de toda a América Latina.

## Humor



O Mapa da Casa Branca

Denis Renault - EUA

Menção Honrosa no 1º Concurso de Caricatura Antiimperialista  
Tribunal Antiimperialista de Nossa América (Tana) - 1983

Angola,  
terra da liberdade.



**TAAG**

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA  
Ao Serviço da Reconstrução Nacional



**nosso petróleo  
onde  
é necessário...**

Sociedade Nacional  
de Combustível de Angola

**SONANGOL**

rua duarte pacheco pereira, 8  
c.p. 1316 - Luanda  
telex 3148 3260